

REGINA MARQUES ALVES DOS SANTOS

**O USO VARIÁVEL DO MODO SUBJUNTIVO EM
ESTRUTURAS COMPLEXAS**

São José do Rio Preto
2005

REGINA MARQUES ALVES DOS SANTOS

**O USO VARIÁVEL DO MODO SUBJUNTIVO EM
ESTRUTURAS COMPLEXAS**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto, para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística).

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Co-orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

São José do Rio Preto
2005

Santos, Regina Marques Alves dos.

O uso variável do modo subjuntivo em estruturas complexas / Regina Marques Alves dos Santos. - São José do Rio Preto : [s.n.], 2005

144 f. ; 30 cm.

Orientador: Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Sociolinguística. 2. Variação (Linguística) 3. Língua portuguesa - Orações. 4. Subjuntivo. 5. Oração subordinada. 6. Orações complexas. I. Gonçalves, Sebastião Carlos Leite. II. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU - 81'27

Comissão Julgadora

Titulares

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves – Orientador
UNESP/São José do Rio Preto

Prof. Dr. Ronald Belini Mendes
FFLCH/USP/São Paulo

Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner
UNESP/São José do Rio Preto

Suplentes

Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat
FL/UFMG

Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazzi
UNESP/São José do Rio Preto

Dedico

*Aos meus pais e ao meu marido este trabalho,
sem os quais essa tarefa seria impossível.*

*À Ana Livia,
tão pequena e já razão da minha existência.*

Agradecimentos

A Deus, pela intuição de que tudo daria certo;

Ao Carlos, a primeira pessoa a me fazer acreditar na minha capacidade de ir além. Não agradeço apenas pela orientação sempre atenta e pronta, mas, sobretudo, pela amizade, dedicação e trabalho incansáveis. É um prazer ser sua primeira orientanda de mestrado;

Ao professor Roberto, pela paciência, compreensão e orientação precisa; por confiar em minhas análises e na minha capacidade investigativa;

À Marize, com quem pude, em alguns momentos, desabafar e encontrar sempre palavras de conforto. Agradeço ainda pelas contribuições valiosas dadas a este trabalho, por ocasião do exame de qualificação;

À Janeci e à Lisângela, amigas sinceras que encontrei nessa etapa da minha vida;

À Valéria pela gentil tradução do resumo.

À Ana Paula, amiga de sempre, por me ajudar a desvendar os “segredos” das tabelas;

Aos funcionários da seção de pós-graduação, especialmente à Sílvia e à Rosemar, que, por compreenderem minhas preocupações, sempre estiveram prontas a me auxiliar;

Aos meus pais, José e Ana Rosa, pelo amor, incentivo e força de uma vida, e por acreditarem que eu sou mais do que realmente sou;

Ao meu marido, Reginaldo, pelo estímulo incessante que não me deixa desanimar, mesmo diante das maiores dificuldades;

Aos meus queridos irmãos, Ricardo e Roseli, que dentro de suas possibilidades, sempre estão prontos a me ajudar com o que for necessário;

A todos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, meu sincero reconhecimento.

SUMÁRIO

	página
LISTA DE TABELAS	09
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	12
1. Justificativa e relevância do tema	12
2. Proposição	14
3. Organização do trabalho	15
CAPÍTULO I: SUBSÍDIOS TEÓRICOS	17
1. Introdução	17
2. O modo subjuntivo e o histórico sobre a variação nos estudos sintáticos	17
3. Aproximações entre as teorias variacionista e funcionalista	26
4. Resumo	32
CAPÍTULO II: O SUBJUNTIVO	34
1. Introdução	34
2. Noções de gramática e suas implicações para o estudo do subjuntivo	35
3. O modo subjuntivo nas gramáticas normativas	39
4. Descrições acerca do uso do modo subjuntivo	43
5. Resumo	50
CAPÍTULO III: UNIVERSO DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
1. As amostras	52
2. O envelope de variação e a formulação de hipóteses de investigação	56
2.1. Os fatores lingüísticos.....	58
2.1.1. Tipo de oração subordinada	58
2.1.2. Tipo de predicado matriz	59
2.1.3. Tempo do predicado da oração principal	62
2.1.4. Tipo semântico do sujeito da oração subordinada	62
2.1.5. Grau de certeza epistêmica	64
2.1.6. Pessoa	65
2.1.7. Paradigma flexional e saliência fônica do verbo da oração subordinada	66
2.1.8. Tipo de texto	68
2.2. Os fatores extralingüísticos	69
2.2.1. Gênero/sexo do informante	69
2.2.2. Nível de escolaridade	70

2.2.3. <i>Corpus</i> utilizado	71
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DOS RESULTADOS	72
1. Introdução	72
2. As variáveis lingüísticas	73
2.1. Predicado matriz: tipo e carga semântica	73
2.2. Uso do subjuntivo em relação ao grau de certeza epistêmica	85
2.3. Uso do subjuntivo em relação ao tipo de oração subordinada.....	89
2.3.1. As orações temporais	91
2.3.2. As orações condicionais	99
2.3.3. As orações encaixadas	110
2.4. Variáveis lingüísticas não selecionadas	118
2.4.1. Tempo da oração principal	118
2.4.2. Paradigma flexional e saliência fônica	122
2.4.3. Pessoa	124
3. Variáveis extralingüísticas	127
3.1.1. Os <i>corpora</i> pesquisados	127
3.1.2. <i>Gênero/sexo</i> do informante	128
3.1.3. Nível de escolaridade	129
3.2. O cruzamento de variáveis sociais	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

LISTA DE TABELAS

	página
Tabela 1: Resultado geral da expressão variável do modo subjuntivo.....	73
Tabela 2: Frequência de uso do subjuntivo em relação ao tipo de predicado matriz	74
Tabela 3: Frequência de uso do subjuntivo em relação à carga semântica do predicado matriz	74
Tabela 4: Frequência e peso relativo do uso do subjuntivo em relação à carga semântica do predicado matriz	77
Tabela 5: Frequência e pesos relativos do uso do subjuntivo em relação ao grau de certeza epistêmica	85
Tabela 6: Resultado do cruzamento dos grupos de fatores <i>grau de certeza epistêmica</i> e <i>tipo de oração subordinada</i>	86
Tabela 7: Resultado do cruzamento dos grupos de fatores <i>grau de certeza epistêmica</i> e <i>carga semântica do predicado matriz</i>	87
Tabela 8: Frequência do uso do subjuntivo em relação ao tipo de oração encaixada	89
Tabela 9: Frequência e peso relativo do uso do subjuntivo em relação ao tipo de oração subordinada	90
Tabela 10: Uso do subjuntivo em relação ao tipo semântico do sujeito da oração subordinada	93
Tabela 11: Resultado parcial do cruzamento entre os fatores <i>tipo de oração subordinada</i> e <i>tipo semântico do sujeito</i>	94
Tabela 12: Uso do subjuntivo em relação ao tipo de texto	95
Tabela 13: Resultado parcial do cruzamento de dados entre os grupos de fatores <i>tipo de oração subordinada (temporal)</i> e <i>tipo de texto</i>	96
Tabela 14: Resultado parcial do cruzamento de dados entre os grupos de fatores <i>tipo de oração subordinada (condicional)</i> e <i>tipo de texto</i>	106
Tabela 15: Resultado do cruzamento entre os grupos de fatores <i>tipo semântico do sujeito da oração subordinada (encaixada)</i> e <i>carga semântica do verbo da matriz</i>	114
Tabela 16: Resultado parcial do cruzamento de dados entre os grupos de fatores <i>tipo de oração subordinada (encaixada)</i> e <i>tipo de texto</i>	115
Tabela 17: Resultado do cruzamento entre os grupos de fatores <i>tipo de texto</i> e <i>carga semântica do predicado matriz</i>	116
Tabela 18: Uso do subjuntivo em relação ao tempo do verbo da oração principal	118
Tabela 19: Resultado parcial do cruzamento entre os fatores <i>tipo de oração subordinada</i> e <i>tempo do verbo da oração principal</i>	119
Tabela 20: Uso do subjuntivo em relação ao <i>paradigma flexional</i>	122
Tabela 21: Uso do subjuntivo em relação ao grau de saliência fônica do verbo da oração subordinada	123
Tabela 22: Uso do subjuntivo em relação à pessoa da oração subordinada	124
Tabela 23: Resultado parcial do cruzamento entre os fatores <i>tipo de oração subordinada</i> e <i>pessoa</i>	125
Tabela 24: Uso do subjuntivo em relação aos <i>corpora</i> utilizados	127
Tabela 25: Uso do subjuntivo em relação ao gênero do informante	128
Tabela 26: Uso do subjuntivo em relação ao nível de escolaridade	129

Resumo

SANTOS, Regina Marques Alves. *O uso variável do modo subjuntivo em estruturas complexas*. 2005. 144f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de Concentração em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

O estudo da variação de modo em estruturas complexas reveste-se de um interesse especial, em virtude de o modo verbal se manifestar morfologicamente, mas o seu uso estar fortemente determinado pelas relações que se manifestam no interior de um complexo oracional. Sendo assim, assumimos como tarefa investigar a manifestação do modo subjuntivo em estruturas complexas utilizando como principal ferramenta a Teoria da Variação Lingüística (LABOV, 1972). A utilização desse aparato como instrumento de investigação de um fenômeno morfossintático, entretanto, requer cuidado, já que há, no interior dos estudos lingüísticos, debates acalorados acerca da pertinência de investigar fenômenos para além do nível fonológico adotando a perspectiva da Teoria da Variação. Para realizarmos essa investigação utilizamos dois *corpora*: *Discurso & Gramática*, que contém amostras de fala da cidade do Rio de Janeiro, e *Iboruna*, com amostras de fala da região noroeste do Estado de São Paulo. Do conjunto de variáveis lingüísticas postulado, foram selecionadas pelo programa estatístico apenas três variáveis lingüísticas: *carga semântica do predicado matriz*, *grau de certeza epistêmica* e *tipo de oração subordinada*. Desse modo, no cálculo da regra variável, os resultados gerais apontam que o subjuntivo é favorecido: (i) em orações encaixadas em predicados *não-factivos volitivos*, e (ii) em orações condicionais irrealis e potenciais. É desfavorecido em: (i) orações temporais provenientes de relatos de procedimento, (ii) em orações condicionais reais, e (iii) em orações encaixadas em predicados *indiferentes de opinião*, *bicondicionais* e *emotivos/avaliativos*. Como variáveis sociais possivelmente correlacionadas ao fenômeno investigado, compuseram nosso envelope de variação: (i) *escolaridade*; (ii) *sexo*; e, (iii) *procedência do informante* (identificada pelos *corpora* utilizados). Da investigação das variáveis sociais, constatamos que o uso variável do modo subjuntivo não se correlaciona a fatores sociais, já que o comportamento do subjuntivo se manifesta de forma homogênea por entre as variantes das variáveis sociais consideradas. Constatamos, portanto, que o uso variável do modo subjuntivo correlaciona-se a fatores de ordem estrutural, e não social.

PALAVRAS-CHAVE: *Modo Subjuntivo; Variação Lingüística; Construções Complexas.*

Abstract

SANTOS, R. M. A. *The variable use of subjunctive mood in complex structures*. São José do Rio Preto, 2005. 144f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos –Área de concentração: Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

The study of mood variation in complex structures needs a special interest, since verbal mood is marked morphologically, but its use is highly determined through the relations which take place within the complex structure. In this way, we aim at investigating the manifestation of the subjunctive mood in complex structures using as main tool the Theory of Linguistic Variation (LABOV, 1972). The use of this theory as the investigation instrument of a syntactic phenomenon, however, requires some care, since there are, in the linguistic studies, vehement debates about the relevance of studying phenomena outside the phonological level adopting the Variation Theory perspective. In order to carry out this research, we used two corpora: *Discurso & Gramática*, which contains a sample of spoken language from Rio de Janeiro city, and *Iboruna*, with samples of spoken language from the northeast region of the state of São Paulo. From the group of linguistic variables postulated, only three of them were selected: *semantic value of the matrix predicate*, *level of epistemic certainty* and *kind of subordinate clause*. Thus, in the calculation of the variable rule, the general results show that the subjunctive is favored: (i) in clauses embedded in *non-factive volitional* predicates, and (ii) in unreal and potential conditional clauses. It is disfavored in: (i) temporal clauses from proceeding reports, (ii) in real conditional clauses, and (iii) in clauses embedded in *indifferent of opinion*, *biconditional* and *emotive/evaluative* predicates. The social variables probably correlated to the investigated phenomenon are: (i) education level; (ii) sex/gender; and, (iii) informant's origin (identified by the corpora used). After the investigation of the social variables, we noted that the variable use of the subjunctive mood is not related to social factors, since the subjunctive behavior manifests in a homogeneous way among the factors of the social variables considered. We, thus, verified that the variable use of the subjunctive mood is related to factors in the structural and not in the social level.

KEYWORDS: *Subjunctive Mood; Language Variation; Complex Clauses.*

INTRODUÇÃO

1. Justificativa e relevância do tema

O estudo da variação de modo verbal em estruturas complexas reveste-se de um interesse especial, em virtude de o modo verbal se manifestar morfologicamente, mas o seu uso ser fortemente determinado por relações que se manifestam no interior de um complexo oracional. Impomos-nos, assim, a tarefa de investigar um fenômeno determinado por manifestações sintáticas utilizando como principal ferramenta a Teoria da Variação Lingüística (LABOV, 1972).

A investigação de um fenômeno sintático, entretanto, requer cuidado, já que há, no interior da Sociolingüística variacionista, debates acalorados acerca da pertinência de investigar fenômenos variáveis para além do nível fonológico adotando-se a perspectiva variacionista.

Ao tratar das categorias verbais *aspecto*, *tempo*, *modo* e *voz* e de como essas categorias são marcadas flexionalmente em português, Câmara Jr. (1956) já aponta a possibilidade do enfraquecimento do uso do subjuntivo em favor do indicativo. Diz que tanto na língua latina como em antigas línguas indo-européias, a categoria *tempo* era subsidiária da categoria *aspecto*, enquanto “nas línguas ocidentais modernas é que se fez do tempo o cerne do paradigma formal, e se deu ao aspecto uma apresentação subsidiária e gramaticalmente

exígua, porque se acolhe mais na diferenciação léxica e em locuções ou moldes frasais”

(CÂMARA JR., 1956, p. 16).

Esse enriquecimento das formas temporais aludido pelo autor corresponderia ao empobrecimento e ao decréscimo das formas modais. Os modos optativo e subjuntivo estão presentes nas línguas indo-irânicas e no grego, sendo que em todas elas esses dois modos acabaram por se restringir a um modo subjuntivo amplo. Em línguas românicas e no alemão, o modo subjuntivo subsiste mórfica e conceptualmente, mas “nota-se a tendência a rebaixá-lo a um mero recurso de expressar a subordinação sintática” (CÂMARA JR., 1956, p. 17). No entanto, segundo o autor, não se pode negar o seu caráter de enunciação dubitativa, ainda que complementar. E, mesmo sobre o uso do modo subjuntivo na subordinação, é importante a observação do autor de que “não se trata de um índice geral de subordinação; apenas o é, quando lhe permite o emprego a aceitação dubitativa da frase, por sua vez assinalada pela partícula introdutória ou no significado do verbo principal” (CÂMARA JR., 1956, p. 17).

Câmara Jr. considera ainda que o modo subjuntivo é uma categoria vaga e difusa, que só ganha certa nitidez pelo seu contraste funcional com o modo indicativo. O enfraquecimento gradual do modo subjuntivo é categoricamente afirmado pelo autor, que, a partir disso, intui que o indicativo tende a ser, nas línguas ocidentais modernas, a forma modal por excelência. Além do subjuntivo, o autor aponta ainda a tendência que existe em substituir-se o imperativo pelas formas indicativas, o que o leva a concluir que “a multiplicidade dos modos formais tende, nitidamente, a simplificar-se em proveito do indicativo como modo formal único” (CÂMARA JR., 1956, p. 18).

Para o autor, essa tendência lingüística não deve ser encarada como meio de omitir a expressão da atitude psíquica do falante, já que esta é uma característica natural do falante, que não deixa de exprimir sua atitude psíquica na exteriorização verbal. O que ocorre é uma mudança “no sentido de retirar-se a essa atitude o caráter de força diretriz na estruturação mórfica” (CÂMARA JR., 1956, p. 18). As atitudes do falante passam, então, a ser expressas lexicalmente, por exemplo, por meio do advérbio *talvez*, para dúvida, da locução *neste caso*, para a hipótese etc.

Mesmo não tratando especificamente da variação do uso do modo subjuntivo, Câmara Jr. (1956) mostra diacronicamente sua tendência à extinção, em favor do modo indicativo. O autor descreve a mudança já efetuada e prevê mais mudanças; no entanto, não descreve a sistemática da variação do modo subjuntivo nem investiga as causas lingüísticas e extralingüísticas que a acarretam.

Azevedo (1976), em seu estudo a respeito do modo subjuntivo em português, observa que, mesmo quando satisfeitas as condições previstas para a seleção do modo subjuntivo, os falantes podem substituí-lo pelo indicativo, por isso conclui que seria importante realizar um estudo lingüístico que levasse em consideração aspectos sociais, a fim de que se pudesse explicar a variação no uso do modo subjuntivo.

Sob a inspiração dessas observações de Mattoso Câmara, vários estudos para o português brasileiro já foram realizados (PEREIRA, 1974; GRYNER, 1990; ROCHA, 1997; PIMPÃO, 1999). Entretanto, por considerarmos assunto bastante complexo, merecedor de atenção para a confirmação ou rejeição de postulados já propostos, nossa proposição

investigativa constitui mais uma contribuição para o entendimento da alternância de modo, sobretudo a expressão do indicativo em contextos de subjuntivo. Conjugam-se, nessa proposição, tanto aspectos estruturais quanto sociais que possam explicar a variação no emprego do modo verbal.

2. Proposição

O objetivo central deste trabalho é descrever e analisar a manifestação do subjuntivo em construções complexas do português brasileiro, em dois dialetos diferentes – carioca e paulista –, procurando apontar quais fatores lingüísticos e sociais estão envolvidos nos contextos em que há a possibilidade de seu uso variável.

Valendo-nos inclusive de variáveis já provadas relevantes na literatura lingüística para o estudo do subjuntivo, constitui ainda parte de nossos objetivos comparar os resultados alcançados com os de outros trabalhos que já trataram dessa mesma temática, visando a confirmar ou rejeitar os postulados por eles apresentados.

3. Organização do trabalho

Para atingirmos os objetivos propostos, iniciamos o trabalho abordando, no Capítulo I, *Subsídios Teóricos*, as principais discussões travadas no interior dos estudos lingüísticos a respeito da extensão da abordagem sociolingüística ao campo sintático. Apresentamos ainda,

neste capítulo, uma exposição de aspectos comuns existentes entre as teorias variacionista e funcionalista, buscando demonstrar como cada uma delas pode contribuir para a descrição e a análise do objeto de estudo em questão.

No capítulo II, *O Subjuntivo*, procuramos, em um primeiro momento, estabelecer quais ambientes são apontados pelas gramáticas normativas como determinantes do emprego do subjuntivo, para depois apontarmos algumas descrições já feitas para o português brasileiro acerca do uso desse modo verbal.

No Capítulo III, *Universo de Pesquisa e Procedimentos Metodológicos*, apresentamos os *corpora* de onde foram selecionadas as ocorrências em que estiveram baseadas as nossas análises qualitativa e quantitativa. Em seguida, estabelecemos os grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos que, apresentados como hipótese investigativa, serviram-nos de critérios para a análise das ocorrências selecionadas.

No Capítulo IV, *Análise dos Resultados*, temos a apresentação, a descrição e a análise dos grupos de fatores considerados estatisticamente significativos para a aplicação da regra variável, e sua correlação com demais grupos de fatores que não foram considerados relevantes pelo programa estatístico. À medida que a análise se desenvolve, estabelecemos comparações dos resultados obtidos com os de outros trabalhos.

Concluimos esse trabalho apresentando, nas *Considerações Finais*, o resumo dos principais resultados obtidos e as reflexões acerca das análises efetuadas.

Fecham o trabalho as *Referências Bibliográficas*, parte em que são apresentadas as obras consultadas para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

CAPÍTULO I

SUBSÍDIOS TEÓRICOS

1. Introdução

Muito se tem discutido a respeito da questão que envolve o significado e o contexto no estudo de fenômenos lingüísticos que, ultrapassando o nível fonológico, possam ser analisados segundo os preceitos da Teoria da Variação Lingüística.

Sob tal perspectiva, é relevante, neste ponto inicial do trabalho, compreender em que medida o fenômeno aqui investigado – o uso do modo subjuntivo – pode ser considerado como um fenômeno sintático, já que, em português, o modo verbal se manifesta morfologicamente e parece apreensível somente a partir das relações que se manifestam no interior de um complexo oracional.

2. O modo subjuntivo e o histórico sobre a variação nos estudos sintáticos

Antes de adentrarmos no histórico da inclusão da sintaxe como nível em que também se implementa a variação lingüística, parece indispensável justificar o tratamento do fenômeno aqui investigado como uma manifestação sintática.

O modo subjuntivo é, geralmente, definido em oposição ao modo indicativo. Enquanto este denota o fato expresso pelo verbo como certo, real, em qualquer tempo, aquele apresenta

a existência ou não existência do fato como uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou mesmo irreal (CUNHA & CINTRA, 1985).

Embora Cunha & Cintra (1985) considerem que o subjuntivo possa ser usado em orações absolutas ou principais, afirmam que o seu emprego está mais associado às orações subordinadas. Segundo os autores, a própria etimologia da palavra *subjuntivo* revela um caráter de subordinação, já que subjuntivo, do latim *subjunctivus*, designa o que “serve para ligar, para subordinar”. Os autores apontam que o subjuntivo pode ser empregado tanto nas subordinadas substantivas, como nas adjetivas e nas adverbiais.

Outro aspecto focalizado pelos autores diz respeito à influência do sentido do verbo da oração principal na escolha do modo das orações subordinadas substantivas. Eles afirmam que o subjuntivo é o modo exigido nas orações que completam o sentido de verbos que exprimem ordem, proibição, desejo, vontade, súplica, condição e outras noções correlatas. O indicativo é usado geralmente nas orações que dependem de verbos como *afirmar*, *comprovar*, *crer* (no sentido afirmativo), *dizer*, *pensar*, *ver* e *verificar*.

Souza e Silva & Koch (2001) também consideram que o modo verbal da encaixada se altera em virtude dos traços semânticos do verbo da oração matriz. Conforme as autoras, verbos que expressam volição (*querer*, *desejar*, *preferir* etc.), sentimento (*temer*, *lamentar*, *alegrar*, *entristecer* etc.), ordem ou solicitação (*mandar*, *ordenar*, *pedir*, *rogar* etc.) exigiriam o subjuntivo. Já o modo indicativo seria determinado por verbos de constatação (*notar*, *perceber*, *verificar*) e de declaração (*afirmar*, *dizer*, *declarar*).

A partir dessas considerações, pode-se observar que a escolha do modo verbal da oração subordinada substantiva tem estreita relação com o tipo semântico do verbo da oração principal. Por essa razão, torna-se impossível estudar o uso do modo subjuntivo sem levar em conta sua correlação com outros elementos do interior do enunciado em que ele ocorre. Disso decorre a pertinência de apresentar, neste capítulo, as discussões relativas à extensão da Teoria da Variação para o nível sintático.

Lavandera (1978) é categórica ao afirmar que acredita ser inadequado estender para outros níveis de análise a noção de regra variável, originalmente desenvolvida para dados fonológicos. Para a autora, essa extensão não é possível porque cada unidade que ultrapasse o nível fonológico tem o seu próprio significado. No que se refere especificamente à sintaxe, temos então o seguinte questionamento: se cada sentença tem o seu próprio significado, como é possível acreditar que haja variação no nível da sintaxe, já que por variação se entende “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”? (TARALLO, 1991, p. 8). A partir desse questionamento, surgem muitas reflexões e opiniões, contrárias e favoráveis, quanto à extensão do estudo da variação para o campo sintático.

Lavandera (op.cit), na tentativa de solucionar o problema em questão, sugere abandonar a idéia de mesmo significado referencial em favor da “comparabilidade funcional” das variantes. No entanto, Labov (1978), em resposta a Lavandera, não considera pertinente estender a noção de significado; muito pelo contrário, prefere limitá-lo ainda mais, já que, para ele, a sua ampliação prejudicaria a precisão da análise.

Ao tratar da variação nos estudos sintáticos, Bentivoglio (1987) traça um panorama geral da questão, desde o surgimento dos primeiros estudos sobre a variação sintática até as primeiras críticas a esses estudos. Para a autora, apesar das dificuldades apontadas por Lavandera e García (*apud* BENTIVOGLIO, 1987) acerca da extensão do enfoque variacionista ao campo sintático, a contribuição variacionista não deve ser abandonada, mas sim somada à análise funcionalista. Bentivoglio propõe a interpretação dos resultados obtidos quantitativamente à luz de reflexões qualitativas. Para ela, essa é uma tomada de posição eclética, por isso, afirma:

Parece-me que, apesar de estar basicamente de acordo com as críticas tanto de García como de Lavandera, para certas construções é possível utilizar o enfoque variacionista clássico, modificado por Lavandera (1978) e enriquecido pelas contribuições da Análise do Discurso (quer dizer, considerar sempre os fenômenos estudados dentro do contexto) (BENTIVOGLIO, 1987, p. 15).

Bentivoglio assinala que há fatores que aparentemente dariam razão aos antivariacionistas e garante que a questão do significado não é o único problema a ser resolvido. Há ainda outras dificuldades a serem enfrentadas, entre elas a necessidade de se estabelecer o contexto em que aparecem as construções sintáticas. Aponta a autora que não é possível esperar contextos idênticos como ocorre em fonologia: “se quisermos encontrar contextos iguais como fazemos em fonologia, deveríamos renunciar antes de começar” (BENTIVOGLIO, 1987, p. 14).

Oliveira (1986) também discute a relação entre significado e contexto no tratamento da variação. Para tanto, retoma a afirmação de Tarallo (1991), que define que “variantes

lingüísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variável lingüística’” (TARALLO, 1991, *apud* OLIVEIRA, 1986, p. 87). Oliveira considera importante destacar dois pontos: o primeiro diz respeito à referência a um mesmo contexto, e o segundo, à referência a “mesmo valor de verdade”. Desse modo, o autor parte para uma análise do que pode ser considerado como “mesmo contexto” e conclui que essa é uma questão bastante complexa e nada simples de resolver. “Admitamos, então, que as restrições em termos de contexto e valor de verdade são indispensáveis. O problema está em se operar com estas noções” (OLIVEIRA, 1986, p. 89).

Para Oliveira, há necessidade de se investigarem contextos em que não seja possível selecionar somente a forma A, ou somente a forma B, porque, se isso ocorrer, é sinal de que não há variação. Sendo assim, afirma que os fatores envolvidos na variação devem ser condicionantes e não determinantes da seleção das formas. E isso vale como regra não só para a variação sintática, como também para a fonológica.

Partindo da discussão realizada por Bentivoglio (1987) e Oliveira (1986), é possível notar que os problemas acerca do significado e do contexto, conceitos fundamentais para compreender a variação sintática, são de difícil solução. É o que afirma o próprio Oliveira (1986, p. 94) ao concluir seu artigo:

As tarefas de se isolar uma variável lingüística, e de se determinar o conjunto de fatores utilizados em sua análise, não são tarefas simples. Acho que há muitas questões teóricas para resolver, mas acho também que elas só podem ser resolvidas na medida em que nos dispusermos a analisar os dados lingüísticos em seu contexto de produção.

Considerando, assim, essa afirmação de Oliveira, vemos que é fundamental, quando se quer averiguar se realmente ocorre um caso de variação sintática, tomar contato direto com dados reais de fala, para só então obter respostas seguras a respeito das questões levantadas.

Paredes da Silva (2003) também discute a questão referente ao significado e ao contexto. Assim como Bentivoglio (1986), ela considera que, para realizar um estudo variacionista no campo sintático, é preciso agrupar fenômenos que tenham alguma “comparabilidade funcional”. Para tanto, sugere que,

em vez de tomar por base para a análise um fenômeno de contornos gramaticais bem definidos (o plural do verbo, por exemplo), tem-se ampliado o campo de investigação para domínios mais abrangentes. Por exemplo, procura-se investigar como um mesmo processo se manifesta através de expressões distintas, muitas vezes pertinentes a diferentes níveis lingüísticos. (...) Desse modo, é como se estabelecêssemos não apenas uma escolha entre duas alternativas, mas uma escala de possibilidades para aquilo que poderíamos chamar de um domínio funcional, e aí estudar a variação. Neste caso, o significado referencial seria preservado, mas a questão do contexto exigiria um cuidado especial, ao levar em conta a situação discursiva. (PAREDES da SILVA, 2003, p.70-71)

Conforme a autora, a extensão dos estudos variacionistas aos campos sintáticos ou discursivos impulsionou a procura por soluções para problemas referentes tanto ao significado quanto ao contexto, que, para ela, são questões “imbricadas”.

Esses autores, apesar de levantarem questões e de fazerem algumas críticas relativas à variação sintática, não derrubam completamente a idéia de que o estudo da variação sintática seja possível. Diferentemente deles, Possenti (1986), embora não sendo um variacionista, procura argumentar que a variação não é possível, já que cada escolha envolve intenções

comunicativas diferentes por parte do falante. O autor não nega os avanços produzidos na Lingüística pela Sociolingüística, tais como a constatação do caráter variável no sistema lingüístico e a explicação de fenômenos lingüísticos fora dos fatores exclusivamente lingüísticos. No entanto, refuta a idéia de que “variantes lingüísticas são as diversas formas de dizer a mesma coisa, no mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade” exposta em Tarallo (1991). Possenti (1986, p.111) considera que palavras/construções carregam marcas, e

estas marcas são responsáveis pela seleção de uma palavra num grupo de palavras que poderiam ser consideradas sinônimas, ou de uma entre um conjunto de pronúncias que podem ser consideradas variantes, para não mencionar a escolha de uma ou de outra construção sintática, ou de uma entre as muitas alternativas para se organizar um texto.(...) A história das palavras, sua distribuição social (e não só gramatical) permite um jogo com efeitos muito diversos, alguns mais bem classificáveis por corresponderem a situações sociais mais definidas, outros de menor generalidade por resultarem de jogos lingüísticos ligados até mesmo à consciência do locutor que consegue prever os efeitos que pode causar falando de uma forma ou de outra.

Com afirmações como as citadas acima, Possenti deixa claro que considera impossível a variação como é tratada pela Sociolingüística Quantitativa, já que, para ele, cada escolha envolve sentido próprio e particular. É claro que, quando a resposta para “o que é significado?” se alarga o bastante para nela se incluírem também as intenções do falante (*sentido*, em termos griceanos), a premissa básica da Sociolingüística, a de manutenção do significado referencial, parece mesmo de difícil sustentação.

Outra crítica feita por Lavandera (1978) sobre a extensão dos estudos variacionistas ao campo sintático está ligada ao fato de que, em muitos estudos sociolingüísticos, os fatores sociais foram deixados de lado, tendo sido privilegiados somente os lingüísticos. A autora

entende que Weiner e Labov, ao estudarem a alternância entre a voz ativa e a passiva sem agente no inglês e não considerarem a análise do componente social, deixaram de realizar um estudo sociolingüístico.

Labov (1978), por outro lado, refuta as opiniões de Lavandera afirmando que as variáveis sociolingüísticas são instrumentos de pesquisa na busca do conhecimento das estruturas lingüísticas, mas não podem abranger a teoria em si. Para o autor, é fundamental ampliar os campos para o estudo da variação lingüística com o objetivo de compreendermos melhor os mecanismos da linguagem, mesmo que o componente social não seja determinante para a ocorrência de um certo fenômeno.

Labov considera ainda que, inicialmente, a preocupação da sociolingüística era investigar a motivação social de algumas mudanças lingüísticas e demonstrar sua distribuição na escala social. Todavia, a Sociolingüística evoluiu e não pode se confinar apenas a estudos de fenômenos variáveis que estejam atrelados aos fatores sociais.

Esse debate entre Lavandera e Labov a respeito da relevância dos fatores internos e externos para a Teoria da Variação suscitou outras questões, que consideramos importante citar aqui, para compreendermos melhor a evolução dos estudos variacionistas no campo sintático.

Segundo Camacho (2002), as críticas à pesquisa variacionista, essencialmente as formuladas por Lavandera e García (1978), e, posteriormente, as formuladas por Kay & McDaniel (1979) e Romaine (1981), em relação à extensão da variação ao campo sintático, provocaram primeiramente o sacrifício dos fatores externos, ou sociais, e, depois, dos

funcionais na teoria variacionista. Camacho (2002, p. 7) afirma sobre o trabalho de Weiner & Labov (1983):

Além de declararem a independência entre os fatores internos, estruturais, e os fatores externos, de natureza social, os autores consideram que, embora não deixe de ser relevante a distribuição de informação no discurso, o fator funcional tem importância menor, se comparado à tendência mecânica de preservação do paralelismo estrutural, já que é ele que provoca a manutenção do mesmo referente na mesma posição, não a distribuição de informação nova e dada no discurso.

Paredes da Silva (2003) afirma que, embora, no caso da variação sintática, os fatores internos se mostrem bastante produtivos, as variáveis sociais não devem ser abandonadas. Compartilha, dessa forma, com Bentivoglio (1987) a idéia de que os fatores externos não podem ser deixados de fora nas análises lingüísticas. Também para Paredes da Silva (*op. cit.*), a utilização desses fatores, bem como o uso de ferramentas estatísticas, só pode beneficiar o trabalho do pesquisador desde que sejam devidamente interpretados. Caso os fatores sociais se mostrem irrelevantes, referência a isso deve constar na exposição dos resultados.

Ao tratar do lugar do 'funcional' na análise sociolingüística variacionista, Berlinck (2002) considera que, como a abordagem variacionista procura investigar a língua em uso, parece natural colocá-la entre as tendências funcionalistas. No entanto, segundo a autora, não é o que a história da sociolingüística laboviana tem mostrado, já que o próprio Labov revela, em seus mais recentes trabalhos, que os fenômenos variáveis sincrônicos e também os processos de mudança manifestam-se independentemente dos fatores ligados à necessidade de preservar informação. A autora, visando a avaliar o quanto fatores de ordem funcional têm

sido considerados na explicação da variação e em que medida eles têm se mostrado explicativos, utiliza pesquisas recentes sobre o português brasileiro que se dedicaram ao estudo da variação no sistema pronominal e na organização dos constituintes da sentença, ambos considerados estratégias de construção de referência no nível do texto.

Após várias considerações, a autora conclui que, diante dos estudos apresentados por ela, os fatores de natureza funcional são importantes no estudo da variação, conforme se depreende de suas próprias palavras:

Naturalmente essa participação do ‘funcional’ (discursivo/pragmático) na definição da variação depende antes de mais nada da natureza do fenômeno que se vai analisar. Nos casos utilizados como ilustração, creio que não há dúvida sobre a atuação desse tipo de fator. (BERLINCK, 2002, p. 7)

Em sua conclusão, a autora afirma também que, antes de tomarmos uma postura formalista ou funcionalista, seria preciso investigar cada fenômeno adotando uma postura “ingênua” sem estabelecer “expectativas de um resultado mais ou menos favorável a essa ou àquela abordagem. É preciso que os fatos falem por si e ter olhos para ver o que há para ver” (BERLINCK, 2002, p. 8).

Apesar dessa posição eclética, Berlinck é um tanto pessimista a respeito da adoção dessa sua posição para os estudos variacionistas e lingüísticos em geral, já que as teorias que adotamos já determinam de certa forma o nosso ponto de vista sobre o fenômeno da linguagem a ser investigado.

Camacho (1994, p. 34-35), assim como Berlinck, considera que muitas vezes o enfoque do uso efetivo da linguagem é deixado de lado na análise lingüística por causa do ponto de vista prévio adotado pela teoria. Ao delimitar o objeto da lingüística como sendo o “uso efetivo num contexto determinado – a enunciação dialógica entre indivíduos socialmente determinados, dinâmica em si mesma, pois pressupõe um processo evolutivo que não admite interrupção, e social por natureza”, o autor aponta que, muitas vezes, esses conceitos são ignorados por causa do método adotado, que não permite abordar as questões pertinentes ao uso da linguagem, “mas somente às que o ponto de vista adotado permite abordar”.

Situando nosso objeto de estudo em relação às considerações aqui trazidas para discussão, parece claro, então, que a manifestação do subjuntivo é decorrente das determinações que se operaram no interior do enunciado, e, portanto, torna-se pertinente tratá-lo como fenômeno sintático. Se se trata de um caso de variação, essa é uma das questões que motiva a realização deste trabalho. Relativamente ao debate que se instaura no interior dos estudos variacionistas e assumindo como possíveis as considerações acima expostas para o tratamento do subjuntivo, somos levados a concordar com Labov (1978) e Bentivoglio (1986) sobre a pertinência de tratar fenômenos sintáticos, no nosso caso, a expressão do modo subjuntivo, como passível de manifestação de regra variável.

Para tornar possível essa empreitada, é preciso considerar os dados no seu contexto de produção, procurando observar com clareza o que eles têm para mostrar, ou seja, constatar, a partir do uso efetivo, se o emprego do modo verbal constitui realmente um caso de variação, o que acreditamos ser o caso, ou se há intenções comunicativas diferentes, quando o falante

seleciona um ou outro modo verbal. Para começar, a única certeza é a de que subjuntivo e indicativo podem ser aproximados mediante o critério de comparabilidade funcional. Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito a levar em conta as variáveis sociais para observarmos em que grau elas influenciam o uso do modo. Caso essas variáveis não se mostrem relevantes, isso constará também na análise dos dados.

3. Aproximações entre as teorias variacionista e funcionalista

A questão da variabilidade e da invariabilidade lingüística tem merecido a atenção de estudiosos já há algum tempo e vem recebendo tratamento diferenciado pelas diversas correntes lingüísticas.

Saussure (1991) apresenta em sua teoria a distinção entre *língua* e *fala*, sendo a língua o sistema supra-individual, o conjunto das regras que determinam o emprego dos sons, das formas e dos meios de expressão sintáticos e lexicais; a fala é a utilização de forma concreta da língua por um falante. Assim, enquanto a língua é social, a fala é individual.

Além da dicotomia língua e fala, Saussure propõe ainda a oposição entre pesquisa descritiva (sincrônica) e pesquisa histórica (diacrônica), sendo que esta segunda forma de pesquisa se preocupa com a evolução do sistema lingüístico, descrevendo como um sistema dá lugar a outro. Dessa forma, podemos notar que a idéia da variação lingüística está implícita na teoria saussuriana. No entanto, tal teoria privilegia a pesquisa descritiva, já que Saussure tinha na língua, e não na fala, o seu objeto de estudo.

Chomsky (*apud* RAPOSO, 1992), representando o pensamento gerativista, propõe também uma oposição aproximada à de Saussure, quando faz a distinção entre *competência* e *desempenho*. A competência é considerada como o conhecimento intuitivo e inconsciente que todo falante-ouvinte tem de sua língua, ao passo que o desempenho diz respeito apenas ao uso que esse falante faz desse potencial lingüístico em situações reais. Para Chomsky, o objeto da lingüística é a competência, no sentido de se voltar para o falante-ouvinte ideal, numa comunidade de fala homogênea.

Tanto Saussure quanto Chomsky reconhecem a existência da variação, mas dão preferência à análise e descrição do que é invariável, respectivamente a língua e a competência. Dascal & Borges Neto (1993) apontam como uma das causas dessa preferência o fato de a língua e a competência serem mais facilmente formalizáveis, em razão de sua não variação.

Labov (1972) afirma que a orientação básica para a análise lingüística de muitos lingüistas surge do ponto de vista de Saussure e da distinção que este faz entre *língua* e *fala*. Segundo Labov, os lingüistas frequentemente começam as suas discussões teóricas a partir dessa distinção. Como Saussure definiu a língua como sendo a parte social da linguagem, a escola de Genebra é considerada como a escola *social* da lingüística. Labov afirma, no entanto, que, apesar de considerarem a língua como sendo a parte social da linguagem, os lingüistas que adotam a tradição saussuriana não consideraram a esfera social da linguagem, preferindo trabalhar com um ou dois informantes ou ainda com seus próprios conhecimentos sobre a linguagem. Essa situação, afirma Labov, cria o ‘Paradoxo Saussuriano’, ou seja, o

aspecto social da linguagem é estudado pela observação do aspecto individual, ao passo que se observa o aspecto individual somente no estudo da língua inserida no seu contexto social.

Segundo o autor, Chomsky, ao definir o objeto de estudo da lingüística como sendo a competência, considera que o enfoque de dados reais não é importante, mas sim o da intuição dos falantes sobre a linguagem. Os informantes devem ser capazes de dizer se as sentenças são ou não gramaticais, por meio do seu próprio conhecimento da linguagem.

Camacho (1994) afirma que a teoria estruturalista foi superada não pela insuficiência de seu paradigma, mas pelos progressos que atingiu e por ter aberto a possibilidade de outras ciências colaborarem como prática metodológica. Assim, “a rápida aceitação de Chomsky tem suas razões nesse contexto de contribuição interdisciplinar, além de outros fatores” (CAMACHO, 1994, p. 25).

A distinção básica entre o estruturalismo de Saussure e o gerativismo de Chomsky está na forma como encaram a língua e a sua aquisição. Para Saussure, a língua é social, produto convencional da cultura dos seres humanos, adquirida por meio de processos de observação e memorização. Para Chomsky, a linguagem é inata, adquirida por meio da maturação e do desenvolvimento de um órgão mental biológico.

Possenti (1979) considera que, apesar de o gerativismo ter sido a maior tentativa de superação em relação ao estruturalismo, abandonando a noção de língua pela de competência e ultrapassando a análise dos níveis fonológico e morfológico para o nível sintático, a gramática gerativa não conseguiu situar, no interior da lingüística, o papel do falante. O que

houve, na verdade, foi a substituição de um sistema por outro, sem referência ao falante em situações reais de comunicação.

Afirmando que é possível entender o descarte do estudo do discurso em proveito do estudo do sistema, Labov (1972) aponta as seguintes dificuldades:

- (i) a agramaticalidade da fala: muitos lingüistas consideram que a fala é repleta de formas agramaticais e que, por isso, um *corpus* retirado da linguagem falada não teria boas evidências, já que apresentaria muitos exemplos de sentenças mal formadas;
- (ii) a variação na fala e na comunidade de fala: apesar de a variação ser aceita pelos lingüistas, a dificuldade está justamente em decidir qual o lugar da variação na estrutura lingüística. Correntes formais apresentavam duas opções de análise: (a) as variantes pertencem a sistemas diferentes e a alternância seria um exemplo de mistura dialetal; (b) as variantes estariam em variação livre dentro do sistema. Labov considera que, em ambas as afirmações, a variação é colocada no exterior do sistema a ser estudado;
- (iii) a gravação e a audição: os registros de fala em uso são freqüentemente pobres em qualidade, em razão, principalmente, das dificuldades de gravação;
- (iv) a raridade de algumas formas sintáticas: para estudar as formas sintáticas seria preciso um grande número de sentenças, ou seja, um *corpus* extenso. A dificuldade está justamente em coletar e formar esse *corpus*.

Labov afirma, no entanto, que, se há dificuldades para estudar a língua em uso, há também dificuldades para estudar a linguagem por meio da intuição. Segundo ele, quando

Chomsky propôs que a principal fonte de análise lingüística seria o julgamento intuitivo do falante nativo, ele esperava que a maioria dos julgamentos fosse clara e que os casos duvidosos surgissem em menor número.

Apesar dessa constatação, Labov considera que não é o número de casos duvidosos que deve ser levado em conta, mas outros pontos fundamentais na discussão da teoria gramatical. O que ocorre, segundo o autor, é que não há concordância no interior da própria teoria lingüística a respeito de alguns dados; alguns teóricos os julgam como aceitáveis e outros, como inaceitáveis. Isso não seria, para Labov, fruto da inabilidade dos lingüistas, mas consequência inevitável da exploração de dados por meio da intuição.

Desse modo, Labov defende uma outra forma para coleta e observação dos dados. Propõe o estudo direto da linguagem em uso no contexto social. Contrariando a visão de Chomsky, que afirma que uma teoria subdeterminada pelos dados levará a várias possibilidades de análise, Labov assegura tomar a direção oposta. “Pelo estudo direto da linguagem em seu contexto social, a quantidade de dados disponíveis expande enormemente, e nos oferece formas e meios para decidir quais das muitas possíveis análises são corretas”¹ (LABOV, 1972, p. 202). O autor ainda garante que os estudos de covariação e mudança já feitos dão apoio decisivo a essa sua afirmação.

Para comprovar a possibilidade de estudar a linguagem extraída diretamente do contexto social, utilizando para tanto dados reais de fala, Labov refuta as quatro principais dificuldades apontadas para se trabalhar com a linguagem cotidiana. Quanto à

¹ *Through the direct study of language in its social context, the amount of available data expands enormously, and offers us ways and means for deciding which of the many possible analyses is right.* (LABOV, 1972, p. 202)

agramaticalidade, ele afirma que as estruturas gramaticais são bem formadas na grande maioria dos casos. No que se refere à heterogeneidade, Labov sustenta que ela não só é normal, como ainda é determinada por fatores lingüísticos e extralingüísticos. Para ele, a ausência de heterogeneidade é que seria disfuncional. Quanto à gravação da fala espontânea, o autor considera que esse problema foi resolvido com o uso de gravador a bateria, que possibilita obter excelentes resultados nesse campo. Usando também um bom microfone, o pesquisador pode obter resultados satisfatórios, sem a influência de ruídos. No que diz respeito à raridade de formas sintáticas, Labov afirma que ainda não há uma resposta imediata para o problema, mas já há uma direção para a solução. A sugestão do autor é que o lingüista conduza o assunto da entrevista de forma natural, mas procurando obter a forma esperada sem utilizá-la diretamente. Segundo ele, houve sucesso na obtenção de formas tais como a voz passiva e o presente perfeito, utilizando esse método. Labov não só acredita ser possível recolher os dados no contexto social, como ainda traça toda a metodologia que deve ser usada para que essa tarefa seja realizada com êxito.

Segundo Tarallo (1991), a Sociolingüística Variacionista ou Teoria da Variação surge como uma reação à teoria gerativo-transformacional, que tem como objeto de estudo o falante-ouvinte ideal, não afetado pelas condições de agramaticalidade da língua, dada a pretensa homogeneidade da comunidade de fala. Labov, iniciador desse modelo teórico-metodológico, propõe a sistematização, análise e quantificação do aparente “caos” lingüístico que é a língua falada, com a sua natural variação e heterogeneidade.

Surge, então, a possibilidade de sistematizar as regras da língua falada, uma vez que a variação não é aleatória, mas sim correlacionada a fatores lingüísticos e extralingüísticos, passíveis de sistematização. Os fatores lingüísticos são internos ao sistema da língua e interagem com os extralingüísticos, que são fatores sociais, como idade, sexo, classe social e nível de instrução.

A abordagem sociolingüística não é a única que surge com a intenção de introduzir na análise lingüística o papel do falante-ouvinte real em contextos de interação verbal; esse é também o objetivo da teoria funcionalista. Para Dik (1997), a língua é um instrumento de interação social e, por isso, as expressões lingüísticas devem ser consideradas em circunstâncias efetivas de interação verbal. Assim se expressa Dik (1997, p. 6), a respeito da concepção de linguagem dos funcionalistas:

a capacidade lingüística dos ULNs [Usuários de Línguas Naturais] compreende não somente a habilidade de construir e interpretar expressões lingüísticas, mas também a habilidade de usar essas expressões de modo apropriado e efetivo de acordo com as convenções de interação verbal prevalentes em uma comunidade lingüística.

Postulamos, desse modo, haver uma relação entre as teorias variacionista e funcionalista. É o que fica evidente com os comentários de Maingueneau (1990), que, ao analisar a heterogeneidade no campo lingüístico, procurou dividir as correntes de estudo em duas abordagens: uma que se preocupa com o estritamente lingüístico – abordagem A – e outra que vai além do estritamente lingüístico – abordagem A'. As teorias que buscam investigar o papel do falante, do ouvinte e do contexto na comunicação, ou seja, que não se

preocupam com o que é estritamente lingüístico, ficam abrigadas, segundo Maingueneau, sob a abordagem A'.

Fazem parte dessa abordagem, portanto, o funcionalismo, a análise do discurso, a sociolingüística variacionista, a sociolingüística interacional, a análise da conversação, entre outras. O funcionalismo, por exemplo, opondo-se fortemente ao gerativismo, preocupa-se em investigar como a comunicação ocorre entre os usuários da língua por meio de funções manifestadas nas estruturas lingüísticas. Para os funcionalistas, a relação entre as funções estabelecidas pelo uso da língua e as suas estruturas não são arbitrárias, muito pelo contrário, as formas são sensivelmente influenciadas pelas funções que elas exercem (cf. NEVES, 1994).

Camacho (2002, p. 3) também evidencia essa aproximação entre as teorias variacionista e funcionalista ao considerar que

no âmbito em que atua, a sociolingüística se alinharia com outras tendências não formalistas no mesmo desejo de superar a parcialidade imposta ao objeto de estudo em razão de sua idealização, substituindo a noção de sistema fechado de relações internas pelo tratamento do discurso, isto é, do uso efetivo da língua em situações reais de comunicação.

Concluimos, então, que a aproximação entre as teorias variacionista e funcionalista está centrada, principalmente, no fato de ambas investigarem a língua inserida no seu contexto social, rejeitando a intuição do lingüista como fonte de dados para realizar análises e descrições; além disso, ambas levam em consideração os fatores externos à língua e a sua dimensão pragmática como determinantes do uso que o falante faz da língua.

4. Resumo

Apontamos, neste capítulo, a viabilidade do tratamento do subjuntivo como uma manifestação de natureza sintática. O modo, apesar de expresso na morfologia verbal, é determinado sobretudo pelas relações que se verificam entre o conteúdo da oração principal e o conteúdo da oração subordinada.

Diante dessa constatação, a natureza variável do emprego do modo em estruturas complexas, como acreditamos ser o caso de algumas orações encaixadas e algumas adverbiais, conduziu-nos à discussão da possibilidade de extensão das premissas da Sociolinguística Variacionista para o tratamento de fenômenos de natureza sintática. Em razão de a identificação de um fenômeno variável exigir, primeiramente, a manutenção do significado referencial das formas alternantes, verificamos a existência de duas posições divergentes: uma que, distendendo a noção de significado, defende apenas a possibilidade de existência de comparabilidade funcional entre estruturas sintáticas, se se quiser tratá-las como variantes de uma mesma variável, e outra que, recorrendo às noções de significado referencial, defende que determinadas estruturas sintáticas podem sim ser tratadas como formas alternantes; nesse caso, condicionantes funcionais podem ser postulados como grupo de fatores que, possivelmente, estejam correlacionados ao fenômeno sintático variável. Nossa posição alinha-se à dos defensores dessa segunda posição.

Em razão de estar havendo uma tendência de os estudos variacionistas, principalmente os de ordem sintática, privilegiarem em seus estudos mais os condicionantes estruturais em

detrimento dos sociais, trouxemos à discussão a aproximação existente entre as teorias variacionistas e funcionalista para enfatizar a necessidade da inclusão do componente social nos estudos sociolingüísticos. Ambas as teorias são aproximáveis em função, primeiramente, do modo como concebem o estudo da linguagem. Não tem razão de ser um estudo lingüístico que desvincule a língua do seu contexto social. Em segundo lugar, aproximam-se também na concepção do falante-ouvinte real, e não idealizado. Como usuários da língua e integrantes de uma comunidade, falante e ouvinte são afetados tanto pela heterogeneidade do sistema, quanto pela heterogeneidade social. Por fim, aproximam-se também pelo dado de análise, sempre dados extraídos dos seus contextos de uso, e não dados pautados apenas pela intuição do analista.

CAPÍTULO II

O SUBJUNTIVO

1. Introdução

A apresentação das noções de gramática mais difundidas entre os lingüistas é importante para destacar quais as suas implicações para o estudo do uso variável do modo subjuntivo. Conforme afirma Possenti (2002), pode haver diferenças entre as regras que *devem ser* seguidas e as que *são seguidas*. Essas diferenças decorrem do fato de as línguas mudarem e as gramáticas normativas permanecerem ditando regras que os falantes não usam mais, ou usam raramente.

Por meio dessa constatação, temos que é importante, para alcançarmos os objetivos propostos neste trabalho, contrapor os pressupostos normativos/prescritivos relativos ao uso do modo subjuntivo à realidade lingüística de natureza variável e sistemática, verificando em que medida as regras prescritivas estão em desuso ou não, e, principalmente, quais fatores lingüísticos e extralingüísticos estão envolvidos para que isso aconteça.

Sendo assim, consideramos necessário apontar, neste capítulo, as prescrições da gramática normativa acerca do uso do modo subjuntivo, buscando estabelecer para quais contextos é previsto o uso do modo subjuntivo e quais regras governam o caso modal em português. Com o objetivo de traçar esse panorama, recorreremos aos gramáticos Cunha &

Cintra (1985), Bechara (1999) e Almeida (1985), que procuram descrever a língua normativamente.

Após traçarmos esse panorama, tendo em vista as prescrições da gramática normativa, procuraremos elencar os estudiosos que buscaram descrever e explicar o uso efetivo do modo subjuntivo em alternância com o modo indicativo.

Além disso, o entendimento dos tratamentos normativo e prescritivo para o fenômeno em estudo é importante porque deles decorrem noções que permitem definir o que constitui o padrão culto de uso da língua e, portanto, o que se considera como norma-padrão, e o que constituem usos alternantes em relação a esse padrão. Assim, serão reunidos critérios para a definição da nossa variável independente, ou seja, para a identificação clara do fenômeno variável.

2. Noções de gramática e suas implicações para o estudo do subjuntivo

Possenti (2002, p. 64) afirma que a noção de gramática é controvertida porque nem todos os que se dedicam ao estudo desse aspecto das línguas a definem do mesmo modo. Mesmo assim, o autor propõe definir gramática como sendo “conjunto de regras”. Embora afirme que essa expressão pode ser entendida de várias maneiras, destaca três formas de entendê-la:

- i) como conjunto de regras *que devem ser* seguidas;
- ii) como conjunto de regras *que são* seguidas;

iii) como conjunto de regras *que o falante domina*.

Partindo dessas noções, o autor procura definir os tipos de gramática que estão relacionados a elas. A primeira noção é definida como gramática normativa; a segunda, gramática prescritiva e a terceira, gramática internalizada.

Franchi (1991, p. 48 *apud* MENDONÇA 2001, p. 234) comenta esses três conceitos de gramática bastante difundidos entre os lingüistas. O autor afirma que gramática normativa

é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores. Dizer que alguém *sabe gramática* significa dizer que esse alguém *conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente*.

Tanto Possenti (2002) como Mendonça (2001) ressaltam que esse tipo de gramática é o mais conhecido entre os leigos, por ser muito difundido na escola, veiculado, sobretudo, nos livros didáticos e nas gramáticas pedagógicas.

Mendonça (2001) afirma que a gramática normativa tem um caráter prescritivo e discriminatório. Prescritivo porque dita aos falantes o que *deve ser* falado ou escrito e discriminatório porque considera erro todo uso da linguagem que estiver fora dos padrões lingüísticos considerados como ideais. Segundo ela, a gramática normativa toma por língua uma das suas variedades, desprezando todas as demais. Dessa forma, as gramáticas normativas procuram unificar a língua, além de homogeneizar a norma culta, como sendo a

norma escrita culta formal, utilizando, para tanto, como modelo de língua, os considerados bons escritores do passado.

É importante, nesse ponto, determo-nos um pouco no conceito de norma, que pode ser definida como norma objetiva e norma subjetiva. A primeira está relacionada ao uso efetivo do dialeto social de prestígio, que também pode ser denominada padrão-real; e a segunda corresponde à atitude que o falante assume diante da norma objetiva, definida como sendo padrão-ideal. A esse respeito, Camacho (1984, p. 21) afirma que a norma prescritiva pretende ser então [...] “uma idealização do padrão-real de que a classe sócio-econômica e culturalmente mais elevada é detentora”.

Temos, então, que a norma culta prescrita nas gramáticas normativas é a língua idealizada pela classe social de prestígio da região polarizadora. Entretanto, apesar desse aspecto ideológico, Camacho (1984, p. 232) comenta que “a língua só adquire o direito de ser a língua quando é uma forma institucionalizada de imposição, como se somente existisse essa variedade de linguagem por ser considerada correta e eficaz em todas as circunstâncias de interação”.

O outro conceito de gramática, difundido principalmente entre os especialistas da linguagem, é o de gramática descritiva, que está ligado à noção de “conjunto de regras *que são seguidas*” (cf. POSSENTI, 2002). O objetivo deste tipo de gramática é descrever as regras que realmente são utilizadas pelos falantes. Franchi (1991, p. 52-53 *apud* MENDONÇA, 2002, p. 237) define gramática descritiva como

um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical.

Saber gramática significa, no caso, ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções e as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando sua gramaticalidade.

Constatamos, desse modo, que uma gramática descritiva visa a explicar como uma língua ou uma variedade da língua se manifesta de fato. Para a gramática normativa, tudo o que foge às suas prescrições é considerado erro; já para a gramática descritiva, a concepção de erro está atrelada à noção de gramaticalidade. Possenti (2002, p. 79-80) afirma que

só seria erro a ocorrência de formas ou construções que não fazem parte, de maneira sistemática, de nenhuma das variantes de uma língua. (...) Seriam considerados erros, ao contrário, seqüências como “essas meninos”, “uma menino”, “o meninos”, “tu vou”, que só por engano ocorreriam com falantes nativos, ou então na fala de estrangeiros com conhecimento extremamente rudimentar da língua portuguesa.

Segundo Possenti (*op.cit.*), a gramática descritiva tem estreita relação com o terceiro tipo de gramática a ser definido neste trabalho, a *gramática internalizada*, já que a função daquela é justamente descrever e explicar “o conjunto de regras *que o falante domina*”. Para o autor (POSSENTI, 2001, p. 69-70), gramática internalizada

refere-se a hipóteses sobre os conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases ou seqüências de palavras de maneira tal que essas frases e seqüências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua.(...) pode-se dizer que tal conhecimento é fundamentalmente de dois tipos: lexical e sintático-semântico. O conhecimento lexical pode ser descrito simplificadaamente como a capacidade de empregar as palavras adequadas (isto é, instituídas historicamente como as palavras da língua) às “coisas”, aos “processos” etc. O conhecimento sintático-semântico tem a

ver com a distribuição das palavras na sentença e o efeito que tal distribuição tem para o sentido.

Azevedo (1976), ao realizar um estudo formalista do modo subjuntivo em português, investigou as condições que permitem que o modo subjuntivo ocorra e, concluindo sua investigação, afirma que, mesmo quando satisfeitas as condições previstas para a seleção do modo subjuntivo, os falantes podem substituí-lo pelo modo indicativo. Sendo assim, considera importante que seja feito um estudo lingüístico que leve em consideração aspectos sociais, a fim de que se possa explicar essa variação no uso do modo subjuntivo. Conforme as próprias palavras do autor (AZEVEDO, 1976, p. 51-52):

Parece, portanto, que a alteração entre formas do indicativo e formas do subjuntivo em orações em que as últimas podem ocorrer é suficientemente comum para merecer nossa consideração. Além do aspecto teórico do problema, suas possíveis correlações com aspectos não lingüísticos da estrutura social – por exemplo, classe social, grau de instrução dos falantes, o grau de formalidade da situação em que se desenrola o ato comunicativo etc., fazem dele um tópico interessante do que se tem chamado de dialetologia vertical, ou seja, o estudo da variação lingüística entre grupos sociais de uma mesma sociedade (CUNHA, 1968). Por outro lado, a qualidade e a quantidade das informações que essa classe de estudos pode fornecer tem sido amplamente demonstrada em trabalhos recentes de sociolingüística, como os de Labov (1963, 1966, 1969a, 1969b).

Para justificar a sua proposta de estudar o uso do modo subjuntivo, utilizando as ferramentas da Sociolingüística, o autor afirma que essa seria uma maneira de aumentar os nossos conhecimentos sobre a forma como usamos realmente o português e, além disso, esse estudo contribuiria para melhorar as gramáticas pedagógicas da língua portuguesa, libertando-as de uma atitude puramente normativa.

3. O modo subjuntivo nas gramáticas normativas

Cunha & Cintra (1985) fazem uma distinção básica entre o emprego do modo indicativo e do modo subjuntivo. Segundo os autores, usa-se o modo indicativo quando o fato expresso pelo verbo é considerado como certo, real, seja no presente, no passado ou no futuro. Ao empregar o subjuntivo, a atitude do falante se mostra diferente. A existência ou não existência do fato é encarada como algo incerto, duvidoso, eventual ou, ainda, irreal.

Nas orações subordinadas substantivas, o indicativo é usado geralmente nas orações que completam o sentido de verbos como *afirmar, compreender, crer* (no sentido afirmativo), *dizer, pensar, ver, verificar*. Já o subjuntivo é o modo exigido nas orações que dependem de verbos cujo sentido está ligado à idéia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição e outras correlatas. É o caso dos verbos *desejar, duvidar, implorar, lamentar, negar, ordenar, pedir, proibir, querer, rogar e suplicar*.

Segundo esses autores, o subjuntivo denota uma ação ainda não realizada, concebida como dependente de outra, expressa ou subentendida. Daí o seu emprego normal na oração subordinada. “O subjuntivo é por excelência o modo da oração subordinada. Emprega-se tanto nas subordinadas substantivas, como nas adjetivas e nas adverbiais” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 456).

Nas orações subordinadas substantivas emprega-se geralmente o subjuntivo quando a oração principal exprime: **vontade** (nos matizes que vão da ordem ao desejo) com referência

ao fato de que se fala; **sentimento**, ou uma apreciação que se emite com referência ao próprio fato em causa; **dúvida** que se tem quanto ao fato enunciado.

Nas orações adverbiais, conforme Cunha & Cintra, geralmente o subjuntivo não tem valor próprio. É um mero instrumento sintático cujo emprego é regulado por certas conjunções. Os autores apontam que o subjuntivo é de regra empregado depois das conjunções:

(i) causais, que negam a idéia de causa (*não porque, não que*);

(ii) concessivas (*embora, ainda que, conquanto, posto que, mesmo que, se bem que*, entre outras);

(iii) finais (*para que, a fim de que, porque*); e

(iv) temporais (*antes que, até que* e semelhantes).

O subjuntivo é também empregado em razão de ser o modo do eventual e do imaginário, nos seguintes contextos: adverbiais comparativas iniciadas pela conjunção hipotética *como se*; condicionais em que a condição é irrealizável ou hipotética; consecutivas que exprimem simplesmente uma concepção, um fim a que se pretende ou pretenderia chegar, e não uma realidade.

Bechara (1999) afirma que o modo subjuntivo é usado, normalmente, nas orações *independentes optativas*, nas *imperativas negativas e afirmativas* – nestas últimas com exceção da 2ª pessoa do singular e do plural –, nas *dubitativas* com o advérbio *talvez* e nas

subordinadas substantivas em que o fato é considerado como incerto, duvidoso ou impossível de se realizar. Diz o autor que nas subordinadas substantivas é empregado:

(i) depois de expressões que denotam ordem, vontade, consentimento, aprovação, proibição, receio, admiração, surpresa, contentamento;

(ii) depois de expressões que denotam desejo, probabilidade, vulgaridade, justiça, necessidade e utilidade;

(iii) depois dos verbos *duvidar*, *suspeitar*, *desconfiar* e de nomes cognatos, tais como *dúvida*, *duvidoso*, *suspeita*, *desconfiança*.

Nas orações adverbiais é empregado:

(i) nas causais introduzidas por *não porque*, *não que (ou nem)*, quando se quer dizer que a razão aludida não é verdadeira;

(ii) nas concessivas introduzidas por *ainda que*, *embora*, *conquanto*, *posto que*, *se bem que*, *não havendo*, *entretanto*, *completo rigor a respeito*;

(iii) nas condicionais introduzidas por *se*, *contanto que*, *sem que*, *a não ser que*, *suposto que*, *caso*, *dado que*, para exprimir hipótese, e não uma realidade. Entra ainda nesse grupo a comparativa hipotética introduzida por *como se*;

(iv) nas consecutivas, quando se exprime uma simples concepção e não um fato real;

(v) nas finais;

(vi) nas temporais introduzidas por *antes que*, *assim que*, *até que*, *enquanto*, *depois que*, *logo que*, quando ocorrem nas negações ou indicações de simples concepção, e não uma realidade (caso em que é empregado o indicativo).

Almeida (1985) assinala que o subjuntivo é usado nas orações subordinadas a verbos que indicam desejo, vontade, sentimento, dúvida e também em subordinadas que expressam ação ou ações aleatórias, contingência ou eventualidade.

Nas orações adverbiais, o modo subjuntivo é empregado nos seguintes contextos: finais; condicionais (possíveis e irreais); temporais, quando a idéia é de suposição, eventualidade ou futuridade; concessivas; consecutivas, quando se trata de algum fato que se pretende ou que se objetiva conseguir; causais.

Segundo Almeida, o modo subjuntivo deve ser empregado em orações subordinadas que expressam fatos que não se realizaram no passado com relação ao expresso na principal.

Vejamos, em (1) a (3), os exemplos do próprio autor (ALMEIDA, 1985, p. 377):

- (1) *Imaginava que fossem eles (mas não eram).*
- (2) *Achei que você possuísse recursos para isso (mas não possuía).*
- (3) *Não era crível que fizesse tanto mal (mas fez).*

Pelo exposto, observa-se que existe uma certa concordância entre os gramáticos consultados quanto aos meios mais comuns para a ocorrência do subjuntivo. Percebemos que os autores apontam para o fato de que o modo subjuntivo é o modo da incerteza, da dúvida, da eventualidade e, até, da irrealidade. É, portanto, mais provável que surja nas orações subordinadas substantivas que completem o sentido de verbos volitivos, avaliativos, de sentimento, de dúvida, ou que expressem ações ligadas à eventualidade ou contingência.

Nas orações adverbiais, os autores citados procuraram, de modo geral, associar o uso do modo subjuntivo a conjunções específicas, próprias de alguns tipos de adverbiais, tais como causais (*não porque, não que*); finais (*para que, a fim de que, por que*); temporais (*antes que, até que, assim que, enquanto, depois que, logo que*); condicionais (*caso, contanto que, sem que, a não ser que, suposto que, dado que*); concessivas (*ainda que, embora, conquanto, posto que, se bem que*).

Essas constatações evidenciam que, muito embora os gramáticos citados afirmem que o modo subjuntivo é usado como recurso para expressar a dúvida, a hipótese, a possibilidade e a probabilidade, seu emprego está sempre restrito a contextos gramaticais específicos, já que seu uso é associado a condições pré-determinadas, tais como verbos que indicam desejo, por exemplo, ou ao emprego de certas conjunções adverbiais.

Pimpão (1999, p. 41) menciona este fato afirmando que

A tradição gramatical normativa define subjuntivo como o modo verbal que indica um fato incerto, possível, provável, ainda não realizado. Segundo essa definição da gramática tradicional, seria natural considerar o emprego do modo subjuntivo como tradutor do incerto, do possível, e, portanto, o emprego do subjuntivo estaria

automaticamente sob o escopo desses valores nocionais. O emprego do subjuntivo referido pela gramática tradicional, entretanto, independe parcialmente desses valores nocionais, pois apresenta restrições de uso. Observa-se um paradoxo dos padrões normativos na referência ao subjuntivo: os gramáticos definem nocionalmente o subjuntivo e restringem seu emprego a determinadas condições sintático-semânticas de uso.

Como poderemos constatar na próxima seção, não existe consenso entre os lingüistas a respeito dessa questão, ou seja, para alguns lingüistas o subjuntivo por si só não manifesta a *irrealidade* na língua portuguesa, sendo um mero recurso formal para expressar a subordinação sintática (cf. CÂMARA JR., 1956). Para outros, o subjuntivo pode ser encarado como uma forma de manifestar a subordinação sintática, no entanto, não desprezam o seu papel de marcar a *irrealidade* na língua.

A discussão em torno dessa questão é central para a investigação ora proposta, pois se o subjuntivo tem realmente função de expressar a posição do falante em relação ao fato que enuncia, quando ele utiliza o indicativo em contextos que o subjuntivo deveria ser empregado, é preciso concluir se o caráter de irrealidade é mantido ou se o falante com isso demonstra que tem um posicionamento diferente acerca da proposição que enuncia. Passemos então a expor o posicionamento dos autores consultados que investigaram o emprego do modo subjuntivo e suas principais motivações.

4. Descrições acerca do uso do modo subjuntivo

Mateus *et al* (1989) procuram descrever quais são os contextos mais prováveis para o uso do modo subjuntivo. De acordo com as autoras, o subjuntivo pode ocorrer em orações subordinadas que indiquem vários graus de condicionalidade, mas é obrigatório em orações que completem o sentido de verbos avaliativos, volitivos, de atividade mental e com uma expressão modalizadora, como, por exemplo, no enunciado *é necessário que ele chegue cedo*.

O modo conjuntivo ocorre ainda nas orações subordinadas a orações subordinantes que contêm uma negativa explícita ou lexicalizada. Nestes casos de negativa explícita 24 (a) ou lexicalizada 24 (b) modifica-se a modalidade inicial do verbo da oração subordinante. Uma modalidade necessária, uma vez negada, passa a contingente; uma modalidade possível, uma vez negada, passa a impossível.

(24) (a) Eu não tenho a certeza que sejas bom da cabeça.

(b) Duvido que sejas bom da cabeça. (MATEUS *et al.*, 1989, p. 109)

Para as autoras, o modo indicativo surge fundamentalmente associado a um estado-de-coisas considerado pelo falante como necessário ou com um grau elevado de probabilidade. Já o modo subjuntivo aparece atrelado a um estado-de-coisas reconhecido pelo emissor como algo possível ou como contingente.

Pontes (1972, p. 70) acredita que a oposição entre indicativo e subjuntivo “não é muito nítida, nem rígida, porque as fórmulas com sentido subjuntivo ocorrem quase exclusivamente com determinadas expressões em que não ocorre o indicativo, numa distribuição complementar”. Assim, a autora considera que o subjuntivo só ganha alguma consistência pelo seu contraste com o indicativo, modo da asserção franca. Para mostrar que existe a oposição indicativo *versus* subjuntivo em português, Pontes (*op. cit.*) dá exemplos de situações contrastivas em que se evidencia a oposição modal entre realidade e irrealidade em

orações independentes e dependentes. Para exemplificar essas situações contrastivas, a autora utiliza orações de estrutura igual ou semelhante, em que não é possível indicar condicionamento sintático algum. Em (4) e (5) seguem, respectivamente, exemplos da autora de ocorrência em orações independentes e dependentes.

- (4) *S: Deus me livre!*
I: Eu não me lembro!

- (5) *S: Desde que tenha verbo ...*
I: Eles falam de um jeito que até parece estrangeiro

Além de apontar as situações contrastivas, a autora cita também situações não contrastivas (em que só ocorre o subjuntivo). Vejamos:

em orações independentes, iniciadas por alguma expressão indicadora de desejo ou dúvida:

- (6) *Quem dera que eu pudesse ir também
 ... sem eu saber, talvez saísse melhor*

em orações dependentes, ocorrendo com expressões:

- a) de sentido *optativo* (desejo)

- (7) *Deus queira que isso não degradingole.*

b) com sentido de *dúvida, incerteza*

(8) *Depois, podia ser que não desse certo.*

c) indicando condições ou *hipótese*

(9) *A não ser que fosse se o gravador estivesse escondido!!!*

d) *negativa*

(10) *Não acredito que ele venha, assim!*

e) *impessoais ou indefinidas*

(11) *Não faz mal que eu esteja falando.*

f) com sentido de *futuro*

(12) *Amanhã (...) eu tenho quem me dê.*

Pontes (1972, p. 74) conclui que, dado o contraste básico entre as formas do subjuntivo, que indicam desejo, dúvida, hipótese, incerteza, ou simplesmente indefinição (que podemos resumir na significação geral de “irreal”), e as do indicativo, que indicam o fato, simplesmente, sem conotação de irreal, pode-se afirmar que existe “distinção modal na morfologia do verbo português, com base na existência do contraste tanto em orações independentes como dependentes. Haver complementação em outras situações não desmente esse fato”.

Pereira (1974 *apud* ROCHA, 1997) estudou a oposição modal indicativo/subjuntivo em orações subordinadas substantivas introduzidas por *que*, pois, conforme a autora, neste contexto gramatical, as formas têm um caráter eminentemente gramatical, e a ocorrência do modo subjuntivo é exigida em todas as orações introduzidas por *que*. Pereira afirma que são as orações encaixadas que carregam a marca morfológica de modo; entretanto, acredita que, em português, as significações expressas pelo indicativo e pelo subjuntivo não são estritamente relativas ao verbo. Para ela, essas significações relacionam-se a uma classe semântica que ela define como universal, a modalidade, que pode ter como meios de expressão: a subordinação sintática, a entoação, recursos lexicais a palavras auxiliares de significados modais (verbos ou advérbios) etc. A autora aponta, ainda, o recurso da variação morfológica verbal.

Duas hipóteses são levantadas por Pereira (1974 *apud* ROCHA, 1997, p. 45) para explicar o emprego dos modos verbais em português: “i) as formas do subjuntivo têm valor semântico oposto ao das formas do indicativo; ii) os modos se combinam de acordo com os

condicionamentos particulares de cada caso, estando, portanto, em distribuição complementar”.

A autora afirma que, quando ocorre oposição semântica entre subjuntivo e indicativo, há um caso de modo no sentido de uma categoria semântica. Nos outros casos em que não existe essa oposição, o indicativo e o subjuntivo são apenas variantes morfológicas, condicionadas por contextos particulares, em orações subordinadas cuja significação modal já está indicada na oração principal.

Desse modo, Pereira (1974 *apud* ROCHA, 1997) acredita que o uso do indicativo em contextos preferencialmente do subjuntivo se justifica pelo fato de, muitas vezes, a subordinação ser suficiente para marcar a modalidade. Ou, ainda, que a modalidade já está marcada por outro elemento da sentença, como, por exemplo, um verbo auxiliar modal, o que pode favorecer o emprego do indicativo em contextos do subjuntivo.

Wherritt (1978 *apud* ROCHA, 1997), a partir de uma amostra do português brasileiro composta por gravações de conversação livre realizada com falantes da cidade de São Paulo e por dados de fontes escritas – testes de preenchimento de lacunas com informantes da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro – estudou o uso do modo subjuntivo em todos os tipos de orações subordinadas e constatou que quase a metade das ocorrências com subjuntivo se deram em sentenças com tempo futuro e nas orações iniciadas por *se*, orações adverbiais condicionais.

Segundo a autora, todos os usos do modo subjuntivo são redundantes, já que o próprio subjuntivo e a restrição subjuntiva contida em algum elemento da sentença portam a mesma

noção semântica. Para ela, o emprego do subjuntivo, depois de verbos volitivos e de emoção, e depois de imperativos e de orações adjetivas, não é fundamental para o significado, pois considera que “o significado não é inerente à flexão verbal, mas é antes um reflexo morfológico da condição que é externa ao verbo flexionado” (WHERRITT, 1978, *apud* ROCHA, 1997, p.41-42).

Rocha (1997), ao analisar a alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português, constatou que o verbo da oração matriz é uma variável muito importante na determinação da alternância entre os modos verbais citados, embora não seja a única. A autora afirma que a factividade, de uma forma geral, desfavorece o uso do modo subjuntivo, enquanto a não-factividade o favorece. Além desse aspecto, verificou que a presença dos traços semânticos de volição e emotividade/avaliação propicia ainda mais o emprego do subjuntivo, concluindo que os verbos não-factivos não-volitivos favorecem o subjuntivo, e os verbos não-factivos volitivos favorecem ainda mais a seleção deste modo.

Galembeck (1999), analisando dados de fala, pôde observar a alternância do modo subjuntivo com os modos indicativo e infinitivo em situações para as quais a gramática tradicional prescreve o subjuntivo. O autor considera que o falante mantém o subjuntivo quando a situação está relacionada à dúvida, incerteza, suposição, hipótese e possibilidade. Se esses valores não se manifestam claramente, o falante privilegia os modos indicativo e infinitivo. Conforme conclui Galembeck (1999, p. 232), “as análises efetuadas permitiram verificar que o emprego do subjuntivo é dependente do valor semântico de cada modalidade de oração”.

Pimpão (1999) também estudou o caráter variável do modo subjuntivo. Utilizou para realizar a sua pesquisa as ferramentas da Teoria da Variação e do Funcionalismo Lingüístico da linha givoniana. A autora procurou investigar o uso do modo subjuntivo nos quatro contextos elencados por Givón (1995), como sendo os mais prováveis para a manifestação desse modo verbal, sendo eles: cláusula adverbial, cláusula substantiva, cláusula relativa e com o advérbio *talvez*.

A autora constatou que:

O traço de futuridade no eixo dos mundos possíveis, do vir-a-ser, vincula-se ao nível sintático-semântico, contexto favorável à retenção do modo subjuntivo. A estrutura significativa de algumas estratégias lingüísticas (conectores adverbiais final e temporal, verbos deônticos, por exemplo) reflete o traço de projeção futura intrínseco, codificando condições externas ou internas sobre o agente da proposição para a realização de um evento que apenas poderá ser efetuada no futuro.

O traço de futuridade vincula-se à modalidade *irrealis*, modalidade dos eventos potenciais, ainda não-realizados. Conforme Givón (1995) e Bybee & Fleischmann (1995), o futuro é o tempo *irrealis*, consideração corroborada pela premissa givoniana de compreender primeiramente o *irrealis* para, posteriormente, compreender o subjuntivo (PIMPÃO, 1999, p. 113).

Pimpão (*op.cit.*) observou que os traços de atemporalidade – incerteza, habitualidade, hipótese e condição –, destituídos de projeção futura, possibilitam que o falante empregue o indicativo. A atemporalidade é ressaltada por algumas estratégias lingüísticas, tais como verbos epistêmicos, cláusulas relativas e conectores condicionais. Desse modo, constata que a presença do traço de futuridade é o grande favorecedor da retenção do subjuntivo, enquanto a ausência desse traço favorece a seleção do indicativo.

Givón (1995) acredita no caráter funcional da distribuição dos modos verbais, por isso procura estabelecer alguns princípios coerentes em que se pode predizer em quais meios gramaticais o modo subjuntivo se manifeste. Antes de tratar da distribuição funcional e gramatical das situações de *irrealis*, aponta em quais principais contextos gramaticais há essa distribuição. Para o autor, o modo subjuntivo é um submodo de *irrealis* e podem-se identificar os mais prováveis focos de subjuntivo ao longo de duas dimensões escalares de *irrealis*: a epistêmica – certeza mais baixa; e a deôntica – manipulação mais fraca. Segundo Givón, o modo subjuntivo tende a ser realizado como a estratégia mais provável em contexto *irrealis*.

Dik (1997) considera que a factualidade pode ser um dos fatores responsáveis pela seleção das formas de modo nas línguas. No espanhol, segundo ele, um dos fatores acionadores do uso de formas verbais indicativas e subjuntivas está estreitamente relacionado à factualidade do complemento: em muitos complementos factuais, usa-se o indicativo, e nos não-factuais, o subjuntivo.

5. Resumo

Diante dessas considerações concernentes ao emprego do modo subjuntivo, podemos verificar que Pontes (1972), Galembeck (1999), Givón (1995) e Dik (1997), embora considerem que o uso do subjuntivo é determinado por expressões específicas que denotam dúvida, possibilidade, hipótese etc, e, portanto, que sua expressão é redundante, não

desprezam o significado inerente à morfologia do modo verbal. Já Wherritt (1978 *apud* ROCHA, 1997) considera que o significado do modo subjuntivo é apenas um reflexo morfológico da condição que é externa ao verbo flexionado e não inerente à flexão verbal.

Pereira (1974 *apud* ROCHA, 1997) parece considerar as duas possibilidades, pois afirma que o subjuntivo tem uma função semântico-gramatical e outra função predominantemente gramatical. No primeiro caso, como vimos, acredita que há uma oposição semântica entre subjuntivo e indicativo, assim temos modo no sentido de categoria semântica. No segundo caso, em que não há essa oposição modal, subjuntivo e indicativo podem ser considerados variantes morfológicas, selecionados em orações subordinadas nas quais a significação modal já está presente na oração principal.

Dentre todas as visões apresentadas, consideramos a de Pereira (1974 *apud* ROCHA, 1997) a que mais se aproxima da posição que assumimos neste trabalho. Consideramos o modo subjuntivo como sendo um domínio extremamente complexo e temos, como hipótese central para este estudo, que ora o subjuntivo poderá variar com o modo indicativo, sem que se perca o caráter de *irrealidade* da sentença, ora poderá se contrapor ao indicativo, estabelecendo sentidos opostos. Não é demais lembrar que interessa-nos os usos intercambiáveis desses modos sem que isso leve a alterações de sentido.

CAPÍTULO III

UNIVERSO DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. As amostras

Para realizarmos a investigação ora proposta, utilizamos o *corpus* organizado pelo Grupo *Discurso & Gramática*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e divulgado por Votre & Oliveira (1995), e o *corpus Iboruna*, constituído pelo projeto “ALIP (Amostra Lingüística do Interior Paulista)”, do IBILCE-UNESP, Campus de São José do Rio Preto (cf. GONÇALVES, 2005).

Inicialmente, utilizamos somente o *corpus Discurso & Gramática*, que é composto por depoimentos de 93 informantes, cada um tendo produzido cinco tipos de textos orais e, a partir desses, cinco textos escritos, com vistas a possibilitar a comparabilidade entre as modalidades escrita e falada (cf. VOTRE & OLIVEIRA, 1995). Os tipos de texto produzidos são: narrativa de experiência pessoal; narrativa recontada; descrição de local; relato de procedimento; relato de opinião.

Para a composição desse *corpus* foram selecionados informantes que estivessem cursando diferentes séries da escola regular, com o objetivo de investigar se os fenômenos estudados podem sofrer alguma influência do grau de escolaridade. As entrevistas cobrem os informantes desde a alfabetização até o término do Ensino Superior. Os organizadores do

corpus optaram por trabalhar com informantes de séries terminais de cada segmento. Seguem abaixo dados da distribuição dos informantes pela variável escolaridade:

alunos de classe de alfabetização – infantil – 15 informantes

alunos de classe de alfabetização – adulto – 8 informantes

alunos da 4ª série do Ensino Fundamental – 34 informantes

alunos da 8ª série do Ensino Fundamental – 12 informantes

alunos da 3ª série do Ensino Médio – 16 informantes

alunos do último ano do Ensino Superior – 8 informantes

total – 93 informantes

O *corpus* permite o controle também da variável gênero, distribuindo informantes masculinos e femininos em cada um dos graus de escolaridade pesquisados.

A escolha por esse material se deve a duas razões principais: o *corpus* controla a variável escolaridade, o que consideramos fundamental para verificar a influência desse fator para a alternância entre subjuntivo e indicativo nas orações encaixadas; além disso, é possível observar se o tipo de texto se correlaciona ou não com a escolha da variável pesquisada.

Num segundo momento da pesquisa, dada a necessidade de ampliarmos o número de ocorrências com o modo subjuntivo ou com a sua variável, utilizamos também o *corpus Iboruna*, que conta com amostras de fala de uma variedade do português falado no interior

paulista, mais especificamente na região Noroeste do Estado de São Paulo, envolvendo sete cidades circunvizinhas, a saber: São José do Rio Preto, Bady Bassit, Mirassol, Guapiaçu, Onda Verde, Cedral e Ipiguá.

A escolha desse segundo *corpus* deve-se ao fato de, na sua constituição, ter sido empregada metodologia semelhante à da constituição do *corpus Discurso & Gramática* (cf. GONÇALVES, 2005). Assim como no *corpus Discurso & Gramática*, no *Iboruna* os informantes também produziram mesmos tipos de textos; lembrando: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião.

Na constituição do *corpus Iboruna*, controlam-se, além das variáveis sociais *gênero* (feminino e masculino) e *escolaridade* (1º ciclo EF; 2º ciclo EF, Ensino Médio e Ensino Superior), as variáveis *faixa etária* (7 a 15 anos; 16 a 25; 26 a 35, 36 a 55 e mais de 55 anos) e *renda familiar* (mais de 25 salários mínimos (sm); de 11 a 24 sm; de 6 a 10 sm e até 5 sm).

Como visto anteriormente, o *corpus Discurso & Gramática*, além dos relatos orais, possui os relatos escritos, que foram levados em consideração em uma seleção prévia de dados. No entanto, como o *corpus Iboruna* não conta com relatos escritos, descartamos os dados provenientes dessa modalidade por uma questão de coerência.

Faz-se imprescindível esclarecer que a diferença entre o número de ocorrências extraídas do *corpus Discurso & Gramática* e do *Iboruna* se deve ao fato de o primeiro ter sido utilizado integralmente para a nossa pesquisa, enquanto o segundo, só parcialmente, pois esta amostra está ainda em fase de constituição e transcrição. Por essa razão, compusemos

uma subamostra do *corpus Iboruna*, selecionando 15 informantes entre as variáveis *gênero/sexo* e *escolaridade* e buscando um certo equilíbrio, a saber:

- 2 informantes masculinos do 1º ciclo do Ensino Fundamental
- 2 informantes femininos do 1º ciclo do Ensino Fundamental
- 2 informantes masculinos do 2º ciclo do Ensino Fundamental
- 2 informantes femininos do 2º ciclo do Ensino Fundamental
- 1 informante masculino do Ensino Médio
- 2 informantes femininos do Ensino Médio
- 1 informante masculino do Ensino Superior
- 3 informantes femininos do Ensino Superior

Com exceção do grupo de escolaridade *Ensino Médio*, todos os outros níveis de escolaridade contaram com 4 informantes. Esse foi o número mais equilibrado a que pudemos chegar em virtude de a transcrição das entrevistas ainda estar em andamento.

Como na constituição do *corpus Discurso & Gramática* não foram controladas de forma sistemática as variáveis sociais *faixa etária* e *renda familiar*, na composição da subamostra do *corpus Iboruna*, mantivemos a expectativa inicial e selecionamos os informantes considerando apenas as variáveis sociais *nível de escolaridade* e *sexo/gênero* do informante.

É pertinente apontar aqui, entretanto, que seria interessante para o estudo em questão investigar, principalmente, se o fator faixa etária de alguma forma interfere na seleção do modo verbal da oração encaixada, já que no estudo de Rocha (1997) este fator foi considerado relevante pelo programa estatístico.

As seguintes etapas foram seguidas para que fosse efetuada a pesquisa:

- a) Seleção de ocorrências do subjuntivo ou sua forma alternativa;
- b) Codificação e digitação dos dados, seguindo um envelope de variação (cf. TARALLO, 1990) e usando, como ferramenta, o pacote estatístico Varbrul e seus subprogramas, que estimam a frequência do fenômeno variável, fazem tabulação cruzada das variáveis e extraem o peso relativo para indicar as variáveis de maior significância (SCHERRE, 1996);
- c) Descrição e análise dos resultados;
- d) Comparação com os resultados de outros estudos realizados sobre o assunto.

A indicação da fonte das ocorrências que ilustram nossas análises será efetuada do seguinte modo: seguindo-se cada ocorrência serão indicados, respectivamente, o *corpus*, a identificação do informante, e o tipo de texto de onde o dado foi extraído. Utilizando as siglas mnemônicas instituídas no banco de dados *Iboruna*, os tipos de texto estão assim identificados:

- NE: Narrativa de experiência pessoal

- NR: Narrativa recontada
- RO: Relato de opinião
- RP: Relato de Procedimento
- DL: Descrição de Local

Seguem, abaixo, dois exemplos de como os dados serão citados.

- (1) *quando a cebola e o alho está bem amarelinho quase queimando eu coloco o arroz (Iboruna, AC-088, RP)*
- (2) *se não for um colégio particular... muitas vezes você está despreparado (D&G, 20, RO)*

2. O envelope de variação e a formulação de hipóteses de investigação

A postulação dos fatores lingüísticos e extralingüísticos objetiva averiguar quais variáveis se correlacionam com o uso do modo subjuntivo em situações para as quais a norma padrão prevê somente o uso deste modo verbal.

Embora os gramáticos prescrevam o uso do subjuntivo em orações absolutas e complexas, serão alvo deste estudo somente as orações subordinadas substantivas e as adverbiais, dada a necessidade de delimitação do tema para uma investigação mais aprofundada, e em virtude também da necessidade de investigar com quais tipos de orações subordinadas – substantivas ou adverbiais – a alternância entre subjuntivo e indicativo ocorre

com maior frequência e quais principais fatores lingüísticos e/ou extralingüísticos concorrem para isso.

As orações adjetivas não serão alvo do nosso estudo porque o português mantém uma situação similar à identificada por Givón (1995) com referência ao espanhol, que aponta um contraste funcional entre as orações adjetivas que adotam o indicativo e as que selecionam o subjuntivo. Segundo ele, o indicativo seria usado para designar um nome específico e o subjuntivo, para indeterminar o nome a que se relaciona. Confirmamos os exemplos abaixo.

(3) Procura-se uma secretária que *fala* inglês.

(4) Procura-se uma secretária que *fale* inglês.

Em (3) temos, por meio do uso do modo indicativo, a definição de uma secretária específica que deve ser procurada. Já em (4), dado o uso do modo subjuntivo, observamos que a procura é por qualquer secretária, desde que *fale* inglês. Em outras palavras, em (3), a referência é definida, conhecida, enquanto em (4) é indefinida, desconhecida.

É importante reafirmar, portanto, que o nosso objetivo não é investigar situações em que o contraste subjuntivo/indicativo já determine previamente diferença funcional, mas investigar se o não uso do modo subjuntivo, em contextos em que o seu emprego é prescrito como categórico pela gramática tradicional, constitui um caso de variação ou se o falante tem intenções comunicativas diferentes quando emprega o indicativo no lugar do subjuntivo.

Algumas das hipóteses que motivaram a investigação desse fenômeno constam na explicitação das variáveis que constituem o envelope de variação descrito abaixo. Ressaltamos que esse envelope é resultado das considerações encontradas na literatura sobre o assunto e também de nossas próprias observações.

A variável dependente se aplica apenas aos casos em que, de acordo com a norma padrão, a expectativa é a do aparecimento do modo subjuntivo.

Passemos, então, a explicar as hipóteses que levaram à formulação de cada um dos grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos envolvidos na investigação do nosso objeto de estudo.

2. 1. Os fatores lingüísticos

2.1.1. Tipo de oração subordinada¹

Como vimos no Capítulo 2 deste trabalho (seção 2.2), o modo subjuntivo é o modo da subordinação por excelência, visto que denota uma ação ainda não realizada e concebida como dependente de outra.

Givón (1995) postula que o subjuntivo tende a surgir em orações adverbiais que apresentam contexto *irrealis* e em orações que completam predicados também com sentido *irrealis*. O autor classifica esses predicados de categoria *irrealis* em quatro tipos: *manipulação*, *preferência*, *ansiedade epistêmica* e *baixa certeza epistêmica*. Desse modo,

¹ Seguindo a terminologia mais recorrente na GF, usaremos o termo *matriz* para a chamada oração principal das subordinadas substantivas, e o termo *núcleo*, para a oração principal das subordinadas adverbiais. As subordinadas substantivas serão chamadas simplesmente de *orações encaixadas*.

torna-se importante considerar um fator que quantifique com qual tipo de oração subordinada, encaixada ou adverbial, há maior alternância entre os modos subjuntivo e indicativo. As orações encaixadas coletadas são as que completam o sentido de predicados com sentido *irrealis*, como veremos no item relativo ao tipo de predicado matriz. As orações adverbiais pesquisadas também foram extraídas de contextos *irrealis*. Foram encontradas, nos bancos de dados pesquisados, orações adverbiais temporais, finais, concessivas, comparativas e condicionais.

Seguem a seguir exemplos de ocorrências que ilustram esse grupo de fatores:

- **Oração encaixada**

- (5) *Eu fiquei super feliz, fui dormir super ansiosa... eh:: pra que queria muito que chegasse aquele dia... (Iboruna, AC 008, RE)*

- **Orações adverbiais**

- (6) *ela achou que quando ela chegasse no Solo a primeira escola do bairro seria a escola que ela tinha que trabalhar (Iboruna, AC-088, NR) (Temporal)*
- (7) *mesmo que ela não esteja ainda na escola ela já vai estar entrando em contato com o mundo letrado (Iboruna, AC-088, RO) (Concessiva)*
- (8) *se eu for lembrar eu vou demorar muito (Iboruna, AC-002, RE) (Condicional)*

- (9) *é um pequeno espaço com uns dois metros quadrados... só que ficava o tanquinho lá fora como se fosse a área de serviço (Iboruna, AC-035) (Comparativa)*
- (10) *eu deixo sempre um pedacinho da panela aberto pra para que o arroz continue fervendo (Iboruna, AC-088, RP) (Final)*

2.1.2. Tipo de predicado matriz

Este grupo de fatores, tipo de verbo da oração principal, está estritamente relacionado às orações encaixadas, já que a carga semântica do predicado matriz é responsável pela seleção do modo verbal da encaixada. Portanto, esse fator se aplica somente às orações encaixadas, e não às adverbiais.

Os tipos de predicado matriz estão divididos da seguinte maneira, de acordo com a subdivisão proposta por Givón (1995):

Ansiedade epistêmica: *esperar, acreditar, pensar, temer, achar.*

Baixa certeza epistêmica: *duvidar, negar, suspeitar.*

Manipulação fraca: *pedir, sugerir, dizer.*

Manipulação forte: *ordenar, mandar, exigir.*

Preferência: *querer, desejar, gostar (com sentido de querer), preferir.*

No que se refere especificamente ao predicado *achar*, foram coletados somente os casos em que ele ocorre no passado e/ou com operador de negação, já que nestes contextos foi possível identificar a alternância indicativo/subjuntivo. No presente do indicativo, *achar* seleciona apenas o modo indicativo. O único caso encontrado no banco de dados em que o falante seleciona o subjuntivo encaixado ao predicado *achar* no presente do indicativo é apontado em (11), abaixo, na primeira ocorrência do verbo.

- (11) *eu acho que o Brasil... de repente ... seja um dos países assim... que::... a pessoa entra pra política só por visão assim de/ “ô... vou entrar para a política... tá? Está na hora de eu me estabelecer...” (...) mas eu acho que o Brasil é::... é um país muito grande... entendeu? Pode melhorar” (D&G, 4, RO)*

A seleção do modo subjuntivo na ocorrência acima é explicada pelo emprego do modalizador *de repente* (= *talvez*), nos limites da oração encaixada.

Quando o predicado *achar* ocorre no passado, a oração encaixada aparece tanto no subjuntivo como no indicativo. Como ilustrado abaixo:

- (12) *de repente a professora passou e começou a recolher as provas... a minha e a da menina que estava atrás... eu achei que tivesse acabado o tempo... não sei... aí ela virou pra mim e falou assim “podem sair... vocês estavam colando” (D&G, 16, NE)*

- (13) *achou que de manhã era melhor porque aí ele parou o futebol pra voltar” (Iboruna, 002, NT)*

No Capítulo IV, referente à análise dos dados, encareceremos esta questão relacionada, especificamente, ao predicado *achar*.

Ainda quanto ao fator *tipo de predicado matriz*, cabe ressaltar que Rocha (1997), em seu estudo sobre a variação modal em orações encaixadas, analisou nove classes semânticas de verbos da oração matriz, com o objetivo de verificar que classes de verbos mais influenciam a variação de modo. Para dividir os verbos em classes semânticas, a autora utilizou a classificação de Pereira (1974), que fez uma minuciosa análise das classes verbais e seus verbos constituintes, a saber:

Verbos não-factivos volitivos: *querer, esperar, preferir*;

Verbos e predicados verbais não-factivos não-volitivos: *ter medo, ficar com medo, temer, pedir, ser necessário, deixar, ser provável*;

Verbos factivos emotivos ou avaliativos: *gostar, concordar*;

Verbo factivo não-emotivo ou avaliativo: *saber*;

Verbos e predicados indiferentes de opinião: *considerar, imaginar, pensar, acreditar, significar, supor, dizer (=significar), parecer, achar*;

Verbos e predicados bicondicionais: *duvidar, ser possível, poder ser*;

Verbo implicativo negativo: *impedir*;

Verbos performativos: *garantir, afirmar, dizer*;

Verbo condicional: *ser certo*.

Para traçarmos uma comparação entre o nosso estudo e o de Rocha (1997), controlaremos também, por meio do grupo de fatores *carga semântica do predicado matriz*, a classificação proposta acima, com exceção das classes: verbo factivo não-emotivo ou avaliativo (*saber*); verbos performativos (*garantir, afirmar, dizer*) e verbo condicional (*ser certo*), porque os verbos inseridos nessas classes devem selecionar o indicativo na oração encaixada e não o subjuntivo. Como vimos, o nosso objetivo é investigar os contextos em que o verbo da oração principal seleciona o modo subjuntivo na encaixada.

2.1.3. Tempo do predicado da oração principal

Além de observarmos o *tipo de predicado da oração matriz*, consideramos importante analisar se o tempo verbal dessa oração influencia o uso do modo subjuntivo.

É importante ressaltarmos que Cervoni (1989) considera que alguns tempos do modo indicativo têm empregos modais, tais como o futuro do pretérito, o futuro do presente e o imperfeito. Para o autor, esses tempos têm certa carga de irrealidade, conjectura e potencialidade. Por isso, é nossa intenção observar se, além do valor de irrealidade presente no *tipo de predicado da oração matriz*, o tempo do verbo desta oração pode contribuir para o aumento do grau de irrealidade, favorecendo, desse modo, o uso do modo subjuntivo na oração subordinada. Esse fator lingüístico será aplicado tanto para as orações encaixadas

quanto para as adverbiais. Confirmamos as ocorrências (14) e (15) em que temos a oração núcleo com o verbo no futuro de pretérito.

(14) *se elas não conseguissem providenciar a gente **ia dar** um jeito de arrumar pedir para alguém ou até fazer de papel crepom né o vestidinho (Iboruna, AC-088, RE)*

(15) *se eu soubesse que eu ia ter sossego eu **teria feito** mais cedo (Iboruna, AC-110, RE)*

2.1.4. Tipo semântico do sujeito da oração subordinada

A inclusão desse fator é motivada pelo estudo de Gryner (1990), referente à variação de modo nas orações condicionais. Conforme a autora, esse fator mostrou-se relevante para identificar com qual tipo de sujeito é mais provável que ocorra o modo subjuntivo ou o indicativo nas orações condicionais. Gryner (*op. cit.*), a partir da combinação dos traços [+/- referencial] e [+/- genérico], propõe uma escala que denomina *extensão do referente do sujeito* (referência geral>referência particular>referência zero).

O sujeito classificado como [+referencial] [+genérico] é aquele que abrange *todo* ou *qualquer* indivíduo. Podem ser caracterizados pelo seu uso genérico os pronomes pessoais quando usados de forma indefinida: *a gente, você, tu* e *eu*; os SNs indefinidos: *um cara, o sujeito, nego, neguinho, uma pessoa, a pessoa*; e os coletivos: *o povo, a turma, o pessoal*.

Observemos as ocorrências abaixo:

(16) *parece que querem que você fique em casa assim e não produza nada (D&G, 2, RO)*

- (17) *se o cara tem valor ou não... então seu valor perante/ que é dado ... de tanto você estudar... é jogado rio abaixo. (D&G, 1, RO)*
- (18) *todo mundo levou um susto... pensou que fosse algum assalto ou alguma coisa parecida (D&G, 11, RE)*

O sujeito caracterizado como [+referencial] e [-genérico] é aquele que possui como referente um ou mais indivíduos particulares, sendo, portanto, SNs com referentes não genéricos, ou seja, não coletivos e não determinados por artigos indefinidos. Vejamos as ocorrências:

- (19) *e ele fez como se ele tivesse uma arma... ela não sabia se ele estava com uma ar/ primeira vez que ela tinha sido assaltada (D&G, 15, NR)*
- (20) *minha mãe falou que talvez... quando eu passasse/ se eu passasse pro segundo grau se eu passasse pro segundo grau... ela ia me voltar pra lá (D&G, 28, RO)*

E, finalmente, o sujeito caracterizado como [-referencial] é aquele que não se refere a qualquer entidade identificável. Desse modo, podemos classificar como não referencial um SN indefinido ou indeterminado, uma oração, um contexto discursivo/situacional e zero, ou seja, uma oração que não apresente sujeito formal. Ocorrências:

- (21) *se não tiver ... aí eu boto mais um pouquinho d'água.... se tiver com pouco sal eu boto (D&G, 1,RP)*

- (22) *eu ponho tudo isso... quando esta colocando isso com um pouco d'água... o que que eu faço? eu pego o creme de leite...* (D&G,1, RP)

Como nosso estudo abarca não só as orações condicionais, mas também outros tipos de orações adverbiais, bem como encaixadas, consideramos pertinente investigar se um fator que se mostrou relevante para as condicionais pode influenciar a alternância de modo nos demais tipos de orações encaixadas.

2.1.5. Grau de certeza epistêmica

Para justificar a utilização desse fator, é importante esclarecer alguns pontos. Lembrando-nos da definição de Givón (1995), de que o subjuntivo é um submodo de *irrealis* e que, por isso, esse modo se manifestará mais provavelmente em contextos *irrealis*, parece incoerente dividir o grau de certeza epistêmica em irreal, potencial e real, já que o contexto que estamos buscando estudar é o *irrealis*. O que ocorre, na verdade, é que procuramos dividir essa variável em três fatores: chamamos de *potencial* a situação que tem maior possibilidade de acontecer; de *irreal* aquela que não tem possibilidade de acontecer; e de *real* a situação que de fato aconteceu, mas que, por força do verbo da oração matriz, costuma selecionar o modo subjuntivo.

Observemos algumas ocorrências que exemplifiquem cada um dos fatores indicados:

Potencial

- (23) *eu gosto de provar... prova... se o sal estiver ::/ ai sempre falta um pouco de sal... ponho o sal a gosto (D&G, 1, RP)*
- (24) *a gente tem que reaver a esperança e torcer ... que esse país possa ter... um governo digno (D&G, 2, RO)*

Irreal

- (25) *eles continuaram pensando que era brincadeira do cara... só que () foram ‘ué ele não veio atrás?’ (D&G, 1, NR)*
- (26) *já pensou se o mundo fosse ‘eh... ‘se ficasse só as mulheres no mundo? Ia ficar’ não sei o que .. (D&G, 24, RO)*

Real

- (27) *então se ele está representando o povo ... então ele assuma seu papel (D&G, 1, RO)*
- (28) *a empresa mandou que ... me pegassem... levassem para uma delegacia (D&G, 30, NR)*

2.1.6. Pessoa

A inclusão do fator *pessoa* entre as variáveis lingüísticas se deve ao estudo de Pimpão (1999) a respeito do uso variável do presente do subjuntivo. A autora afirma que o resultado da análise dos seus dados confirmou a hipótese inicial de que a *primeira pessoa* desfavoreceria o uso do subjuntivo em razão da interatividade com o ouvinte e a forte proximidade com o conteúdo informacional veiculado pela proposição. Pimpão (1999) afirma ainda que os resultados confirmaram sua expectativa de o modo subjuntivo estar sendo inibido pela primeira pessoa do discurso e retido pela terceira, o que evidencia a proximidade do falante com o conteúdo proposicional como contexto inibidor do emprego do modo subjuntivo.

Confirmamos a ocorrência abaixo, extraída de Pimpão (1999, p.75), em que a presença do modalizador *talvez* levaria ao uso do subjuntivo na oração que ele escopa; no entanto, segundo a autora, a presença da 1ª pessoa inibiria tal emprego do modo verbal.

(29) *Parada, se Deus me der vida e saúde, eu não vou ficar, né? Talvez eu não vou fazer marmitta pra fora de casa, botar uma ajudante assim.*

Desse modo, é nossa intenção observar se o grupo de fatores *pessoa* também se mostra relevante no nosso estudo, desfavorecendo o uso do subjuntivo quando correlacionado à primeira pessoa.

2.1.7 Paradigma Flexional e Saliência Fônica do verbo da oração subordinada

Rocha (1997) procurou investigar qual a influência de dois fatores, paradigma flexional e saliência fônica do verbo da oração encaixada, na variação de modo. A autora procurou classificar os verbos da oração encaixada observando os aspectos formal e fonológico. No que se refere à forma, classificou os verbos seguindo a definição que categoriza os verbos como sendo regulares, irregulares e anômalos.

A definição apresentada por Rocha (1997, p. 86) é a seguinte:

Os verbos regulares são aqueles cujas desinências seguem um mesmo padrão de acordo com a conjugação, mantendo-se invariáveis os radicais do verbo. Os irregulares são aqueles em que há alteração nas desinências e/ou radical, afastando-se esses verbos dos paradigmas das conjugações. (...) Os verbos anômalos são aqueles que apresentam um maior distanciamento do padrão flexional de conjugação, sendo, então, extremamente irregulares. Os verbos sob esse rótulo são: *ser, estar, ter, ir, haver, vir e pôr*. Essa distinção é apresentada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 374), porém nem sempre é adotada nas gramáticas e livros de língua portuguesa, mas optamos por fazer uso dessa classificação, na tentativa de uma delimitação mais minuciosa dos fatores desse grupo.

Concordamos com Rocha (1997) na afirmação de que o uso dessa classificação permitirá uma delimitação mais minuciosa a respeito dos fatores desse grupo. Desse modo, procuramos subdividir e classificar os verbos das orações encaixadas e adverbiais em regulares, irregulares e anômalos, objetivando investigar qual a influência do paradigma flexional no emprego do modo subjuntivo.

No que diz respeito ao aspecto fonológico do verbo da oração encaixada, Rocha (1997) parte do princípio de saliência fônica, proposto inicialmente por Naro & Lemle (1976 *apud* SCHERRE, 1988) e consolidado em Naro (1981), que estabelece que “as formas mais

salientes, e por isto mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas do que as menos salientes” (SCHERRE, 1988, p. 64 *apud* ROCHA, 1997, p. 87).

Assim sendo, Rocha (1997, p. 87-88) procurou identificar em seus dados três faixas de saliência fônica:

- máxima diferenciação fonológica, percebida pela total alteração das desinências modo-temporais e do radical, sendo este completamente distinto, como, por exemplo, se observa na oposição entre seja/sou; seja/é; fosse/ia; fosse/era.
(...)
- média diferenciação fonológica, percebida pela alteração da desinência modo-temporal e do radical, sendo este afastado do padrão, porém reconhecível. São exemplos as oposições entre tivesse/tinha; saiba/sabe; esteja/está; saiba/sei; desse/deu; queira/quer; desse/dava; houvesse/havia; quisesse/queria; possa/pode.
(...)
- menor diferenciação fonológica, percebida na desinência modo-temporal, sem envolvimento do radical, como, por exemplo, nas oposições entre falasse/falava; venha/vem; faça/faz; estivesse/estava; dissesse/dizia; deva/deve; vá/vai; haja/há; goste/gosta.

Também em nosso trabalho procuramos observar em que medida a saliência fônica se correlaciona à escolha do modo verbal da oração subordinada, visto que consideramos importante não só compararmos os nossos resultados aos de outros trabalhos do português brasileiro, nesse caso específico ao de Rocha (1997), mas ainda por acreditarmos ser fundamental observar quais fatores estão envolvidos na escolha do modo verbal da oração encaixada. Os grupos de fatores *paradigma flexional* e *saliência fônica do verbo da oração subordinada* à primeira vista parecem influenciar a escolha do modo verbal, por isso faz-se necessário investigar se essa hipótese se concretiza, ou seja, se esses fatores são estatisticamente relevantes para explicar a alternância entre modo subjuntivo e indicativo.

Rocha (1997) considerou ainda fundamental investigar qual dos dois fatores apresentados acima prevalece na escolha do modo verbal, já que, para a autora, no que se refere à aplicabilidade do Princípio da Saliência Fônica, a expectativa era de que as formas verbais subjuntivas que mais se distanciassem da forma do indicativo, ou seja, com oposição mais saliente, favoreceriam o emprego do subjuntivo, e as formas menos salientes, em que há maior proximidade entre a forma do subjuntivo e a forma do indicativo, privilegiariam o uso do indicativo.

Por outro lado, Rocha (1997, p. 88-89) apóia-se numa tendência oposta em que acredita

que as formas regulares, por seguirem um padrão fixo, apresentariam suas formas verbais mais acessíveis à memorização do falante. Assim, as formas verbais regulares, por requererem menos esforço mnemônico do falante, favoreceriam o uso do subjuntivo; e as irregulares e anômalas, por requererem mais esforço mnemônico do falante, favoreceriam o uso do indicativo. Justifica-se essa expectativa por ser o indicativo o modo não-marcado (...)

Assim como Rocha (*op.cit.*), consideramos importante observar qual desses dois fatores – paradigma flexional ou saliência fônica – mais interferem na escolha do modo verbal da oração subordinada.

2.1.8. Tipo de texto

Como vimos no início deste capítulo, nos dois *corpora* utilizados para o levantamento de dados, cada falante produziu cinco tipos de textos: *narrativa de experiência pessoal; narrativa recontada; descrição de local; relato de procedimento e relato de opinião*. A inclusão desse grupo de fatores em nosso envelope de variação se justifica em decorrência de outros estudos já terem demonstrado que determinados fenômenos lingüísticos são mais prováveis de se manifestarem dependendo do tipo de texto. É interesse nosso, portanto, averiguar se o tipo de texto de alguma forma influencia a escolha do modo verbal da oração encaixada.

2.2. Os fatores extralingüísticos

2.2.1. Gênero/sexo do informante

Paiva (1996), citando estudos já realizados, demonstra que a variável gênero tem sido considerada relevante nos estudos de fenômenos lingüísticos variáveis.

Nas sociedades não-ocidentais, a diferença de vocabulários entre homens e mulheres é tão marcada que se chega a falar na existência de um vocabulário feminino e de um vocabulário masculino. Essa diferença entre fala de homens e fala de mulheres se estende, no entanto, para além do plano lexical. A Sociolingüística tem interesse principalmente na influência que o fator gênero exerce sobre os fenômenos de variação estável e de mudança lingüística.

Inúmeros estudos apontam para o fato de que a mulher utiliza mais freqüentemente a forma de maior prestígio do que o homem, porque, segundo a nossa cultura, a mulher está mais vinculada à educação da prole, o que implica maior grau de apego às convenções normativas.

Tanto no que diz respeito à variação estável quanto à mudança lingüística, a mulher é mais sensível às formas lingüísticas prestigiadas socialmente, enquanto o homem, ao contrário, em geral, emprega as formas de baixo prestígio social por uma questão de identidade com o grupo a que pertence.

Sendo assim, o controle dessa variável será interessante para o estudo proposto para verificarmos de que forma ela correlaciona-se ao uso do modo subjuntivo.

2.2.2. Nível de escolaridade

Segundo Votre (1996), é possível detectar no sistema escolar três tipos básicos de ensino da língua padrão: o produtivo, o descritivo e o prescritivo. O ensino produtivo está centrado na aquisição de novos hábitos lingüísticos que a gramática escolar considera de prestígio. O ensino descritivo é marcado pelo aspecto normativo e descreve o que é prestigiado e deve ser utilizado. O ensino prescritivo está preocupado em eliminar o que considera vícios de linguagem, garantindo o uso da forma padrão em detrimento da forma estigmatizada. É possível concluir que quanto maior o grau de escolaridade do falante, maior

também será o domínio da variedade padrão, dado o maior contato com esta variedade na escola pelo falante.

No caso específico de nosso objeto de estudo, suspeitamos que quanto menor o grau de escolaridade, maior será a não-realização do subjuntivo. Essa é uma hipótese que necessita ser investigada devidamente.

Se observarmos uma maior frequência da não aplicação do subjuntivo por falantes com maior grau de escolaridade, pode-se prever uma mudança em progresso, já que os falantes de nível superior de escolaridade estariam atribuindo algum grau de prestígio ou de neutralidade à variante considerada estigmatizada pelo ensino prescritivo.

2.2.3. *Corpus* utilizado

Como vimos na primeira seção do presente capítulo, utilizamos dois *corpora* para a seleção das ocorrências: o *corpus* constituído pelo projeto *Discurso & Gramática*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o *corpus Iboruna*, composto pelo projeto ALIP sediado no IBILCE/UNESP.

Sendo assim, consideramos importante observar se a região em que foram constituídos os dois bancos de dados, ou seja, Rio de Janeiro e região noroeste paulista, influencia de alguma forma a variação de modo das orações subordinadas.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS RESULTADOS

1. Introdução

Já na seleção e digitação dos dados, foi possível perceber que o uso do modo subjuntivo, nos contextos previstos pela norma padrão, supera o uso do modo indicativo; no entanto, não foi difícil encontrar este modo verbal em contextos preferencialmente do subjuntivo. Notamos, ainda, que dependendo do tipo de oração subordinada, a variação entre os modos subjuntivo e indicativo se comporta de forma distinta. Neste capítulo de análise, pretendemos mostrar quais fatores estão envolvidos na seleção do modo verbal da oração subordinada, bem como refletir acerca do comportamento do uso do modo subjuntivo neste tipo de oração. Por meio da utilização do programa estatístico Varbrul e seus subprogramas, será possível confirmar ou refutar as hipóteses que nortearam nosso trabalho, principalmente no que se refere à seleção de variáveis que julgávamos diretamente relacionadas à escolha do modo verbal da oração subordinada.

Ao executarmos o programa de análise estatística, na rodada final com todos os grupos de fatores analisados, foram considerados estatisticamente relevantes os seguintes grupos de fatores, por ordem de seleção:

- i) *carga semântica do verbo da oração matriz;*

- ii) *grau de certeza epistêmica;*
- iii) *tipo de oração subordinada.*

Neste nosso capítulo de análise, seguiremos esta ordem para a apresentação dos resultados.

Os demais grupos de fatores, embora não tenham sido considerados estatisticamente relevantes, comporão também a análise ora proposta, não só com o objetivo geral de esclarecer o fenômeno da variação de modo nas orações subordinadas, mas também com o objetivo específico de explicar de forma mais nítida os grupos de fatores selecionados no cálculo da aplicação da regra variável.

Antes de iniciarmos a exposição dos resultados para cada um dos grupos de fatores selecionados, indicamos abaixo o universo sobre o qual as frequências foram extraídas.

Na forma do subjuntivo	$157/217 = 72\%$
Na forma do indicativo	$60/217 = 28\%$
Tabela 1: Resultado geral da expressão variável do modo subjuntivo	

A partir da leitura dos resultados acima, observamos que a variação na expressão do modo subjuntivo ocorre em 60 ocorrências de um total de 217, ou seja, 28%. Isso equivale a que dizer que, em 72% das ocorrências, o subjuntivo aparece no contexto em que ele é de fato requerido.

2. As variáveis lingüísticas

2.1. Predicado matriz: tipo e carga semântica

Os fatores analisados nesta seção estão estritamente relacionados às orações encaixadas, já que, como vimos no capítulo 2, o uso do subjuntivo neste tipo de oração relaciona-se basicamente ao *tipo de predicado* ou à *carga semântica do predicado da oração matriz*.

Com o objetivo de verificarmos qual a importância do predicado matriz para a seleção do subjuntivo, utilizamos duas formas de classificá-los: uma baseada nas categorias propostas por Givón (1995), e outra utilizada por Rocha (1997) ao estudar a alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português.¹

Como já mencionado, o grupo de fatores *carga semântica do predicado da matriz* foi o primeiro a ser considerado estatisticamente relevante, enquanto o grupo de fatores *tipo de predicado matriz* não foi considerado relevante pelo programa estatístico. Para compreendermos a que se deve essa diferença, observemos as Tabelas 1 e 2, referentes a esses grupos de fatores, sem a apresentação dos pesos relativos.²

Tipo de verbo da oração matriz	Apl./Total	%
Ansiedade epistêmica (<i>esperar, pensar, acreditar, achar</i>)	10/25	40
Preferência (<i>querer, desejar, gostar, preferir</i>)	26/29	90
Baixa certeza epistêmica (<i>duvidar, negar, suspeitar</i>)	1/3	33
Manipulação fraca (<i>pedir, sugerir e dizer</i>)	4/4	100

¹ Como já vimos no Capítulo 3, ao grupo de fatores que se refere às categorias propostas por Givón (1995) demos o título de *tipo de predicado da oração matriz*, já o grupo de fatores decorrente da classificação de Rocha (1997) foi denominado de *carga semântica do predicado da matriz*.

² Observe que, na Tabela 2, a coluna “Aplicação/Total” refere-se somente ao uso do subjuntivo. Assim, o valor complementar refere-se aos casos de uso do indicativo, já que estamos lidando com variável dependente binária. Por exemplo, para o caso da variante *ansiedade epistêmica*, a frequência de 40% (10/25) de aplicação de uso do subjuntivo implica, na complementação, 60% (15/25) de aplicação do indicativo. Esse mesmo procedimento deve guiar a leitura dos demais resultados apresentados neste capítulo.

Manipulação forte (<i>ordenar, mandar, exigir</i>)	7/7	100
Total	48/68	71
Tabela 2: Frequência de uso do subjuntivo em relação ao tipo de predicado matriz		

Carga semântica do verbo da matriz	Apl./Total	%
Indiferente de opinião (<i>considerar, imaginar, acreditar, significar, supor, dizer, parecer, achar, pensar</i>)	9/24	38
Não-factivo volitivo (<i>querer, esperar, preferir</i>)	26/28	93
Bicondicional (<i>duvidar, poder ser, ser possível</i>)	1/3	33
Não-factivo não-volitivo (<i>ter medo, ficar com medo, temer, pedir, ser necessário, deixar, ser provável</i>)	10/10	100
Emotivo ou avaliativo (<i>gostar, concordar</i>)	1/2	50
Implicativo negativo (<i>impedir</i>)	1/1	100
Total	48/68	71
Tabela 3: Frequência de uso do subjuntivo em relação à carga semântica do predicado matriz		

Observando as Tabelas acima, é possível constatar que, apesar da diferença de classificação apresentada em cada uma delas, os verbos classificados como *ansiedade epistêmica* coincidem, quase todos, com os verbos *indiferentes de opinião*; a única diferença está no predicado *esperar* que, no grupo *tipo de predicado matriz*, aparece classificado como *ansiedade epistêmica*, e, no grupo *carga semântica do predicado matriz*, é considerado predicado *não-factivo volitivo*. A diferença de 1 ocorrência entre os fatores *ansiedade epistêmica* (Tabela 2) e *indiferente de opinião* (Tabela 3) deve-se justamente ao predicado *esperar*. Vejamos a única ocorrência com este tipo de predicado:

- (1) *tenho uma filha que.... está noiva... já quase noiva já... eu **espero** que a minha filha venha/ não. que ela venha a seguir o meu ritmo... ta? de de ter conservado até hoje o meu casamento... mas se eu/ eu aconselho muito a ela... (D&G, 77, RO)*

Os verbos classificados como *preferência* (Tabela 2) e *não-factivo volitivo* (Tabela 3) também coincidem, com exceção dos predicados *esperar* (como já demonstrado acima) e *gostar*. O número de ocorrências de cada um desses predicados faz diferença no total de verbos classificados como *não-factivos volitivos*, 28, sendo que, desse total, 26 coocorrem com o subjuntivo, elevando a frequência para 93%, em comparação com o fator *preferência*, que teve frequência de 90%.

Desse modo, apesar da pequena diferença entre um e outro fator relativo ao verbo da oração matriz, aquele intitulado *carga semântica do predicado matriz* teve significativa relevância para o programa estatístico. Acreditamos que isso se deve ao fato de esse grupo de fatores ter subdividido mais minuciosamente os predicados empregados na oração matriz. E, além disso, o que poderia explicar a seleção de um e não de outro é o fato de a regra variável ter se aplicado a um maior número de variantes no grupo de fatores *carga semântica*, que apresentou variação em quatro variantes (*indiferentes de opinião, não-factivo volitivo, bicondicional, emotivo ou avaliativo*), enquanto o tipo de verbo apresentou variação em apenas três variantes (*ansiedade epistêmica, baixa certeza epistêmica e preferência*).

Observando a Tabela 2, verificamos que não houve variação com predicados de *manipulação forte* e *manipulação fraca*, o que sugere que com esses predicados o uso do subjuntivo é categórico. Vejamos algumas ocorrências com esses tipos de predicado.

Predicados de *manipulação forte*:

- (2) *então a diretora **mandou** que ela se calasse e aí aconteceu a discussão da qual se originou a tão falada suspensão” (D&G, 30, NR)*
- (3) *a minha mãe... quando ela era adolescente... a minha avó não... deixava que ela fosse pro/ para os bailes se divertir (D&G, 34, NR)*

Predicados de manipulação fraca:

- (4) *eu:: tive que interromper... a doutora **pediu** que eu interrompesse o anticoncepcional... aí nessa que eu interrompi... eu engravidei (D&G, 19, NE)*

Temos, então, que a variação se concentra nas orações encaixadas em predicados de *preferência, ansiedade epistêmica e baixa certeza epistêmica*, sendo que, com as duas últimas variantes, o uso do indicativo supera o do subjuntivo.

Ao analisarmos a Tabela 3, constatamos que com os predicados *não-factivos não-volitivos e implicativos negativos* não há variação, o que demonstra que, para esses predicados, a aplicação da regra é categórica. Sendo assim, eliminamos essas ocorrências dos dados para a extração dos pesos relativos. Confirmamos os resultados da Tabela 4, em que temos especificado, além da frequência, os pesos relativos das variantes.

Carga semântica do verbo da matriz	Apl./Total	%	Peso Relativo
Indiferente de opinião	9/24	38	.13
Não-factivo volitivo	26/28	93	.83
Bicondicionais	1/3	33	.16
Emotivo ou avaliativo	1/2	50	.48

Tabela 4: Frequência e peso relativo do uso do subjuntivo em relação à carga semântica do predicado matriz

Como podemos observar a partir da apresentação dos resultados na Tabela acima, os predicados classificados como *indiferentes de opinião*, *bicondicionais* e *emotivos ou avaliativos*, respectivamente com pesos relativos de .13, .16, .48, desfavorecem o uso do modo subjuntivo, enquanto os *não-factivos volitivos* favorecem o uso desse modo verbal.³

Partindo para a análise das variantes do grupo de fatores *carga semântica do predicado matriz* que desfavorecem a regra variável, iniciaremos pelos predicados *indiferentes de opinião*.

Como mencionado no Capítulo anterior (cf. seção 3.2), no que se refere ao tipo de predicado da oração matriz, excluímos da nossa análise as orações encaixadas ao predicado *achar* no presente do indicativo, já que esse caso não constitui regra variável.⁴ Retomemos a única ocorrência em que o falante emprega o subjuntivo na oração encaixada na matriz *eu acho que*.

³ Cabe aqui esclarecer que, na interpretação da regra variável, se o peso relativo de um fator for superior a 0.5, este é considerado como favorável à aplicação da regra; se for inferior a 0.5, é pouco favorável; e se for exatamente 0.5, é neutro (cf. BRESCANCINI, 2002, p. 47)

⁴ Independentemente do valor do predicado *achar* (incerteza ou mera opinião), o comportamento em relação ao uso do modo é o mesmo. Observe o conjunto de exemplos abaixo, relativamente aos valores de *achar*.

- (i) Eu acho que Maria é bonita. (opinião)
Na minha opinião, Maria é bonita.
* Eu não tenho certeza se Maria seja bonita.
*Eu acho que Maria seja bonita.
- (ii) Eu acho que João não virá. (incerteza/opinião)
Eu não tenho certeza se João virá.
Na minha opinião, João não virá.
*Eu acho que João não venha.
- (iii) Eu não acho que Maria é/seja bonita (Maria não é bonita)
Eu não acho que João venha/virá. (implicação: João não virá)

- (5) (...) *eu acho que o Brasil... de repente ... **seja um dos países assim ...** que::... a pessoa entra pra política só por visão assim de/ “ô... vou entrar para a política... tá? Está na hora de eu me estabelecer...”* (...) *mas eu acho que o Brasil é::... é um país muito grande... entendeu? Pode melhorar (D&G, 4, RO)*

No entanto, quando o predicado *achar* está negado ou flexionado no passado, é possível que a oração encaixada selecione o modo subjuntivo. Confirmamos os exemplos:

- (6) *eu não acho que isso é/ **eu não acho que isso seja uma prisão não...** eu acho até que... que é o começo de tudo (D&G, 13, RO)*
- (7) *de repente a professora passou e começou a recolher as provas... a minha e a da menina que estava atrás... **eu achei que tivesse acabado o tempo...** não sei... aí ela virou pra mim e falou assim “podem sair... vocês estavam colando” (D&G, 16, NE)*

Desse modo, selecionamos, nos *corpora* utilizados, orações encaixadas ao predicado *achar* somente quando este é negado ou flexionado no passado.

Dik e Hengeveld (1991) afirmam que, no espanhol, os complementos de predicados não-factivos, tais como *crer* e *acreditar*, podem ocorrer tanto no modo indicativo quanto no modo subjuntivo. Isso acontece porque, com complementos de predicados não-factivos, o falante pode escolher se quer se comprometer com a verdade da proposição encaixada ou não. Quando o falante quer se comprometer, ele usa o indicativo, e, se não quer, adota o subjuntivo.

Retomando este conceito, Dik (1997) afirma que predicados não-factivos indicam que o falante não está comprometido nem com a verdade e nem com a falsidade da proposição

encaixada. Conforme o autor, o espanhol permite uma escolha entre o modo indicativo e o subjuntivo dos complementos não-factivos, em que o primeiro sinaliza “e eu acredito nisso também” e o último “mas eu não me comprometo com isso”. Desse modo, a factualidade é, para Dik, um dos fatores que pode ser responsável pela seleção de modo nas línguas. Por essa razão, no espanhol, um dos fatores acionadores do uso de formas verbais indicativas e subjuntivas está estreitamente relacionado à factualidade do complemento: em muitos complementos factuais, usa-se o indicativo, e nos não-factuais, o subjuntivo.

Dik e Hengeveld citam exemplos de complementos não-factivos dos verbos *crer* e *acreditar*. Entretanto, no *corpus* em questão, não encontramos ocorrências com esses verbos, encontramos apenas com *achar*. Dada a aproximação semântica existente entre *crer/acreditar* e *achar*, para realizar o presente estudo, foram, então, selecionados dados com *achar*, nos contextos de aplicação da regra variável.

Para Koch (1984), a expressão *eu acho que*, analisada comumente pela gramática tradicional como oração principal em relação a outras que lhe completam o significado, sendo chamadas, por isso, de subordinadas, é na realidade um elemento modalizador. Para a autora, quando o falante utiliza a expressão *eu acho que*, ele não se engaja totalmente com o conteúdo proposicional. Conforme Koch, essa é uma expressão modalizadora que indica o modo como aquilo que se diz é dito, sendo que a informação propriamente dita está na oração encaixada e não na oração matriz.

No tocante às orações modalizadoras, Dik (1997) também afirma que a construção subordinada é sempre encaixada em um predicado que serve para modalizar a força

asseverativa do seu conteúdo informacional. O autor considera que a predicação matriz não encerra uma declaração em si, mas funciona como uma “nota de rodapé” modal para o conteúdo da construção subordinada.

Retomando a questão que diz respeito ao comprometimento ou não do falante, quando opta pelo modo indicativo ou pelo subjuntivo, há ainda outro aspecto bastante interessante que envolve essa escolha, apontado por Givón (1995). O modo subjuntivo é um sub-modo de *irrealis* e podem-se identificar os mais prováveis focos de subjuntivo ao longo de duas dimensões escalares de *irrealis*: a Epistêmica – certeza mais baixa; e a Deôntica – manipulação mais fraca. Givón afirma que, se uma língua possui um modo subjuntivo gramaticalizado, então é mais provável que ele apareça ao longo dessas duas sub-dimensões de *irrealis*. No que se refere especificamente ao predicado *achar*, referimo-nos à dimensão Epistêmica – certeza mais baixa.

A partir dessas considerações, buscamos refletir se, ao selecionar o modo indicativo ou o modo subjuntivo após o predicado *achar*, o falante do português, assim como o do espanhol, está preocupado com o seu comprometimento ou não com a proposição encaixada ou se se trata de um caso de variação.

Retomemos os exemplos (5), (6) e (7), objetivando encarecer nossa análise:

- (5) (...) *eu acho que o Brasil... de repente ... **seja** um dos países assim ... que::... a pessoa entra pra política só por visão assim de/ “ô... vou entrar para a política... tá? Está na hora de eu me estabelecer...”* (...) *mas eu acho que o Brasil é::... é um país muito grande... entendeu? Pode melhorar (D&G, 4, RO)*

- (6) *eu não acho que isso é/ eu não acho que isso seja uma prisão não... eu acho até que... que é o começo de tudo (D&G, 13, RO)*
- (7) *de repente a professora passou e começou a recolher as provas... a minha e a da menina que estava atrás... eu achei que tivesse acabado o tempo... não sei... aí ela virou pra mim e falou assim “podem sair... vocês estavam colando” (D&G, 16, NE)*

No que se refere à ocorrência (5), temos que o emprego do modo subjuntivo em uma oração encaixada a “*eu acho que*” se explica pelo uso do modalizador *de repente*, com o mesmo significado de *talvez*, que reforça o baixo grau de adesão à verdade da proposição encaixada. Temos, então, como previsto por Dik (1997), o subjuntivo sendo empregado pelo falante como recurso de não comprometimento com a verdade da proposição.

Em (6), o emprego do operador de negação favorece o uso do modo subjuntivo. Ao tratar do escopo da negação em relação ao uso do modo subjuntivo, Pimpão (2000, p. 723-724) afirma que “o componente semântico na negação descritiva favorece o modo subjuntivo diferentemente da natureza pragmática da negação metalingüística identificadora de um uso variável entre o modo subjuntivo e o modo indicativo”. A ocorrência (6) parece ser um caso de negação descritiva, o que, segundo a autora, favorece a seleção do modo subjuntivo.

Na ocorrência (7), o emprego do subjuntivo é favorecido por uma pressuposição que não se confirma. Nesse caso, especificamente, a falante acreditava que realmente o tempo tinha acabado. A razão para a professora retirar a prova, no entanto, foi outra, e não o término do tempo.

A partir dessas considerações, podemos perceber que, relativamente ao predicado *achar*, a questão da escolha entre os modos subjuntivo e indicativo, no português, não está

somente relacionada ao comprometimento ou não do falante com a verdade da proposição encaixada. A escolha do modo está relacionada a outros fatores, tais como o uso do operador de negação atuando sobre o predicado *achar* ou ainda este predicado estar flexionado no passado. Pereira (*apud* ROCHA, 1997) também constatou que o emprego do subjuntivo em orações encaixadas ao predicado *achar* é favorecido pela negação do próprio verbo, pelo emprego de locutor diferente do sujeito da oração e pelo verbo no passado.

Constatamos, então, que não há variação de modo em orações encaixadas ao predicado *achar* no presente do indicativo, por isso, essas ocorrências não foram alvo de investigação. Já nas orações encaixadas em que esse predicado aparece negado ou no passado, a alternância entre os modos indicativo e subjuntivo constitui sim um caso de variação.

Vejamos casos variáveis de orações encaixadas no predicado *achar*.

- (8) *bem a tia falou que tava tudo bem com meu pa/ com meu pai e com minha mãe minha mãe:: ela meu pai achava que ela tinha quebrado a perna... e aí che/ ele/ ah::aí:: me avisaram me deixaram um pouco mais calma(...)* (Iboruna, AC-008, RE)
- (9) *até a primeira semana de aula eu achava que eu queria fisioterapia ... mas aí eu descobri que num... num pé quebrado assim me deu muita aflição sabe* (Iboruna, AC-042, RE)

As ocorrências (8) e (9) podem ser parafraseadas por:

- (8') *meu pai **achava** que ela **tivesse** quebrado a perna*
- (9') *eu **achava** que eu **quisesse** fisioterapia*

A partir das paráfrases descritas acima, constatamos que o uso do indicativo em (8) e (9) não altera o valor de irrealidade das sentenças.

Vejamos agora algumas ocorrências com o predicado indiferente de opinião *pensar*.

- (10) *ué.. ele não veio atrás? não veio atrás? **Pensei que ele vinha andando**” não sei quê... ta ta ta tá... frearam e voltaram... quando voltaram o cara estava desmaiado... com uma poça de sangue em volta (D&G, 1, NR)*
- (11) *no começo desse ano... eu.... eu conheci uma garota que eu pensava que ela era muito minha amiga (D&G, 31, NE)*
- (12) *mas... nisso... eu pensei que eles fossem ficar ali... quando eu virei pra trás... que eu fui procurar eles... para... me entrosar no assunto... eles tinham sumido (D&G, 27, NE)*
- (13) *todo mundo levou um susto... pensou que fosse algum assalto ou alguma coisa parecida (D&G, 11, NE)*

As ocorrências com o predicado *pensar*, apresentadas acima, evidenciam o caráter variável do modo verbal em orações encaixadas. Nas ocorrências (10) e (11), o uso do modo indicativo não altera o contexto *irrealis* das sentenças; no entanto, está implícita a afirmação de uma possibilidade de ocorrência do evento que não se concretiza. Fazemos um paralelo para evidenciar que há sempre uma pressuposição negativa subentendida.

- (10') “*pensei que ele vinha andando, mas não veio*”

- (11') “*pensava que ela era minha amiga, mas não era*”
 (12') “*pensei que eles fossem ficar ali, mas não ficaram*”
 (13') “*pensou que fosse algum assalto, mas não era*”

A partir dessa constatação, é possível afirmar que existe variação de modo em complementos do predicado *pensar* seguido da conjunção integrante *que*. Nos casos em que *pensar* vem seguido da conjunção *se*, as ocorrências apresentam somente o uso do modo subjuntivo, isso porque o falante não considera a possibilidade de ocorrência do evento.

Vejamos algumas ocorrências:

- (14) *você não vê aí... já pensou se o mundo fosse “eh... se ficasse só as mulheres no mundo? Ia ficar” não sei o que... (D&G, 24, RO)*
 (15) *fui pro colégio fazer essa prova pensando “poxa... já pensou se ela me desse a mesma prova do quarto bimestre? Ah... eu ia ficar emocionada... ia passar na mesma hora (D&G, 14, NE)*

Podemos concluir da análise exposta acima que, embora sejam classificados como *indiferentes de opinião*, os predicados *achar* e *pensar* têm comportamento um tanto distinto. Apesar disso, constatamos que ambos os predicados desfavorecem o uso do modo subjuntivo. Os resultados de Rocha (1997) também mostram que o predicado *achar* desfavorece o uso do subjuntivo.

Temos explicitado, na Tabela 4, que os predicados *bicondicionais* e *emotivos ou avaliativos* desfavorecem o uso do subjuntivo, respectivamente com pesos relativos de .16 e .48. O pequeno número de ocorrências com esses verbos (cf. Tabela 4), no entanto, dificulta

uma afirmação contundente nesse sentido. O que podemos afirmar na realidade é que a variação é possível nesses contextos, mas para termos certeza de que esses predicados desfavorecem o modo subjuntivo, acreditamos que seria preciso um maior número de ocorrências.

Confirmamos duas ocorrências com predicados *bicondicionais*: uma em que temos o emprego do subjuntivo e na outra, o do indicativo.

(16) *pode até ser que melhore mesmo... não que nunca vá melhorar... mas... eu acho difícil* (D&G, 4, RO)

(17) *não é que antigamente não roubava... lógico que roubava* (D&G, 8, RO)⁵

Vejamos também as duas únicas ocorrências de orações encaixadas no predicado *emotivo ou avaliativo gostar*, sendo uma empregada no subjuntivo e outra, no indicativo.

(18) *ou a mulher gosta sempre que... que a/ que tenha algum...: / algum ar assim... de traição... alguma coisa assim* (D&G, 18, RO)

(19) *Eu sou muito teimoso assim eu num gosto que ninguém... fica me julgando e a mãe dela me julgava muito... né? ...* (Iboruna, AC-047, NE)

⁵ Expressões “não é que” foram interpretadas como bicondicionais dado o seu valor aproximado de “possibilidade casual”, que, negada, leva à expressão do modo subjuntivo. Certamente, não se trata de clivagem, como já observara Rocha (1997, p. 80): “Tivemos dificuldade em classificar essa expressão, muito corrente na língua portuguesa, por não possuir descrição na literatura. (...) tentaremos, então investigar se não é a força atribuída ao elemento de negação que faz com que o subjuntivo seja muito usado nesse caso”. Rocha, entretanto, não faz menção à classificação dessa expressão no que se refere à *carga semântica do predicado matriz*.

Parcialmente diferentes dos nossos resultados, os de Rocha apontam que os predicados *emotivos ou avaliativos* desfavorecem o uso do subjuntivo com peso relativo de .21, já os predicados *bicondicionais* favorecem o seu emprego com peso relativo de .72.

Retomando os resultados da Tabela 4, observamos que o predicado *não-factivo volitivo* favorece o uso do subjuntivo, apresentando peso relativo .83. Vejamos algumas ocorrências desse predicado com orações encaixadas no subjuntivo e no indicativo.

- (20) *mas, um fato que eu não quero que aconteça... graças a Deus eu não vi ... nem quero... nem longe acontecendo comigo... (D&G, 1, NR)*
- (21) *parece que querem que você fique em casa assim dormindo e não produza nada... (D&G, 2, RO)*
- (22) *então tinha que chegar os cara chegava né? E tal que/ que/ queria que eles ficava eles era moleque que eles ficava beijando a mão dos cara aquelas coisa de antigo né? (Iboruna, AC-119, NE)*

Os resultados de Rocha também mostram que o subjuntivo é favorecido por predicados *não-factivos volitivos*. A autora conclui ainda que, apesar de serem poucos os dados de verbos volitivos coocorrendo com o indicativo, essa alternância entre subjuntivo e indicativo é usual e não muito estigmatizada, principalmente quando o tempo do verbo é o presente.

Resumindo os resultados para os grupos de fatores analisados nesta seção, temos que a manifestação do subjuntivo é fortemente favorecida pelos predicados matriz do tipo *não-*

factivo volitivo, enquanto os outros tipos de predicado (*indiferente de opinião, bicondicional e emotivo/avaliativo*) favorecem a manifestação do modo indicativo.

2.2. Uso do subjuntivo em relação ao grau de certeza epistêmica

O grupo de fatores *grau de certeza epistêmica* foi o segundo considerado estatisticamente relevante para aplicação da regra variável. Confirmamos a Tabela 5.

Grau de certeza epistêmica	Apl./Total	%	Peso Relativo
Irreal	13/25	52	.57
Potencial	134/169	79	.58
Real	10/23	43	.07

Tabela 5: Frequência e pesos relativos do uso do subjuntivo em relação ao grau de certeza epistêmica

Como podemos notar por meio da leitura dessa Tabela, o uso do subjuntivo é favorecido em contextos *irreais* e *potenciais*, respectivamente, com pesos relativos de .57 e .58, e desfavorecido em contextos *reais*, com peso relativo de .07. Esses resultados correspondem às nossas expectativas iniciais que supunham que o modo subjuntivo fosse favorecido em contextos *irreais* e *potenciais* e desfavorecido nos *reais*.

Consideramos oportuno verificar como estão distribuídas as orações subordinadas em relação ao *grau de certeza epistêmica*, já que, como é possível observar na Tabela 5, predominam as orações classificadas como potenciais (169/217 = 78%). Com esse objetivo,

cruzamos os grupos de fatores *grau de certeza epistêmica* e *tipo de oração subordinada*.

Observemos os resultados na Tabela 6.

Tipo de or. Sub. Grau de Cert. epist.	Encaixada		Temporal		Condic.		Concessiva		Comparat.		Final		Total	
	Apl/ Tot	%	Apl/ Tot	%	Apl/ Tot	%	Apl/ Tot	%	Apl/ Tot	%	Apl. /Tot	%	Apl/ Tot	%
<i>Irreal</i>	5/17	29	2/2	100	6/6	100	0	0	0	0	0	0	13/25	52
<i>Potencial</i>	35/40	88	25/41	61	66/80	83	2/2	100	4/4	100	2/2	100	134/169	79
<i>Real</i>	8/11	73	0/0	0	0/10	0	0	0	0	0	2/2	100	10/23	43
Total	48/68	71	27/43	63	72/96	75	2/2	100	4/4	100	4/4	100	157/217	72

Tabela 6: Resultado do cruzamento dos grupos de fatores *grau de certeza epistêmica* e *tipo de oração subordinada*

Os resultados expostos na Tabela acima evidenciam que o maior número de ocorrências classificadas como irrealis se concentra nas orações completivas: de 17 ocorrências, apenas 5 empregam o subjuntivo, apresentando uma frequência de 29%. As orações temporais e condicionais irrealis não apresentam variação de modo, todas utilizam o subjuntivo.

Nos contextos potenciais, a menor frequência de uso do subjuntivo ocorre nas temporais, 61%, sendo seguidas das condicionais, 83%, e das encaixadas, 88%.

Nenhuma oração temporal foi classificada como real. Com relação às condicionais reais, todas empregam o modo indicativo. As encaixadas reais foram as orações que apresentaram maior frequência de emprego do subjuntivo, 73%.

Para compreendermos a razão de as orações encaixadas concentrarem a menor frequência de uso do subjuntivo em contextos irrealis e, em contrapartida, apresentarem frequência alta em contextos potenciais (88%) e em reais (73%), cruzamos o grupo de fatores *grau de certeza epistêmica* com o grupo *carga semântica do predicado matriz*. Desse modo, podemos identificar com quais predicados temos o maior número de ocorrências empregando o subjuntivo e em que contexto especificamente isso acontece. Confirmamos a Tabela 7:

Carga semânt. do verbo	Indiferente de opinião		Não-factivo volitivo		Bicondicional		Não-factivo não-volitivo		Emotivo/avaliativo		Implicativo negativo		Total	
	Apl./Tot.	%	Apl./Tot.	%	Apl./Tot.	%	Apl./Tot.	%	Apl./Tot.	%	Apl./Tot.	%	Apl./Tot.	%
Ireal	5/17	29	0/0	0	0/0	0/0	0/0	0	0/0	0	0/0	0	5/17	29
Potencial	4/6	67	25/27	93	1/2	50	4/4	100	1/1	50	0/0	0	35/40	88
Real	0/1	0	1/1	100	0/1	0	6/6	100	0/1	0	1/1	100	8/12	67
Total	9/24	38	26/28	93	1/3	33	10/10	100	1/2	50	1/1	100	48/68	71

Tabela 7: Resultado do cruzamento dos grupos de fatores *grau de certeza epistêmica* e *carga semântica do predicado matriz*

Ao consultarmos a Tabela 7, constatamos que todas as orações encaixadas irrealis ocorrem com os predicados *indiferentes de opinião*, sendo que, das 17 ocorrências, apenas 5 empregam o subjuntivo. Isso ocorre porque, como mencionado na seção anterior, os predicados *pensar* e *achar* selecionam preferencialmente o modo indicativo em seus complementos. Como vimos nas ocorrências de (8) a (13), o emprego do indicativo em

orações encaixadas nos predicados *achar* e *pensar* não elimina o caráter de irrealidade que lhes é inerente.

Desse modo, é possível concluir que o peso relativo de .57, apesar de favorecedor do subjuntivo em contextos irrealis, não é maior em virtude das orações encaixadas aos predicados *achar* e *pensar*, já que, como constatamos na Tabela 6, as orações temporais e condicionais irrealis empregam, todas elas, o modo subjuntivo.

Voltando à Tabela 6, verificamos que em *orações encaixadas reais* o uso do subjuntivo é favorecido. Com o resultado do cruzamento entre os grupos de fatores *carga semântica do predicado matriz* e *grau de certeza epistêmica* (cf. Tabela 7), verificamos que isso ocorre em razão de os predicados não-factivos não-volitivos *pedir*, *mandar* e *deixar*, classificados como *reais*, não apresentarem variação de modo, como podemos constatar nos exemplos (2), (3) e (4) da seção 2.1 deste Capítulo, abaixo repetidos.

- (2) *então a diretora **mandou** que ela se calasse e aí aconteceu a discussão da qual se originou a tão falada suspensão” (D&G, 30, NR)*
- (3) *a minha mãe... quando ela era adolescente... a minha avó não... deixava que ela fosse pro/ para os bailes se divertir (D&G, 34, NR)*
- (4) *“eu:: tive que interromper... a doutora **pediu** que eu interrompesse o anticoncepcional... aí nessa que eu interrompi... eu engravidei (D&G, 19, NE)*

No que se refere aos contextos *reais* que apresentam peso relativo de .07, extremamente desfavorecedor do subjuntivo, constatamos que esse baixo peso relativo se

deve às *orações condicionais*. Segundo o que podemos observar na Tabela 6, nenhuma das 10 *orações condicionais reais* empregam o modo subjuntivo.

Temos, assim, que as orações encaixadas irrealis favorecem o uso do modo subjuntivo dada a força, principalmente, dos *verbos não-factivos não-volitivos*. Já as condicionais reais desfavorecem o emprego do subjuntivo, como previsto por Neves (1999) e Gryner & Omena (2003). Esse assunto será retomado, na próxima seção, ao tratarmos do grupo de fatores *tipo de oração subordinada*, quando nos referirmos especificamente às *condicionais*.

Os pesos relativos de .58 e .57 referentes, respectivamente, aos contextos *potenciais* e *irrealis*, favorecedores que são do uso do subjuntivo, estão de acordo com a nossa expectativa, já que, como vimos na bibliografia pesquisada sobre o assunto, o subjuntivo é preferencialmente usado em contextos que manifestem irrealidade, possibilidade e hipótese.

O peso relativo de contextos potenciais não foi ainda maior em virtude da menor frequência de uso do subjuntivo em temporais potenciais (62%) (cf. Tabela 6). Retomaremos esses dados também na próxima seção quando nos referirmos às orações *temporais*.

Podemos resumir a atuação do grupo de fatores em análise nesta seção na sua correlação com o *tipo de oração subordinada*:

(i) contextos *reais* são altamente inibidores do modo subjuntivo quando se trata de *orações condicionais*, mas não de *encaixadas*;

(ii) contrariamente, em orações de conteúdo *irreal*, o subjuntivo é desfavorecido em orações encaixadas, mas não em *condicionais* e *temporais*;

(iii) contextos *potenciais* favorecem o modo subjuntivo em todos os tipos de orações investigados.

2.3. Uso do subjuntivo em relação ao tipo de oração subordinada

O terceiro grupo de fatores a ser explorado na análise de nossos resultados é *tipo de oração subordinada*. Os resultados para essa variável são apresentados na Tabela 8.

Tipo de oração subordinada	Apl./Total	%
Temporal	27/43	63
Completiva	48/68	71
Condicional	72/96	75
Concessiva	2/2	100
Final	4/4	100
Comparativa	4/4	100
Total	157/217	72

Tabela 8: Frequência do uso do subjuntivo em relação ao tipo de oração encaixada

Como é possível constatar na Tabela acima, encontramos, nos *corpora* utilizados, *orações encaixadas, temporais, condicionais, finais, concessivas e comparativas*. As *orações concessivas, finais e comparativas* não apresentam variação, coocorrendo, portanto, somente com o subjuntivo, o que aponta para o uso categórico do modo subjuntivo nestes contextos, apesar do pequeno número de ocorrências com esses tipos de orações (10 no total).

Vejamos algumas ocorrências de *orações concessiva, final e comparativa* em (23), (24) e (25), respectivamente:

- (23) .. eu não gosto de colocar sal antes de provar... mesmo que esteja sem sal algum... (D&G, 1, RP)
- (24) ... vem cá... será que você poderia deixar eu botar algumas músicas na festa também... pra que eu possa fazer propaganda de som... (D&G, 27, NE)
- (25) ... e ele fez como se ele tivesse uma arma... ela não sabia se ele estava com uma ar/ primeira vez que ela tinha sido assaltada... (D&G, 15, NR)

Para que fosse possível extrair, para essas variáveis, os pesos relativos de suas variantes, eliminamos dos dados as ocorrências para as quais a regra variável mostrou-se categórica. Desse modo, na Tabela 9, abaixo, apresentamos os resultados da frequência e os respectivos pesos relativos referentes ao grupo de fatores *tipo de oração subordinada* somente com as variantes que manifestaram variação no modo verbal (*encaixadas, temporais e condicionais*).

Tipo de oração subordinada	Apl./Total	%	Peso Relativo
Encaixada	48/68	71	.91
Temporal	27/43	63	.16
Condicional	72/96	75	.29

Tabela 9: Frequência e peso relativo do uso do subjuntivo em relação ao tipo de oração subordinada

A partir da leitura da Tabela acima, constatamos que as *orações encaixadas* favorecem o uso modo subjuntivo, com peso relativo de .91; já as *condicionais* e *temporais* desfavorecem o uso do subjuntivo, com pesos relativos de .29 e .16, respectivamente. O que nos chama mais atenção, nesse caso, é que, se observarmos somente o aspecto percentual da Tabela 9, verificaremos que a diferença de uso do subjuntivo entre *encaixadas* e *condicionais*

é de apenas quatro pontos percentuais, 75% e 71%, respectivamente. Consultando a Tabela 9, na horizontal, constatamos que o maior número de ocorrências se concentra nas *orações condicionais*, seguidas das *encaixadas* e das *temporais*. Para compreendermos o resultado apresentado na Tabela 9, é preciso, primeiramente, lembrar que o grupo de fatores *tipo de oração subordinada* não atua sozinho na aplicação da regra variável. Sendo assim, o programa estatístico procura verificar quais são as variáveis mais significativas para esta aplicação, em relação a todas as variáveis estudadas. Desse modo, faz-se necessário, a fim de esclarecermos a questão levantada, investigar quais outros fatores estão correlacionados a esses resultados, para explicar o alto favorecimento do modo subjuntivo nas *encaixadas* (.91) e o seu desfavorecimento nas *temporais* (.16) e nas *condicionais* (.29).

Passemos à análise, primeiramente, das *orações temporais*, variante de menor peso relativo.

2.3.1. As orações temporais

Como podemos conferir na Tabela 6, que apresenta o resultado do cruzamento entre os grupos de fatores *tipo de oração subordinada* e *grau de certeza epistêmica*, as orações temporais são classificadas, quase todas, como *potenciais*; apenas uma temporal está classificada como *irreal*. Desse modo, não podemos explicar a variação de modo nas temporais por meio do grupo de fatores *grau de certeza epistêmica*.

Seguem, de (26) a (29), ocorrências de *temporais* cujos verbos são flexionados tanto no subjuntivo como no indicativo.

- (26) *eu boto um pouquinho d'água aí deixo cozinhando ele... ele está cozinhando... aí eu bot/... entro com... ervilha... que é petit pois... o milho... que eu adoro... o palmito... e o cogumelo... eu ponho tudo isso... quando está colocando isso com um pouco d'água... o que eu faço? Eu pego o creme de leite... (D&G, 1, RP)*
- (27) *quando eu posso j/ quando ele está com o ás... por exemplo... o cara que joga... antes dele... jogou uma carta de um naipe que não foi o ás... aí ele já sinaliza pra mim quando ele tem o ás...(D&G, 2, RP)*
- (28) *aí você coloca e prende com quatro grampinhos pra quando você tiver furando não sair a matriz do lugar.. (D&G, 28, RP)*
- (29) *e o naipe que fica sendo o trunfo... o trunfo serve pra quando você não tiver a carta do naipe que está na mesa... você corta o ::/ corta o jogo... (D&G, 2, RP)*

Todas as ocorrências acima se inserem no contexto potencial, já que todas sugerem a possibilidade de realização de uma atividade futura. Dessa forma, o modo subjuntivo seria a forma verbal esperada em todas elas, porém, em (26) e (27), o falante seleciona o modo indicativo. É fundamental analisar quais outros fatores lingüísticos estão envolvidos nessa escolha do falante.

Observando atentamente as ocorrências acima, percebemos que (28) e (29) apresentam o mesmo tipo semântico de sujeito, classificado como sujeito [+genérico] e, além disso, ambas as orações temporais em questão são interpoladas por uma oração final introduzida por *para*. Vejamos as respectivas paráfrases:

(28') ... para não sair do lugar, quando você estiver furando...

(29') o trunfo serve pra corta o jogo, quando você não tiver a carta do naipe que está na mesa...

Sobre o estatuto do sujeito relacionado à manifestação do subjuntivo, Gryner & Omena (2003) já apontaram a sua correlação com sujeitos genéricos para os casos das orações condicionais. Objetivando averiguar se essa correlação se estende para outros contextos de subordinação, apontamos, inicialmente na Tabela 10, os resultados do uso do modo subjuntivo em relação ao *tipo semântico do sujeito*, fator não selecionado pelo programa estatístico no cálculo da regra variável.

Tipo semântico do sujeito da oração subordinada	Apl./total	%
[+Referencial] [-Genérico]	115/154	75
[-Referencial]	5/5	100
[+Referencial] [+Genérico]	37/58	64
Total	157/217	72
Tabela 10: Uso do subjuntivo em relação ao tipo semântico do sujeito da oração subordinada		

Evidenciamos que, de forma geral, a grande maioria das ocorrências de nossos dados apresentam sujeito [+referencial] [-genérico] (154), enquanto o sujeito [-referencial] e o [+referencial] [+genérico], juntos, somam 63 ocorrências. Apesar do menor número de ocorrências, o modo subjuntivo é menos freqüente com sujeito [+referencial] [+genérico] (64%), em comparação ao tipo de sujeito [+referencial] [-genérica], que tem freqüência de 75%. Para as orações com sujeito [-referencial] a aplicação da regra é categórica.

Buscando esclarecer como se comportam as *orações temporais e condicionais* diante do estatuto semântico de seus sujeitos, procedemos ao cruzamento dos grupos de fatores *tipo de oração subordinada* e *tipo semântico do sujeito*, cujos resultados seguem apresentados na Tabela 11.

Tipo de oração Tipo de sujeito	Encaixada		Temporal		Condicional	
	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%
[+referencial] [-genérico]	41/60	68	16/24	67	48/60	80
[+referencial] [+genérico]	7/8	88	11/19	58	19/31	61
[-referencial]	0/0	0	0/0	0	5/5	100
Total	48/68	71	27/43	63	72/96	75

Tabela 11: Resultado parcial do cruzamento entre os fatores *tipo de oração subordinada* e *tipo semântico do sujeito*

A partir desse cruzamento, observamos que as *temporais* com sujeito [-genérico] mantêm correlações mais fortes com o uso do modo subjuntivo (67%) do que as *temporais* com sujeito [+genérico] (58%). No entanto, a pequena diferença percentual sugere um equilíbrio na escolha do modo verbal das *orações temporais*, ou seja, o emprego do subjuntivo ou do indicativo acontece indiferentemente ao *tipo semântico do sujeito da oração subordinada*. Assim, diferentemente dos resultados de Gryner & Omena (2003) para as *orações condicionais*, podemos concluir que o *tipo semântico do sujeito* não é um fator determinante da aplicação do subjuntivo nas *temporais*, tendo, portanto, influência neutra na escolha do modo verbal. Voltaremos, entretanto, a abordar o comportamento desse mesmo

grupo de fatores para o caso específico das *orações condicionais*. Abaixo seguem ocorrências em que as *temporais* com sujeito [+referencia] [+genérico] coocorrem tanto com o indicativo (30) quanto com o subjuntivo (31) e (32).

(30) *depois... joga o macarrão... depois que tu jogou o macarrão... aí tu vai mexendo... mexendo... mexendo (D&G, 17, RP)*

(31) *quando você for comer o macarrão ... você põe um pouquinho daquele molho de maionese (D&G, 17, RP)*

(32) *quando você for mostrar pro teu cliente... está lá direitinha (D&G, 5, RP)*

É importante observar, neste momento, que todas as *orações temporais* citadas anteriormente, de (26) a (32), são ocorrências provenientes do tipo de texto *relato de procedimento*. Já na seleção dos dados foi possível constatar que esse tipo de texto parece mesmo favorecer a manifestação de *orações temporais*, que tanto ocorrem com subjuntivo como com indicativo. O grupo de fatores *tipo de texto* não se mostrou significativamente relevante para o programa estatístico, todavia fica clara a sua importância para explicar a variação de modo principalmente no caso das *orações temporais*. Apresentamos primeiramente a Tabela 12, em que seguem os resultados do uso do modo subjuntivo em relação ao *tipo de texto*. Logo depois apresentaremos a Tabela 13 com os resultados do cruzamento entre *tipo de texto* e *tipo de oração subordinada*.

Tipo de texto	Apl./Total	%
---------------	------------	---

Narrativa recontada	24/30	80
Narrativa de experiência	36/50	72
Relato de procedimento	42/62	68
Relato de opinião	50/68	74
Descrição de local	5/7	71
Total	157/217	72
Tabela 12: Uso do subjuntivo em relação ao tipo de texto		

Pelos resultados acima expostos, constatamos que o modo subjuntivo é menos freqüente nos *relatos de procedimento* (68%), embora o uso do modo indicativo não ultrapasse o do subjuntivo. A *narrativa recontada* é a que mais favorece o uso do modo subjuntivo, com 80% das ocorrências selecionando este modo verbal. Quanto aos demais tipos de texto, *narrativa de experiência*, *relato de opinião* e *descrição de local*, há um certo equilíbrio no uso do subjuntivo com 72%, 74% e 71%, respectivamente. A maior freqüência de uso do modo subjuntivo em *narrativas recontadas* se deve ao fato de que o falante, ao recontar uma história que ele não testemunhou, mas apenas ouviu falar, procura manter uma certa distância dos fatos, sem se envolver ou se comprometer com o que foi dito. Já no *relato de procedimento*, o informante é estimulado a relatar procedimentos para o alcance de objetivos determinados, geralmente um produto.⁶ Nesses casos, entram em cena procedimentos experienciados pelo falante, o que pode, de certa forma, favorecer o uso do indicativo em contextos preferenciais do subjuntivo.

Estão presentes na Tabela 13 os resultados referentes somente às *orações temporais* distribuídas por entre os diferentes tipos de texto.

⁶ Pergunta típica do roteiro de entrevista para a obtenção desse tipo de texto é: “você sabe fazer X? Poderia me descrever como se faz?”

Tipo de texto	Tipo de oração	Temporal	
		Apl./Tot.	%
Narrativa recontada		3/3	100
Narrativa de experiência		4/4	100
Relato de procedimento		15/31	48
Relato de opinião		5/5	100
Descrição de local		0/0	0
Total		27/43	63

Tabela 13: Resultado parcial do cruzamento de dados entre os grupos de fatores *tipo de oração subordinada (temporal)* e *tipo de texto*

Podemos constatar que o tipo de texto *relato de procedimento* é o grande favorecedor da variação de modo nas *orações temporais*. Observe-se que, do total de ocorrências de temporais (43), 31 concentram-se nos *relatos de procedimento*. A variação de modo nas *temporais* é de 48% para o subjuntivo, resultado bastante significativo principalmente se comparado aos demais tipos de texto, em que o emprego do modo subjuntivo foi categórico.

Retomando as ocorrências (26) e (27), constatamos que o falante selecionou o presente do indicativo, apesar da presença da conjunção temporal *quando* que, nos contextos em questão, remete a algo possível de ser realizado. No entanto, se há, sem dúvida, no *relato de procedimento* a projeção de algo que poderá ser realizado, não podemos nos esquecer de que o falante está se referindo, geralmente, a algo que ele *costuma realizar*, por isso, há uma forte presença da habitualidade e da frequência marcadas, sobretudo, com o presente do indicativo.

Essa alternância remete também à influência do *grau de certeza epistêmica* na determinação do uso do modo nas ocorrências de *temporais* extraídas dos relatos de procedimentos. Como explicamos no parágrafo que introduz esta seção, as *orações temporais* foram quase todas classificadas como *potenciais*, em virtude da possibilidade de realização do

estado-de-coisas por elas expreso, fato que, de pronto, evoca a consideração de que aos contextos potenciais associa-se também uma leitura de *irrealis*, no sentido de estado-de-coisas não atual. Sob tal consideração, explica-se a ocorrência do indicativo, modo típico do *realis*, num contexto em que seria esperada a ocorrência do subjuntivo, modo típico do *irrealis*, fato já apontado por Givón (1995) sobre a previsibilidade das correlações entre tempo/aspecto e modalidade.

- (33) Correlações entre tempo/aspecto e modalidade
- a. **Passado/Perfectivo** \Rightarrow *realis* (ou pressuposição)
 - b. **Perfeito** \Rightarrow *realis* (ou pressuposição)
 - c. **Presente progressivo** \Rightarrow *realis*
 - d. **Futuro** \Rightarrow *irrealis*
 - e. **Habitual** \Rightarrow *irrealis* ou *realis*

Deve-se observar das correlações acima que, nas condições de habitualidade, é prevista a alternância entre modos *realis* e *irrealis*, o que parece relacionar-se com os casos das ocorrências acima discutidas, todas retiradas de textos procedurais, em que se relatam procedimentos habituais que devem ser seguidos para se atingir um determinado resultado.

Além disso, liga-se aos modos *realis* e *irrealis* a expressão de modalidade. A esse respeito, Givón aponta que, sempre que um subjuntivo gramaticalizado aparece em orações adverbiais, a indicação é de *certeza baixa*. No entanto, para os casos de orações adverbiais introduzidas por *quando*, o autor observa que o valor epistêmico das orações adverbiais que recaem sob o escopo do *irrealis* apresenta-se como um caso de certeza mais alta, e, submetendo-se a um *continuum*, o grau de certeza diminui à medida que tais orações podem

ser parafraseadas por estruturas condicionais, casos mais possíveis para as ocorrências em que o verbo da oração temporal ocorre no subjuntivo do que quando ocorre no indicativo.

Observe-se a paráfrase abaixo para a ocorrência dada em (26).

- (26) *quando está colocando isso com um pouco d'água, eu pego o creme de leite*
 **se está colocando isso com um pouco d'água, eu pego o creme de leite*

Essas possibilidades já foram verificadas por Sousa (2003), no seu estudo sobre a sobreposição de valores condicionais e temporais. A autora observa que o emprego do subjuntivo em uma oração introduzida por *quando* expressa intenção de conferir maior certeza de ocorrência de um EsCo comparado com o uso do subjuntivo em uma estrutura iniciada por *se*.

Sousa (2003, p. 105) reconhece que essas correlações apontadas em (33)

Baseia[m]-se no fato de que, com os tempos e aspectos do *realis*, os eventos são conhecidos pelo falante, que pode assim apresentá-los com *certeza* de ocorrência/não-ocorrência. Já com tempos do *irrealis*, os eventos são apenas previstos pelo falante, não podendo ser afirmada sua realização/não-realização.

Parece realmente justificar a escolha do indicativo em lugar do subjuntivo o fato de já terem sido experienciados pelo falante os estados-de-coisa por ele descritos nas orações temporais, situação que o leva a apresentá-los como ocorrências habituais, condição sob a qual se alternam *realis/irrealis*, conforme previsto por Givón (1995).

Na ocorrência (30), a perífrase temporal *depois que* possibilitou o emprego do pretérito perfeito do indicativo, porque o falante primeiro afirma que é preciso *jogar o*

macarrão e em seguida afirma que é preciso *mexer*. Desse modo, a oração temporal *depois que tu jogou o macarrão* é um reforço do evento que foi asseverado anteriormente, possibilitando, por isso, o emprego do pretérito perfeito do indicativo. Mesmo nesse caso, especificamente, seria possível uma oração temporal que empregasse o futuro do subjuntivo.

(30') *depois joga o macarrão... depois que tu jogar o macarrão... aí tu vai mexendo... mexendo... mexendo*

Dessas análises, podemos concluir que a variação modal em *orações temporais* está fortemente correlacionada com o tipo de texto *relato de procedimento*. Esse resultado reforça a idéia de que tipos textuais são altamente favorecedores da manifestação de fenômenos lingüísticos específicos.

2.3.2. As orações condicionais

Como já observamos na leitura da Tabela 9, as orações condicionais desfavorecem o emprego do subjuntivo com peso relativo de .29. Objetivando explicar esse comportamento, buscamos, assim como já o fizemos com as temporais, correlações das *orações condicionais* com outros grupos de fatores.

Inicialmente, retomaremos o resultado do cruzamento entre os grupos de fatores *tipo de oração subordinada* e *grau de certeza epistêmica*. É importante lembrar que a inserção

desse último grupo de fatores ao nosso envelope de variação se deve justamente aos estudos relacionados às orações condicionais que as dividem em *reais*, *potenciais* e *irreais*.

Os resultados, já antecipados na Tabela 6, revelam que as condicionais *irreais* não apresentaram variação de modo. As seis orações condicionais irreais encontradas nos *corpora* pesquisados empregam o modo subjuntivo. As condicionais potenciais têm frequência de 83% para a seleção do subjuntivo; e as condicionais reais empregaram somente o modo indicativo.

Gryner & Omena (2003, p. 99) afirmam, a respeito das orações condicionais, que:

A real pressupõe a afirmação do conteúdo proposicional veiculado, i.e. afirma a realização do fato enunciado. É parafraseável por *já que*: tem o verbo invariavelmente no indicativo; a *irreal* pressupõe a negação do fato enunciado, i.e. nega sua realização: tem o verbo invariavelmente no imperfeito do subjuntivo; e a *potencial* não pressupõe a afirmação nem a negação do fato enunciado, i.e., não afirma a sua realização nem a sua não-realização: apresenta o verbo *quer* no presente (ou perfeito) do indicativo, *quer* no futuro do subjuntivo.

Neves (1999), assim como Gryner & Omena, afirma que as orações condicionais reais sempre apresentam o verbo no indicativo, o que, segundo ela, confere factualidade às construções. Nossos resultados, portanto, coincidem com as predições de Gryner & Omena (2003) e Neves (1999) no que se refere às condicionais reais, já que todas as orações condicionais reais pesquisadas em nosso estudo apresentaram o verbo no indicativo.

Vejamos as ocorrências (34) a (36), abaixo, em que temos condicionais reais selecionando o indicativo.

- (34) *se ele tem dinheiro pra comprar aquilo porque ele não compra ele é um retardado eu acho que ele é.... (Iboruna, AC-001, RO)*
- (35) *eu nunca tinha saído com o namorado dela não... e se ela deixava de falar comigo... problema dela (D&G, 78, NR)*
- (36) *Se ele está representando o povo... então ele assumo seu papel... (D&G, 1, RO)*

Como mencionamos, de acordo com Gryner & Omena (2003), as condicionais reais introduzidas por *se* podem ser parafraseadas por meio da locução conjuntiva *já que*, como comprovam as paráfrases em (34') a (36').

- (34') *já que ele tem dinheiro pra comprar aquilo porque ele não compra.*
- (35') *já que ela deixava de falar comigo... problema dela.*
- (36') *já que ele está representando o povo, então ele assumo seu papel.*

Nas ocorrências acima, nós não temos uma verdadeira condição, mas uma justificativa para o ato de fala que vem a seguir, o que favorece o uso do modo indicativo. Nessas ocorrências não temos, portanto, um caso de variação, já que o uso do modo subjuntivo nesses contextos parece pouco provável, pois o seu emprego modificaria o significado da oração. Em (34), por exemplo, em que o falante afirma que a pessoa a quem ele se refere tem dinheiro de fato, o uso do subjuntivo provocaria uma alteração de sentido, como vemos (34'').

(34'') * *se ele tivesse dinheiro pra comprar aquilo porque ele não compra*

Em (35) parece haver uma possibilidade maior de emprego do subjuntivo, como vemos em (35'').

(35'') ? *se ela deixasse de falar comigo... problema dela*

No entanto, o que ocorre é que a falante está se referindo a alguém que deixou realmente de falar com ela, e o uso do subjuntivo faria com que *deixar de falar com a falante* fosse uma possibilidade, e não algo que já de fato aconteceu, como é o caso. Em (36), o uso do subjuntivo também parece pouco provável, já que o informante afirma que o papel dos políticos é representar o povo, por isso eles devem assumir esse papel.

(36'') * *se ele estivesse / esteja representando o povo... então ele assuma seu papel...*

Nesse caso, especificamente, o emprego do subjuntivo modifica totalmente o sentido atribuído pelo falante, pois teríamos que, se a função do político *fosse* representar o povo, então seria preciso que ele *assumis*se o seu papel, significado muito diferente do pretendido.

Além disso, seria preciso modificar também o modo e o tempo das orações núcleos das ocorrências acima para que fosse possível o emprego do modo subjuntivo na prótase.

No que se refere às *condicionais potenciais*, Neves (1999), em seu estudo, afirma que, quanto ao modo verbal, mais da metade desse tipo de oração apresenta o verbo no futuro do subjuntivo, forma verbal que, por si, confere eventualidade à construção condicional. Vejamos abaixo ocorrências de condicionais potenciais que selecionaram o futuro do subjuntivo.

- (37) *ele tem que tocar pro um outro... isso (ininteligível) dois lance... ou se ele **quiser** arriscar e **chutar** pá bola bater no:: defensor a bola entra... ela num pode ir direto pó gol... esse é dois lance... (Iboruna, AC-119, RP)*
- (38) *então se a gente **for** pensar em todos os casos... a gente volta no econômico (D&G, 1, RO)*

As orações condicionais potenciais, apesar de apresentarem variação de modo, têm alta frequência de emprego do subjuntivo, 83% (cf. Tabela 6).

Vejamos abaixo algumas ocorrências de condicionais potenciais empregando o indicativo.

- (39) *depois vira a direita tem o banheiro... se você **olha** pra sua esquerda você vê o meu quarto... direita o quarto da minha mãe (Iboruna, AC-014, DE)*
- (40) *se a gente **pega** a bola mas escapa... a gente/ pode pingar no chão que num tem problema (Iboruna, AC-014, RP)*

A mesma informante, em ocorrência semelhante a (40), emprega o subjuntivo na oração condicional potencial.

- (41) *assim pega a bola normal e taca se a pessoa pegar agarrar e segurar sem cair no chão... ela num tá queimada (Iboruna, AC-014, RP)*

Sobre as condicionais irrealis, Neves (1999) assevera que, se a prótase estiver no mais-que-perfeito do subjuntivo, a contrafactualidade é assegurada independentemente do contexto ou de qualquer outra informação prévia, pois o mais-que-perfeito do subjuntivo – seja simples ou composto o futuro do pretérito da apódose – garante a irrealidade dos estados-de-coisa apresentados nas construções condicionais.

Já os esquemas que conjugam pretérito imperfeito na apódose e pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase, e outro que combina pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase e futuro do pretérito do indicativo na apódose podem servir tanto à expressão da eventualidade como da contrafactualidade. A determinação do subtipo de construção dependerá, segundo Neves, da informação textual/pragmática do ouvinte.

Observemos as ocorrências a seguir:

- (42) *mas se a minha mãe tivesse deixado ele ia ser capaz de ter me trocado (D&G, 40, NR)*

- (43) *talvez se eu fizesse a outra eu não passaria (D&G, 14, NE)*

- (44) *mas se eu tivesse que estar pagando... eu não/ fatalmente eu não estaria... porque eu sou/ eu tenho crédito educativo... entendeu? (D&G, 4, RO)*

Em (42), a *oração condicional* destacada é classificada como *irreal*, já que, como afirma Neves (1999), a contrafactualidade do estado-de-coisas é garantida pelo verbo

flexionado no mais-que-perfeito do subjuntivo. A ocorrência (43) também é considerada *irreal* e podemos parafraseá-la por (43').

(43') *talvez se eu tivesse feito a outra eu não passaria*

Além da possibilidade de parafrasear a ocorrência acima utilizando o verbo no mais-que-perfeito do subjuntivo, é também a informação dada pela informante que nos permite afirmar que se trata de uma condicional *irreal*, isto porque, segundo a falante, *talvez se ela fizesse a outra prova ela não passaria*, porém não há uma possibilidade de realização do evento, já que este é passado. Temos, portanto, uma *condição irreal* asseverada pela informante.

Em (44), como a *oração condicional* tem o verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo, a irrealidade é assegurada pela informação veiculada pelo falante, que afirma só estar estudando porque tem crédito educativo, deixando claro que, se *tivesse* que pagar, não poderia estudar.

Diante da análise realizada, concluímos que, apesar de o programa estatístico ter considerado as orações condicionais, de uma forma geral, como desfavorecedoras do modo subjuntivo, apontando peso relativo de .29, são as *orações condicionais reais*, que não empregam o modo subjuntivo, as responsáveis por esse baixo peso relativo. As *condicionais potenciais*, mesmo que apresentando variação, e as *condicionais irrealis*, que não manifestam variação, favorecem o emprego do modo subjuntivo.

Passemos agora à análise das condicionais em relação aos grupos de fatores *tipo semântico do sujeito da oração subordinada e tipo de texto*.

Na Tabela 11, apresentamos o resultado do cruzamento entre os grupos de fatores *tipo semântico do sujeito e tipo de oração subordinada*. Conforme o que podemos constatar a partir da leitura dessa Tabela, as *orações condicionais* com sujeito [+referencial] [+genérico] são as que menos favorecem o uso do subjuntivo, com frequência de 61%. As *condicionais* com sujeito [+referencial] [-genérico] favorecem o modo subjuntivo com frequência de 80%. Já as *condicionais* que não apresentam sujeito referencial empregaram somente o subjuntivo.

Gryner & Omena (2003) afirmam que as *condicionais* com *sujeito genérico*, cuja referência se estende ao conjunto de indivíduos, tendem a ocorrer com o indicativo. As *condicionais* com *sujeito não-genérico* ocorrem indiferentemente com ambas as variantes, já que os pesos relativos apresentados em seu estudo são muito próximos para esse tipo de sujeito: .49 para o subjuntivo, e .50 para o indicativo. As *condicionais* com *sujeito não-referencial* selecionam preferencialmente o subjuntivo.

A partir dos resultados do comportamento das condicionais expostos na Tabela 11, verificamos que os nossos resultados assemelham-se, em parte, aos de Gryner & Omena (2003), pois as *orações condicionais* que apresentam *sujeito referencial genérico* foram as que mais favoreceram o indicativo, ainda que não tenha superado o uso do subjuntivo, como apontam os resultados de Gryner & Omena (*op.cit.*). As *condicionais* com *sujeito não-genérico* ocorrem tanto com o subjuntivo quanto com o indicativo, no entanto o emprego do subjuntivo tem alta frequência (80%). Já as *orações* com *sujeito [-referencial]* apresentam

100% de uso do subjuntivo. Confirmamos algumas ocorrências de *orações condicionais* com *sujeito não-genérico* ((45) e (46)) e *genérico* ((47) e (48)), selecionando o subjuntivo e o indicativo, e a ocorrência (49) com *sujeito não-referencial*, empregando o subjuntivo, já que esse último tipo não apresentou variação de modo.

- (45) *se a **Transamérica** não tivesse distribuído os brindes antes... subido no palco... pisado nos fios... as pessoas iam gostar do show que eu fiz (D&G, 9, NE)*
- (46) *logicamente que se o **Brasil** não cresce... você fica limitada...tá? (D&G, 4, RO)*
- (47) *quem começa é o sete aí se **você** tiver um sete você joga a carta... primeiro o sete... aí você tem que ver se você tem um seis da:: da cor (Iboruna, AC-002, RP)*
- (48) *porque eu tenho amizade eu pego amizade muito fácil... vamos dizer assim se a **pessoa** deu espaço eu pego amizade muito fácil...(Iboruna, AC-047, NE)*
- (49) *ele era terrível... se deixasse ele batia até na professora... (Iboruna , AC-110, NR)*

Depois de compararmos os nossos resultados aos de Gryner & Omena (2003) no que se refere ao *tipo semântico do sujeito da oração subordinada*, consideramos importante o cruzamento entre os grupos de fatores *tipo de texto* e *tipo de oração subordinada*, objetivando verificar em que medida o *tipo de texto* influencia na variação de modo das condicionais. Esse resultado segue apresentado na Tabela 14.

Tipo de texto	Condicionais	
	Apl./Total	%
Narrativa recontada	8/8	100
Narrativa de experiência	14/19	74
Relato de procedimento	21/25	84
Relato de opinião	27/41	66
Descrição de local	2/3	67
Total	72/96	75

Tabela 14: Resultado parcial do cruzamento de dados entre os grupos de fatores *tipo de oração subordinada (condicional)* e *tipo de texto*

Observando esta Tabela, notamos que as *orações condicionais* extraídas de *narrativas recontadas* não apresentam variação de modo, ocorrendo todas com o subjuntivo. Temos a maior frequência de uso do subjuntivo em *condicionais* provenientes dos *relatos de procedimento*, 84%. As *narrativas de experiência pessoal* favorecem o uso do subjuntivo nas *condicionais* em 74%. Os *relatos de opinião* e *descrições de local* são os tipos de texto que menos favorecem a manifestação do subjuntivo, com frequências de 66% e 67%, respectivamente.

Evidenciamos, desse modo, que o comportamento das condicionais em relação ao *tipo de texto* difere do comportamento das *temporais* que, como vimos, só sofreram variação nos *relatos de procedimento*, sendo que, nestes contextos, o subjuntivo é desfavorecido com frequência de 48% (cf. Tabela 13). Já as *condicionais* só não apresentam variação nas *narrativas recontadas* e, nos *relatos de procedimento*, o subjuntivo tem alta frequência (84%) nesse tipo de oração, se comparado às temporais (48%).

Para explicarmos essa inversão no comportamento das *temporais* e *condicionais* quanto à variação do modo verbal, principalmente no tipo de texto *relato de procedimento*, valemo-nos mais uma vez da afirmação de Sousa (2003), que, comparando o comportamento desses dois tipos de oração, afirma que o emprego do subjuntivo em uma oração introduzida por *quando* expressa intenção de conferir maior certeza de ocorrência de um estado-de-coisas do que seria o caso com o uso do subjuntivo em uma estrutura iniciada por *se*.

Como já vimos, quanto às orações temporais extraídas dos *relatos de procedimento*, a escolha do indicativo em lugar do subjuntivo decorre do fato de os estados-de-coisa narrados já terem sido experienciados pelo informante, o que faz com que este apresente as ocorrências como habituais, condição sob a qual se alternam subjuntivo e indicativo, conforme previsto por Givón (1995).

Como afirmado acima, as orações condicionais introduzidas por *se* tendem a um grau mais baixo de certeza da ocorrência do estado-de-coisas do que as temporais introduzidas por *quando*. Acreditamos que isso explica o fato de, em textos procedurais, o subjuntivo ser favorecido nas *condicionais* e desfavorecidos nas *temporais*.

As ocorrências (50) e (51) ilustram casos de *condicionais* extraídas dos *relatos de procedimento* empregando o subjuntivo.

(50) *por exemplo... se o:: o joga/ o outro jogador **chutar** uma bola... sem ele querer a bola bater co braço do outro... daí não é pênalti.... (Iboruna, AC-119, RP)*

(51) *o feijão também... eu deixo ele de molho uma duas horas antes... dependendo do feijão **se for feijão novo** nem tem necessidade né... (Iboruna, AC-133, RP)*

Como já mencionamos, temos também a possibilidade de uso do indicativo em *condicionais* retiradas de textos procedurais. Observemos a ocorrência (52).

- (52) *se o arroz ele tá totalmente solto na panela e que não exista mais nenhuma gota de água só exista o arroz e o óleo é nessa hora que você tem que colocar a água (Iboruna, AC-088, RP)*

Quanto aos demais tipos de texto (*narrativa de experiência, relato de opinião e descrição de local*), em que há uma frequência menor de emprego do subjuntivo, retornamos aos dados para verificarmos a que isso se deve. Evidenciamos, por exemplo, que nos *relatos de opinião* há uma maior presença de *condicionais reais*, que, como já constatamos, privilegiam o uso do indicativo. Acreditamos que o uso do subjuntivo nesse tipo de texto é menos favorecido em virtude de o falante estar comprometido com a verdade da proposição por ele enunciada como uma opinião. Confirmamos as ocorrências (53) e (54), em que temos o emprego do indicativo em *condicionais*.

- (53) *se eu tenho dinheiro... eu sou um empresário... eu vou ajudar o cara? Ele pode até ter valor... mas o problema é dele... eu vou ajudar meu irm/ meu filho (D&G, 1, RO)*

- (54) *se o cara tem valor ou não... então seu valor perante/ que é dado... de tanto você estudar... é jogado rio abaixo (D&G, 1, RO)*

Em (53) temos o emprego do indicativo apesar do caráter de eventualidade da proposição. O falante se coloca no lugar dos empresários que ele acredita que pensem da forma por ele enunciada, ou seja, apesar de terem dinheiro e serem empresários, só procuram

ajudar seus familiares e não dão oportunidades a pessoas estranhas, mesmo que essas tenham seu valor. Essa seria, segundo o informante, uma das causas da dificuldade de recém-formados encontrarem bons trabalhos.

O mesmo informante, em (54), volta a ressaltar o *valor* dos recém-formados. Como ele acredita fielmente nisso, toma a proposição como verdadeira e emprega o indicativo. Conforme a opinião do informante, apesar do valor comprovado por ter estudado muito, o recém-formado não tem seu valor reconhecido.

Temos, então, que situações como as citadas acima favorecem o emprego do indicativo em *condicionais* extraídas de *relatos de opinião*.

No que se refere ao tipo de texto *descrição de local*, surgiram apenas três *orações condicionais* e apenas uma empregou o indicativo, fazendo com que a frequência baixasse para 66%. Essa ocorrência de *condicional* selecionando o indicativo já foi mencionada anteriormente, quando nos referimos às *condicionais potenciais* (cf. ocorrência (39) deste capítulo).

Embora nosso estudo não seja especificamente a respeito dos *tipos de texto*, podemos constatar, por meio das Tabela 13 e 14, que as *descrições de local* não favorecem a manifestação de *condicionais* e *temporais* (e mesmo das encaixadas). Nesse tipo de texto, ocorreram apenas três *condicionais*, três encaixadas e nenhuma *temporal*. Desse modo, é difícil chegar a alguma outra conclusão a respeito do uso do subjuntivo nesses contextos, a não ser que este é um tipo de texto que restringe, de modo geral, a presença de estruturas em que o subjuntivo se manifesta.

Nos *relatos de experiência* há ocorrências de *condicionais reais*, o que também faz diminuir a frequência de uso do subjuntivo. Vejamos as ocorrências (55) e (56), casos de *condicionais* selecionando o indicativo.

- (55) *virei pra um colega e falei “vem cá... será que você poderia deixar eu botar algumas músicas na festa também... pra que eu possa fazer propaganda de som ...” aí ele virou pra mim e falou assim “ué... ta bom... se você sabe mexer... você.... (pô).... bota a festa” (D&G, 27, RE)*
- (56) *se vinha os coleguinha dele... (entrava) em casa brincar... ela escondia os brinquedo tocava os menino embora (Iboruna, AC-133, RE)*

Temos, desse modo, que as *condicionais* extraídas dos *relatos de opinião* e de *experiência* têm menor frequência de emprego do subjuntivo em virtude do maior engajamento do falante com o conteúdo informacional veiculado.

2.3.3. As orações encaixadas

Como evidenciamos na Tabela 8, as orações encaixadas apresentam o maior peso relativo das orações subordinadas pesquisadas (.91), bastante favorecedor do modo subjuntivo, embora a frequência de uso do subjuntivo nas *condicionais* (75%) seja maior que a das encaixadas (71%).

Após explicarmos a que se deve o menor peso relativo das *condicionais* (.29), que consideramos estar basicamente relacionado ao fato de as *condicionais reais* não empregarem

o subjuntivo, faz-se necessário explicar o alto peso relativo favorecedor do subjuntivo nas encaixadas em contrapartida de uma frequência não tão alta.

Como já explorado no item 2.1 deste capítulo, o uso do subjuntivo nas orações encaixadas está estreitamente relacionado ao *predicado matriz*. Retomando tais considerações, temos que o subjuntivo é favorecido por predicados *não-factivos volitivos* e desfavorecido por predicados *indiferentes de opinião*. Conforme pudemos identificar na Tabela 4, de 28 ocorrências encaixadas em predicados *não-factivos volitivos*, 26 empregaram o subjuntivo, e das 24 ocorrências encaixadas em predicados *indiferentes de opinião*, apenas nove selecionaram o subjuntivo.

Desse modo, não podemos atribuir somente à *carga semântica do predicado matriz* o peso relativo favorecedor das *orações encaixadas*, já que temos alta frequência de variação em orações encaixadas em predicados *indiferentes de opinião*. Além disso, há um certo equilíbrio entre o número de ocorrências encaixadas em predicados *não-factivos volitivos* (28) e nos *indiferentes de opinião* (24). Sendo assim, precisamos buscar a explicação para o peso relativo de .91, favorecedor do emprego do subjuntivo em *encaixadas*, relacionando o *tipo de oração* a outros grupos de fatores pesquisados.

Com tal objetivo, retomamos a Tabela 6, que apresenta os resultados do cruzamento entre *tipo de oração subordinada* e *grau de certeza epistêmica*. Por questão de comodidade, reproduzimos essa Tabela abaixo.

Tipo de Sub. Grau Cert. epist.	Encaixada		Temporal		Condic.		Concessiva		Comparat.		Final		Total	
	Apl/ Tot	%	Apl/ Tot	%	Apl/ Tot	%	Apl/ Tot	%	Apl/ Tot	%	Apl/ Tot	%	Apl/ Tot	%
Irreal	5/17	29	2/2	100	6/6	100	0	0	0	0	0	0	13/25	52
Potencial	35/40	88	25/41	61	66/80	83	2/2	100	4/4	100	2/2	100	134/169	79
Real	8/11	73	0/0	0	0/10	0	0	0	0	0	2/2	100	10/23	43
Total	48/68	71	27/43	63	72/96	75	2/2	100	4/4	100	4/4	100	157/217	72

Tabela 6: Resultado do cruzamento dos grupos de fatores *grau de certeza epistêmica* e *tipo de oração subordinada*

Observando a Tabela em questão, constatamos que as *orações encaixadas* se concentram nos contextos classificados como *potenciais* (40 ocorrências), sendo que as *condicionais* também são maioria nesse mesmo contexto (80 ocorrências). O uso do subjuntivo em *encaixadas potenciais* tem frequência de 88%, e em *condicionais potenciais*, 83%. Quanto às *encaixadas irrealis*, temos 17 ocorrências e 29% de frequência de aplicação do subjuntivo⁷. As *condicionais irrealis* apresentaram 100% de frequência de uso do subjuntivo em 6 ocorrências. No que se refere ao *contexto real*, as orações encaixadas favorecem esse modo verbal com frequência de 73%, já as *condicionais* não empregam o subjuntivo nesse contexto, usam somente o indicativo.

Diante dessa exposição, queremos deixar claro que, apesar de, na frequência geral, as condicionais apresentarem uso do subjuntivo maior que as encaixadas (75% contra 71%, respectivamente), observando os grupos de fatores de forma mais minuciosa, verificamos que, embora em *contexto irreal* as *condicionais* não apresentem variação de modo, nos contextos

⁷ Como exposto no item 2.2. deste capítulo, a baixa frequência de uso do subjuntivo em contextos irrealis se deve aos verbos indiferentes de opinião classificados sob esse rótulo.

potencial e *real* a frequência de uso do subjuntivo nas *encaixadas* supera a das *condicionais*.

No contexto *real*, por exemplo, há equilíbrio quanto ao número de ocorrências de *encaixadas* e *condicionais* classificadas sob esse rótulo (11 e 10, respectivamente), no entanto, nenhuma das *condicionais reais* empregou o subjuntivo, enquanto as *encaixadas reais* manifestam 73% de frequência para o uso desse modo verbal.

Constatamos, assim, que a diferença tão acentuada entre os pesos relativos de orações *encaixadas* e *condicionais* não está relacionada diretamente ao *tipo de oração subordinada*, mas à sua relação com o grupo de fatores *grau de certeza epistêmica*, segundo grupo considerado estatisticamente relevante. Pelo que foi exposto acima, *encaixadas* e *condicionais* têm comportamento diferenciado em cada um dos contextos de *grau de certeza epistêmica* (*real*, *irreal* e *potencial*). Temos, dessa forma, que uma leitura desavisada dos pesos relativos referentes ao *tipo de oração subordinada* nos levaria a crer que as *orações encaixadas* são favorecedoras do modo subjuntivo, enquanto as *condicionais* são desfavorecedoras. No entanto, pela análise realizada concluímos que, na realidade, as *orações encaixadas* classificadas como *irreais* desfavorecem o subjuntivo, porque estão classificadas, sob esse rótulo, os *predicados indiferentes de opinião*. As *orações encaixadas potenciais* favorecem o subjuntivo, já que os *predicados não-factivos volitivos* estão sob essa classificação. No que se refere às *condicionais*, temos que o subjuntivo é favorecido em contextos *potenciais* e *irreais* e desfavorecido em *reais*.

Fica evidente, com essa análise, que o suporte quantitativo pode e deve ser usado nos estudos lingüísticos, desde que bem amparado por análises qualitativas precisas (cf.

OLIVEIRA, 1986 e BENTIVOGLIO, 1987). Brescancini (2002, p. 49) ressalta a importância de, em uma pesquisa sociolingüística, unirmos os aspectos quantitativo e qualitativo para uma análise eficaz dos dados.

Uma pesquisa em regra variável construída apenas estatisticamente, sem aprofundamento lingüístico, torna-se desinteressante e inadequada. Por outro lado, se não lançar mão do aparato estatístico à disposição e concentrar-se apenas na aplicação da teoria lingüística aos resultados, corre o risco de se basear em resultados equivocados. Sem dúvida, o ideal é então a conjunção dos dois aspectos de análise, o lingüístico e o estatístico.

Quando tratamos das *orações temporais e condicionais*, além de relacioná-las ao grupo de fatores *grau de certeza epistêmica*, procuramos relacioná-las aos grupos *tipo semântico do sujeito da oração subordinada* e *tipo de texto*. Desse modo, visando a verificar se há alguma influência para as *encaixadas* desses grupos de fatores, passaremos à análise retomando o cruzamento já realizado entre *tipo de oração subordinada* e *tipo semântico do sujeito*, apresentado na Tabela 11, bem como os resultados do cruzamento entre *tipo de texto* e *tipo de oração subordinada (encaixada)*, exposto na Tabela 15. Segue reproduzida a Tabela 11.

Tipo de oração	Encaixada		Temporal		Condicional	
	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%
[+referencial] [-genérico]	41/60	68	16/24	67	48/60	80
[+referencial] [+genérico]	7/8	88	11/19	58	19/31	61
[-referencial]	0/0	0	0/0	0	5/5	100
Total	48/68	71	27/43	63	72/96	75

Tabela 11: Resultado parcial do cruzamento entre os fatores *tipo de oração subordinada* e *tipo semântico do sujeito*

Consultando a Tabela 11, verificamos que as *orações encaixadas* com *sujeito referencial não-genérico* apresentam maior variação, com frequência de 68%, e as *encaixadas* com *sujeito genérico* têm frequência de 88%. Embora o uso do indicativo não supere o uso do subjuntivo em nenhum desses contextos, consideramos o resultado como sendo contrário às nossas expectativas iniciais de que o subjuntivo seria favorecido com *sujeito não-genérico* e desfavorecido com *sujeito genérico*.

Para trazer luz ao problema, cruzamos os grupos de fatores *tipo semântico do sujeito* e *carga semântica do predicado matriz*, que é o grupo de fatores que realmente influencia a variação do modo verbal das *encaixadas*. Não há, na Tabela a seguir, menção ao *sujeito não-referencial*, já que nenhuma *oração encaixada* apresentou este tipo de sujeito (cf. Tabela 11).

Carga sem. verbo	Indiferente de opinião		Não-factivo volitivo		Bicondicional		Não-factivo não-volitivo		Emotivo/avaliativo		Implicativo negativo		Total	
	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%
[+ref.][-gen.]	7/22	32	23/25	92	1/3	33	8/8	100	1/1	100	1/1	100	41/60	68
[+ref][+gen.]	2/2	100	3/3	100	0/0	0	2/2	100	0/1	0	0/0	0	7/8	88
Total	9/24	38	26/28	93	1/3	33	10/10	100	1/2	50	1/1	100	48/68	71

Tabela 15: Resultado do cruzamento entre os grupos de fatores *tipo semântico do sujeito da oração subordinada (encaixada)* e *carga semântica do verbo da matriz*

Por meio da leitura da Tabela 15, evidenciamos que a variação de modo se concentra basicamente nas *orações encaixadas* em *predicados indiferentes de opinião* com *sujeito não-genérico*. Das 22 ocorrências, apenas 7 empregaram o subjuntivo (32%). Já as *orações*

encaixadas em predicados *não-factivos volitivos*, com esse mesmo tipo de sujeito, apresentaram 92% de frequência para o uso do subjuntivo.

Quanto ao *sujeito genérico*, há uma única ocorrência de *oração encaixada* em *predicado emotivo/avaliativo* que emprega o indicativo. Apesar de estarem em menor número, as *orações encaixadas* em *predicados indiferentes de opinião* e *não-factivos volitivos* não apresentam variação com esse tipo de sujeito.

Concluimos, diante dos resultados expostos, que a variação de modo nas *orações encaixadas* não está correlacionada ao *tipo semântico do sujeito da oração subordinada*, mas à *carga semântica do predicado matriz*, já que, como exposto acima, o tipo de *sujeito não-genérico* tem comportamento distinto quando ocorre em *orações encaixadas* em *predicados indiferentes de opinião* e em *não-factivos volitivos*. Essa neutralidade do tipo de sujeito de *orações encaixadas* em relação ao emprego do subjuntivo confirma os resultados já apresentados para os outros tipos de oração subordinada (temporal e condicional). Para o caso específico das encaixadas, é possível afirmar que não é o tipo de sujeito, mas a *carga semântica do predicado matriz* que atua na seleção do modo verbal.

Quanto ao *tipo de texto* e sua correlação com a variação nas *orações encaixadas*, temos apontado, na Tabela 16, o resultado do cruzamento entre esses dois grupos de fatores.

Tipo de oração	Temporal	
	Apl./Tot.	%
Narrativa recontada	12/18	67
Narrativa de experiência	17/26	65
Relato de procedimento	2/2	100

Relato de opinião	15/19	79
Descrição de local	2/3	67
Total	48/68	71
Tabela 16: Resultado parcial do cruzamento de dados entre os grupos de fatores <i>tipo de oração subordinada (encaixada)</i> e <i>tipo de texto</i>		

Conforme a leitura da Tabela acima, temos que as *orações encaixadas* apresentaram maior frequência de emprego do subjuntivo nos *relatos de procedimento*, em que há apenas duas ocorrências e 100% de aplicação da regra variável, e nos *relatos de opinião*, com frequência de 79%. Para os demais tipos de texto, *narrativa recontada*, *narrativa de experiência* e *descrição de local*, temos frequências de 67%, 65% e 67%, respectivamente.

Quanto ao emprego categórico de subjuntivo em *encaixadas* extraídas de *relatos de procedimento*, é difícil afirmar tal categoricidade diante de apenas duas ocorrências. Para uma afirmação desse tipo, necessitaríamos de um maior número de dados.

No que se refere aos demais tipos de texto, é imprescindível apresentarmos o cruzamento desse grupo de fatores com o grupo *carga semântica do predicado matriz*, isso porque, como já concluímos, é esse grupo de fatores que se correlaciona diretamente à variação de modo nas *orações encaixadas*. Esse cruzamento permitirá constatar em que contextos se concentram os *predicados indiferentes de opinião* e os *não-factivos volitivos* e, desse modo, constatar onde se concentra a variação. Confirmamos os resultados da Tabela 17.

Carga sem. verbo	Indiferente de opinião		Não-factivo Volitivo		Bicondicio- nal		Não-factivo não-volitivo		Emotivo/ avaliativo		Implicativo negativo		Total	
	Apl/ Tot.	%	Apl/ Tot.	%	Apl/ Tot.	%	Apl/ Tot.	%	Apl/ Tot.	%	Apl/ Tot.	%	Apl/ Tot.	%
NR	1/6	17	6/7	86	0/0	0	4/4	100	0/0	0	1/1	100	12/18	67
NE	5/12	42	10/10	100	0/1	0	2/2	100	0/1	0	0/0	0	17/26	65
RP	0/0	0	2/2	100	0/0	0	0/0	0	0/0	0	0/0	0	2/2	100
RO	3/6	50	7/7	100	1/2	50	3/3	100	1/1	100	0/0	0	15/19	79
DL	0/0	0	1/2	50	0/0	0	1/1	100	0/0	0	0	0	2/3	67
Total	9/24	38	26/28	93	1/3	33	10/10	100	1/2	50	1	100	48/68	71

Tabela 17: Resultado do cruzamento entre os grupos de fatores *tipo de texto* e *carga semântica do predicado matriz*

Como se observa, os predicados *indiferentes de opinião* ocorrem nos tipos de texto *narrativa recontada*, *narrativa de experiência* e *relato de opinião*, sendo que a menor frequência de uso do subjuntivo com esse predicado ocorre na *narrativa recontada* (17%), seguida da *narrativa de experiência* (42%) e do *relato de opinião* (50%). A atuação da semântica do predicado matriz explica, portanto, a menor frequência de uso do subjuntivo nos dois primeiros tipos de texto (NR e NE), uma vez que, no tipo de texto *relato de opinião*, a frequência de emprego do subjuntivo se eleva em virtude dos demais predicados que não apresentaram variação, tais como o *não-factivo volitivo*, o *não-factivo não-volitivo* e o *emotivo/avaliativo*. Além disso, some-se o fato de a frequência do predicado *indiferente de opinião* ser um pouco superior nos *relatos de opinião* (50%), comparada à frequência desses predicados nos outros dois tipos de texto.

Finalizando esta seção, concluímos afirmando, mais uma vez, que a variação de modo nas *orações encaixadas* está muito mais relacionada à *carga semântica do predicado matriz* do que a qualquer outro grupo de fatores pesquisado neste trabalho. Essa conclusão decorre das correlações estabelecidas anteriormente entre o grupo de fatores *tipo de oração subordinada* e os grupos *grau de certeza epistêmica*, *tipo semântico do sujeito da oração subordinada* e *tipo de texto*, que objetivaram explicar certos comportamentos que não condiziam com as nossas expectativas iniciais e/ou com resultados de outros trabalhos (GRYNER & OMENA, 2003).

Resumidamente, o comportamento do modo nas orações subordinadas pode ser mais bem entendido a partir das seguintes correlações:

(i) *Orações temporais* são contextos mais prováveis para a manifestação do modo indicativo, o que se explica por recurso ao tipo de texto: *temporais* provenientes de *relatos de procedimento*, quando comparadas com os outros tipos de texto, são ambientes que restringem o uso do modo subjuntivo;

(ii) a restrição de uso do subjuntivo em *orações condicionais* liga-se ao *grau de certeza epistêmica*: *condicionais reais* são contextos propícios para a ocorrência do modo indicativo e as *potenciais* e *irreais*, do modo subjuntivo.

(iii) para as *orações encaixadas*, contribuem para a aplicação da regra variável, a atuação da *carga semântica do predicado matriz*: diante de predicados *indiferentes de opinião*, *bicondicionais* e *emotivos/avaliativos*, a preferência é pelo emprego do modo indicativo, enquanto predicados *não-factivos volitivos* são favorecedores do modo subjuntivo.

2.4. Variáveis lingüísticas não selecionadas

Como forma de complementar a análise dos resultados apresentados na seção antecedente, comentaremos, ainda que brevemente, os resultados obtidos para os grupos de fatores não considerados relevantes no cálculo da regra variável.

2.4.1. Tempo da oração principal

Os resultados da manifestação do subjuntivo diante do *tempo da oração principal* seguem apresentados na Tabela 18.

Tempo do verbo da OP	Apl./Total	%
Presente	80/121	66
Perfeito	14/21	67
Imperfeito	24/33	73
Futuro do presente	14/15	93
Mais que perfeito	2/3	67
Futuro do pretérito	21/21	100
Total	155/214	72
Tabela 18: Uso do subjuntivo em relação ao tempo do verbo da oração principal ⁸		

⁸ A diferença entre a quantidade de ocorrências e o total de ocorrências apresentado nesta Tabela deve-se aos casos de condicionais de atos de fala em que a oração núcleo ocorre sem verbo, como é o caso da seguinte ocorrência: *se o teu pai pode te pagar alguma coisa, **tudo bem!*** (D&G, 1, RO)

Como podemos observar, a manifestação do subjuntivo constitui regra categórica quando o verbo da *oração principal* aparece flexionado no *futuro do pretérito*. Nos contextos variáveis, o subjuntivo manifesta-se mais freqüentemente em *orações subordinadas* cujas *principais* estão no *futuro* (93%). Quando estas ocorrem no *presente* e nos *pretéritos perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito*, a manifestação do subjuntivo supera a do indicativo, mas esses contextos parecem de menor relevância para constituir critério distintivo da seleção do subjuntivo, uma vez que apresentam comportamento freqüencial semelhante, i.e., 66%, 67%, 73% e 67%, respectivamente.

Esses resultados estão de acordo com a expectativa inicial de que o subjuntivo seria favorecido pelo futuro do presente, futuro do pretérito e também pelo imperfeito empregados nas *orações principais* (cf. CERVONI 1989), embora este último não tenha sido tão favorecedor como aqueles outros.

Pimpão (1999, p. 113) afirma que o “traço de futuridade no eixo dos mundos possíveis, do vir-a-ser, vincula-se ao nível sintático-semântico, contexto favorável à retenção do modo subjuntivo”.

Guiraldelli (2004), em seu estudo sobre o emprego do modo subjuntivo e a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva, atribui à futuridade o uso categórico do subjuntivo com valores deônticos e volitivos, já que a instauração de deveres ou a manifestação de desejos implica ações que ainda não foram realizadas.

Temos, desse modo, que os resultados apontados na Tabela 18 estão de acordo com outros estudos acerca do uso do modo subjuntivo e sua relação com o tempo do verbo da oração principal.

Com o intuito de encarecer um pouco mais a nossa análise, cruzamos o grupo de fatores *tempo do verbo da oração principal* com o grupo *tipo de oração subordinada*.

Observemos a Tabela abaixo.

Tempo do verbo	Encaixada		Temporal		Condicional	
	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%	Apl./Tot	%
Presente	19/24	79	20/35	57	35/56	63
Perfeito	12/18	67	0/0	0	1/2	50
Imperfeito	12/21	57	2/2	100	10/10	100
Futuro do presente	0/0	0	3/4	75	8/8	100
Mais que perfeito	1/1	100	0/0	0	1/2	50
Futuro do pretérito	4/4	100	2/2	100	15/15	100

Tabela 19: Resultado parcial do cruzamento entre os fatores *tipo de oração subordinada* e *tempo do verbo da oração principal*

Dos resultados acima expostos, ressaltamos que as construções com presente na oração principal estão distribuídas pelas *encaixadas*, *temporais* e *condicionais*, apresentando variação menor nas *encaixadas*, com frequência de 79%. O *pretérito perfeito* se concentra nas matrizes das *encaixadas* (67%); as *orações principais* das *temporais* não apresentaram verbo no *pretérito perfeito* e apenas duas *orações principais* das *condicionais* estão flexionadas nesse tempo verbal.

O que nos chama mais atenção, no entanto, é que a variação sob o escopo dos verbos no *imperfeito do indicativo* ocorre somente nas *encaixadas*, já que as *temporais* e as

condicionais sob a influência desse tempo verbal ocorreram somente no subjuntivo. Vejamos algumas ocorrências.

- (57) *quando chegava perto de mim... pensavam que eu ia assaltar... que era algum sinal... que era alguma coisa... foi terrível (D&G, 11, NE)*
- (58) *eu conheci uma garota assim que eu pensava que ela era muito minha amiga (D&G, 31, NE)*
- (59) *a minha vó... a minha mãe... começaram tudo a reclamar... porque... elas não queriam que eu andasse de bicicleta (D&G, 42, NE)*
- (60) *se eu pudesse eu conservava do jeito que está... eu não gosto muito de bagunça (D&G, 40, RO)*

Temos que a variação nas *encaixadas* em predicado matriz no *imperfeito* deve-se, sobretudo, aos verbos *pensar* e *achar* que, como já explorado anteriormente, favorecem o emprego do subjuntivo mesmo estando flexionados no passado.

Já as condicionais, como a ocorrência citada em (60), favorecem o emprego do subjuntivo quando estão sob o escopo do *imperfeito do indicativo*, uma vez que este tempo é um dos tempos do *irrealis* e as condicionais irrealis e potenciais são favorecedoras do modo subjuntivo.

No que se refere especificamente ao *futuro do pretérito*, Cervoni (1989) considera que o locutor utiliza esse tempo verbal no contexto de uma informação que não assume como sua, e também nos sistemas hipotéticos, em relação com um *se* com um valor de *potencial* ou

irreal. Como se constata nas duas últimas Tabelas, quando o verbo da oração principal está flexionado no *futuro do pretérito*, não há variação de modo na subordinada. A explicação para esse fato está justamente no elevado grau de irrealidade ou eventualidade manifestado por esse tempo verbal, o que favorece o uso do modo subjuntivo.

Confirmamos algumas ocorrências de orações principais com o verbo no futuro do pretérito.

- (61) *se eu tivesse infra-estrutura né que já trabalhasse tal eu **levaria** a Joana embora (D&G, p. 118, NE)*
- (62) *se eu fosse a professora... eu **acharia** um método mais fácil não de gritar... gritar bater a porta eh fazer gri/ assim esses negócios que professor chato faz... (Iboruna, AC-014, RO)*

Retomando os resultados da Tabela 19, verificamos que não há nos nossos dados *orações encaixadas* a predicados flexionados no *futuro do presente*. Encontramos somente *temporais* e *condicionais* ligadas a orações núcleo com verbo flexionado no futuro, e o subjuntivo é favorecido nas primeiras, em 75%, e categórico nas últimas.

Quanto ao *mais-que-perfeito*, não temos *temporais* subordinadas a orações núcleo flexionadas nesse tempo. As *condicionais* apresentaram frequência de 50% de uso do subjuntivo em relação a esse tempo, e as *encaixadas*, 100%, no entanto, esses resultados devem ser avaliados com cautela dado o número muito reduzido de ocorrências a partir do qual a frequência é calculada. Acreditamos que seria necessário coletarmos um maior número de ocorrências que confirmassem essa tendência.

2.4.2. Paradigma flexional e saliência fônica

Segundo as nossas hipóteses iniciais, expostas no Capítulo III, os *verbos regulares*, por seguirem um padrão fixo, seriam favorecedores do modo subjuntivo em virtude de suas formas poderem ser mais facilmente memorizáveis pelo falante. Já as formas anômalas e irregulares desfavoreceriam esse modo verbal por exigirem do falante um esforço mnemônico maior. Confirmamos, na Tabela 20, os resultados para o grupo de fatores *paradigma flexional*.

Paradigma flexional	Apl./Total	%
Anômalo	82/117	70
Regular	52/70	74
Irregular	23/30	77
Total	157/217	72
Tabela 20: Uso do subjuntivo em relação ao <i>paradigma flexional</i>		

Pelos resultados, verificamos que o uso do subjuntivo é mais freqüente com *verbos irregulares* (77%), seguido dos *regulares* (74%) e *anômalos* (70%), estando a grande maioria das ocorrências (117/217) concentradas em predicados classificados como *anômalos*. Isso se deve ao fato de haver um grande número de orações subordinadas com os predicados *ser*, *estar* e *ter*.

Esses resultados, portanto, parecem contrariar as nossas expectativas iniciais, visto que as formas irregulares apresentam freqüência maior que as regulares. No entanto, cabe aqui apresentar a advertência feita por Rocha (1997, p. 92) de que os *verbos irregulares*, se comparados aos *anômalos*, apresentam um grau intermediário de irregularidade. “Sem

dúvida, parecem-nos mais próximos ao paradigma regular do que ao paradigma completamente irregular apresentado pelos anômalos”.

Desse modo, poderíamos dizer que os *verbos regulares e irregulares* estariam de um lado da escala, favorecendo o subjuntivo, e os *anômalos* em outra, favorecendo o indicativo. Todavia, todas essas considerações parecem um tanto frágeis diante dos números apresentados na Tabela 20, pois em nenhum dos contextos o uso do indicativo supera o do subjuntivo. Além disso, a diferença entre o fator mais favorecedor (*irregular*) e o menos favorecedor (*anômalo*) não ultrapassa 7 pontos percentuais, diferença pouco significativa para a indicação de um comportamento distintivo entre essas variantes no uso do subjuntivo.

No estudo de Rocha (1997), o grupo de fatores *paradigma flexional* foi considerado estatisticamente relevante, e as formas verbais irregulares apresentaram peso relativo de .80, favorecendo o modo subjuntivo. Os verbos regulares também manifestaram peso relativo favorecedor do subjuntivo, .66. Já as formas verbais anômalas apresentaram peso relativo de .36, favorecendo, portanto, o indicativo. Podemos dizer que os nossos resultados se assemelham aos de Rocha, ainda que o interpretemos apenas como uma tendência geral.

No que se refere ao grupo de fatores *grau de saliência fônica*, os resultados não são significativos como esperávamos, já que também há frequência aproximada entre os fatores *máxima, média e menor saliência fônica*, como podemos evidenciar pelos resultados expostos na Tabela 21.

Grau de saliência fônica	Apl./Total	%
Máxima	70/93	75

Média	45/66	68
Menor	42/58	72
Total	157/217	72
Tabela 21: Uso do subjuntivo em relação ao grau de saliência fônica do verbo da oração subordinada		

Verificamos, assim, que a maior frequência de uso do subjuntivo corresponde ao maior grau de saliência fônica (75%), logo em seguida temos o fator *menor saliência fônica*, com frequência de 72%, e o fator *média saliência*, com frequência de 68%. Tal como ocorre com o grupo de fatores paradigma flexional, a diferença entre os fatores que mais e menos favorecem o subjuntivo não ultrapassa 7 pontos percentuais. O fato de a *máxima saliência fônica* apresentar a maior frequência de emprego do subjuntivo pode, desse modo, apenas sugerir uma tendência de que as formas mais salientes do modo subjuntivo seriam mais prováveis de serem marcadas do que as menos salientes.

Também no trabalho de Rocha (1997) o grupo de fatores *grau de saliência fônica* não foi considerado estatisticamente relevante, mas os seus resultados apontam para uma tendência de as formas mais salientes favorecerem o uso do subjuntivo, a exemplo dos nossos resultados.

Podemos concluir, no que se refere aos grupos de fatores *paradigma flexional* e *saliência fônica*, que, em razão das frequências muito aproximadas apontadas nos resultados, eles não foram considerados relevantes pelo programa estatístico. As frequências servem, no entanto, para sugerir tendências, visto que acreditamos não ser possível desprezar totalmente esses resultados ainda que muito aproximados.

2.4.3. Pessoa

Embora o grupo de fatores *pessoa* não tenha sido apontado como relevante pelo programa estatístico, o resultado das frequências de uso do subjuntivo à presença dessa variável nos surpreende, já que não confirmaram nossa expectativa inicial. Observemos a Tabela 22.

Pessoa	Apl./Total	%
Terceira	105/149	70
Segunda	23/34	68
Primeira	29/34	85
Total	157/217	72
Tabela 22: Uso do subjuntivo em relação à pessoa da oração subordinada		

Esses resultados permitem constatar que a maior frequência de uso do subjuntivo se refere à *primeira pessoa* do discurso, justamente a que é apontada por Pimpão (1999) como variante que restringe a aplicação do modo subjuntivo. Segundo Pimpão, a *primeira pessoa* desfavoreceria o uso do subjuntivo em razão da interatividade com o ouvinte e a forte proximidade com o conteúdo informacional veiculado pela proposição. Para a autora, o fato de o subjuntivo ser inibido pela primeira pessoa e retido pela terceira evidencia que a proximidade do falante com o conteúdo proposicional é fator inibidor do modo subjuntivo.

Nossos resultados, desse modo, diferem dos de Pimpão, visto que o subjuntivo apresenta 85% de frequência na primeira pessoa e 70% na terceira pessoa. A segunda pessoa, que não foi mencionada no estudo de Pimpão, tem frequência ainda menor, 68%.

Para tentarmos esclarecer a que se deve essa inversão nos resultados, consideramos pertinente proceder ao cruzamento dos grupos de fatores *pessoa* e *tipo de oração subordinada*, cujos resultados seguem apresentados na Tabela 23, abaixo.

Pessoa	Terceira		Segunda		Primeira		Total	
	Apl./Tot.	%	Apl./Tot.	%	Apl./Tot.	%	Apl./Tot.	%
Encaixada	38/54	70	2/2	100	8/12	67	48/68	71
Temporal	18/26	69	9/17	53	0/0	0	27/43	63
Condicional	41/61	67	12/15	80	19/20	95	72/96	75

Tabela 23: Resultado parcial do cruzamento entre os fatores *tipo de oração subordinada* e *pessoa*

Conforme podemos evidenciar, a variante *terceira pessoa* apresenta freqüência aproximada para o emprego do subjuntivo nas *orações subordinadas*: 70% em *encaixadas*, 69% em *temporais* e 67% em *condicionais*. Quanto à *segunda pessoa*, temos freqüências bastante desiguais: as *encaixadas* apontam para 100% de uso do subjuntivo, as *temporais*, 53%, e as *condicionais*, 80%. Para a *primeira pessoa*, também temos resultados diferenciados para cada tipo de oração: as *encaixadas* apresentam freqüência de 67% de uso do subjuntivo e as *condicionais*, 95%. Não ocorreram *orações temporais* com sujeito em primeira pessoa.

Diante desses resultados, o que parece explicar a maior freqüência de emprego do subjuntivo com sujeito em *primeira pessoa* é a atuação das orações condicionais. Das 27 ocorrências de primeira pessoa em *orações principais*, 20 referem-se à oração principal de condicionais (95%).⁹ A afirmação de que o uso do subjuntivo é categórico em *encaixadas*

⁹ Confrontando as Tabelas 22 e 23, a diferença entre o total de manifestações da *primeira pessoa* (29 na Tabela 22 e 27 na Tabela 23) deve-se ao fato de nos dados da Tabela 1 estarem incluídos os outros tipos de orações (concessivas, finais e comparativas), em que o subjuntivo ocorre de modo categórico.

com sujeito em *segunda pessoa* é difícil de assegurar, já que o cálculo da frequência recai sobre apenas duas ocorrências. Outro resultado que se destaca na Tabela 23 é a frequência de 53% de *orações temporais* com sujeito em *segunda pessoa*, fato que pode ser explicado pela atuação dos *relatos de procedimento* na manifestação da variação de modo nesse tipo de oração e na manifestação da segunda pessoa genérica.¹⁰ Vejamos algumas ocorrências exemplares.

(63) *quando você põe as nozes você não deixa muito tempo...* (Iboruna, AC-118, RP)

(64) *agora quando você terminou o cinto e você vê que no meio você errou... ou você chora e fala dane-se ou... você puxa tudo e começa tudo de novo...* (Iboruna, AC-056, RP)

As demais frequências apresentadas na Tabela 22 sugerem que a variação de modo independe da pessoa do sujeito da *oração subordinada*. Uma maior frequência na retenção do subjuntivo em *condicionais* com sujeito em *primeira pessoa* não foi suficiente, no entanto, para que o grupo de fatores *pessoa* fosse considerado estatisticamente relevante. Depois do que foi exposto, parece ficar claro que esse fator realmente não é significativo para a aplicação da regra variável.

¹⁰ Ao tratarmos das orações temporais neste mesmo capítulo, vimos que todas em que ocorreu variação de modo foram retiradas do tipo de texto relato de procedimento (cf. Tabela 12).

3. Variáveis extralingüísticas

Nenhum dos três grupos de fatores extralingüísticos pesquisados (*gênero/sexo* do informante, *nível de escolaridade* e *corpora*) foi considerado estatisticamente significativo para a aplicação da regra variável, possibilidade já aventada por Bentivoglio (1987, p. 19):

Que valor têm as variáveis extralingüísticas nos estudos sobre sintaxe? **É possível que nenhum.** Mas para afirmar isto, é preciso antes prová-lo. E como prová-lo, se não se dispõe dos materiais necessários? Quer dizer, admito que **em muitas análises sintáticas não haverá diferenças devidas a fatores extralingüísticos, e que só os fatores lingüísticos serão importantes.** Não obstante, renunciar de antemão à possibilidade de comprovar não me parece uma posição cientificamente confiável. (...) Caso os fatores extralingüísticos se mostrem irrelevantes, faça-se constar isso, e passe-se à discussão dos fatores lingüísticos. (grifos nossos)

Assim, na direção do que afirma Bentivoglio, passemos à exposição comentada do comportamento variável do modo frente às variáveis sociais.

3.1.1. Os *corpora* pesquisados

Vale lembrar aqui que a variável *Corpora* remete na verdade à origem geográfica dos informantes: Rio de Janeiro, para o dialeto carioca representado no *corpus D&G*, e São Paulo, para o dialeto da região de São José do Rio Preto representado no *corpus Iboruna*.

A utilização desses dois bancos de dados de regiões tão distintas nos permitiu verificar se o uso do modo subjuntivo sofre algum tipo de influência dialetal. Consultemos a Tabela

24, abaixo, em que temos a apresentação das frequências de uso do subjuntivo em relação aos *corpora* utilizados.

<i>Corpus</i>	Apl./Total	%
Discurso & Gramática	87/120	72
Iboruna	70/97	72
Total	157/217	72
Tabela 24: Uso do subjuntivo em relação aos <i>corpora</i> utilizados		

A frequência de uso do subjuntivo é exatamente igual nos dois *corpora* utilizados, 72%, embora haja uma pequena diferença no número de ocorrências extraídas de um e outro banco de dados (120, *D&G*, e 97, *Iboruna*). Isso demonstra que o fenômeno em questão não é variação dialetal, visto que apresenta comportamento idêntico em ambos os dialetos.

Vale ressaltar que o *corpus D&G* foi utilizado na sua totalidade, enquanto o *Iboruna* só parcialmente. Acreditamos, no entanto, que mesmo se o *Iboruna* tivesse sido considerado em sua totalidade esse comportamento não se alteraria, pela razão já exposta na citação acima de Bentivoglio (1987).

3.1.2. *Gênero/sexo* do informante

No que se refere à variável *gênero/sexo* do informante, os nossos resultados apontam para frequências equilibradas de uso do modo subjuntivo, como podemos conferir na Tabela 25, apresentada a seguir.

Gênero do informante	Apl./Total	%
Masculino	77/103	75
Feminino	80/114	70
Total	157/217	72
Tabela 25: Uso do subjuntivo em relação ao gênero do informante		

Fica fácil explicar por que essa variável não foi considerada estatisticamente relevante para explicar a variação de modo nas orações subordinadas. A frequência de uso do subjuntivo em falantes do gênero masculino é de 75%, enquanto em falantes do gênero feminino é de 70%. Temos, portanto, a diferença pouco significativa de apenas 5 pontos percentuais.

A variável *gênero do informante* também não foi considerada estatisticamente significativa no estudo de Rocha (1997) sobre o fenômeno de variação de modo em orações encaixadas. Para a autora, isso se justifica pelo fato de as variantes em questão não terem *status* definido e nem chegarem a ser percebidas em todos os contextos de ocorrência. Assim se expressa a autora:

Poderíamos, portanto, mais uma vez dizer que o fenômeno da alternância entre as formas do indicativo e subjuntivo ainda se encontra abaixo da consciência, e o fato de isso ocorrer colabora para entendermos o porquê de as mulheres não apresentarem um comportamento definido frente a esse fenômeno inovador, ou seja, não temos ainda a variável sexo como papel influenciador (ROCHA, 1997, p. 111-112).

3.1.3. Nível de escolaridade

Os resultados referentes à variável *nível de escolaridade* são surpreendentes, já que o comportamento do modo subjuntivo em relação a esse grupo de fatores difere das nossas expectativas iniciais. Para compreendermos a que se deve esse comportamento, observemos, primeiramente, a Tabela 26, abaixo.

Nível de escolaridade	Apl./Total	%
Superior	48/79	70
Médio	41/56	73
2º ciclo do EF	31/38	82
1º ciclo do EF	37/54	69
Total	157/217	72
Tabela 26: Uso do subjuntivo em relação ao <i>nível de escolaridade</i>		

A Tabela acima permite constatar que as freqüências de uso do subjuntivo são muito próximas em falantes com *nível de escolaridade superior, médio e 1º ciclo do Ensino Fundamental*, 70%, 73% e 69%, respectivamente. A única freqüência que se destaca é a que se refere ao comportamento dos informantes do *2º ciclo do Ensino Fundamental*, que apresentaram 82% de uso do subjuntivo.

Esses resultados contrariam a expectativa de que os falantes com maior grau de escolaridade aplicariam mais a norma-padrão, em relação ao emprego do modo verbal, do que os que tiveram menos acesso à escolaridade. Diante do comportamento quase homogêneo por entre os diferentes níveis de escolaridade, é possível concluir que a variação de modo não é um fenômeno considerado estigmatizado, já que, como afirma Rocha (1997), os falantes

ainda não têm consciência da troca do subjuntivo pelo indicativo, seja ele de que nível de escolaridade for.

Embora não tenhamos incluído no nosso envelope de variação o fator *idade* em virtude de o *corpus D&G* não controlar essa variável, consideramos pertinente tecer algumas especulações em torno dessa temática.

O não controle do fator *idade* impediu-nos de verificar de que forma essa variável social se correlacionaria ao uso do modo subjuntivo. No entanto, se pensarmos que a idade tem relação estreita com a escolaridade, temos, então, que, se a escolaridade não se correlaciona ao uso do modo subjuntivo, a idade também não se correlacionaria. Essa afirmação deve ser interpretada com certas reservas, já que é apenas fruto de suposições.

Rocha (1997) aponta que a variável escolaridade foi considerada estatisticamente significativa para explicar a variação de modo nas orações encaixadas. A autora afirma que esse fato sinaliza que a alternância subjuntivo/indicativo é um fenômeno de mudança lingüística. Entretanto, não deixa de assinalar que, para fazer uma afirmação decisiva nesse sentido, necessitaria que outras variáveis sociais, como sexo e escolaridade, também tivessem sido apontadas como relevantes para aplicação da regra variável.

Acreditamos que, como nenhuma das variáveis sociais pesquisadas em nosso estudo foi considerada relevante, a variável *idade* provavelmente não revelasse processo de mudança, mas sim graduação etária, portanto caso de variação estável. De qualquer modo, essa é uma explicação que também não encontra sustentação em nossos dados, uma vez que, se o

comportamento do uso do subjuntivo é de algum modo semelhante por entre os diferentes níveis de escolaridade, ele o será também por entre as diferentes faixas etárias.

3.2. O cruzamento de variáveis sociais

Diante das considerações tecidas anteriormente sobre a atuação das variáveis extralingüísticas no cálculo da regra variável, consideramos que a variação de modo não pode ser de maneira alguma determinada por fatores sociais, já que, como evidenciamos, o comportamento do subjuntivo se manifesta de forma homogênea por entre os fatores das variáveis sociais consideradas.

Mesmo um detalhamento do comportamento da manifestação do subjuntivo, possível de ser obtido pelo cruzamento das variantes dos grupos de fatores sociais considerados, não é revelador de uma regularidade que possa ser atribuída a um processo de mudança determinado por condicionantes sociais. Vejamos alguns resultados desses cruzamentos, dos quais nos liberamos, nesse momento final, de apresentações de dados estatísticos:

(i) Somente as mulheres com escolaridade superior aplicam mais o subjuntivo nos contextos esperados do que os homens. Nos demais níveis de escolaridade, contrariamente aos diversos resultados de outros fenômenos variáveis, os homens superam as mulheres na aplicação da regra como previsto pela norma-padrão. Entretanto, situação inusitada e de difícil explicação é o fato de que quanto menor o grau de escolaridade do homem, maior a

probabilidade de uso do subjuntivo. Esse comportamento se reproduz apenas parcialmente entre as mulheres, uma vez que o uso do subjuntivo é maior entre as que possuem até o 1º. Ciclo do EF, superando inclusive as que possuem curso superior. Essa constatação geral pode se ver reparada quando se verifica a origem dos informantes.

(ii) na comparação interdialeto, a atuação das outras variáveis sociais (gênero e escolaridade) não confere uma certa sistematicidade à aplicação da regra variável:

- em se tratando do dialeto carioca, não há diferença significativa na frequência de uso do subjuntivo entre homens e mulheres, situação que não se sustenta no dialeto riopretense, em que os homens, diferentemente do esperado, utilizam mais consistentemente o subjuntivo do que as mulheres;
- na amostra carioca há uma total contra-expectativa do uso do subjuntivo em relação aos níveis de escolaridade, uma vez que falantes dos níveis intermediários de escolaridade (2º. Ciclo do EF e Ensino Médio) apresentam maior frequência de uso do subjuntivo do que os falantes de nível superior e de 1º. Ciclo do EF, não apresentando estes últimos diferença significativa, o que parcialmente confirma o comentário em (i);
- na amostra riopretense, entretanto, essa contra-expectativa não se verifica, porque a escolaridade parece ter atuação decisiva na aplicação da regra do modo, porque há uma clara progressão do uso do subjuntivo em relação aos níveis de escolaridade. Essa situação pode sugerir uma atuação de modo diferente das

escolas dos dois estados no tocante ao ensino do modo verbal e da Língua Portuguesa de modo mais amplo;

O que esses inter cruzamentos de variáveis sociais, para o entendimento do uso variável do modo subjuntivo, podem revelar é que não há estigma em torno do uso do indicativo em contextos do subjuntivo. Além disso, apesar dos resultados para o dialeto riopretense acima indicados, de modo geral, parece não constituir preocupação da escola a aquisição das regras que definem os contextos de aplicação de cada um dos modos verbais.

Confirmam essa constatação as seguintes palavras de Rocha (1997, p. 108):

O uso do subjuntivo é ensinado por meio de outros assuntos da gramática, como, por exemplo, a análise sintática, envolvendo as orações subordinadas adverbiais, substantivas e adjetivas, o uso das conjunções e a formação do imperativo. Silva (1981) analisou cinco livros didáticos de primeiro grau para ver de que forma eles abordavam o estudo do subjuntivo. A autora percebeu que nenhum dos livros analisados faz alusão ao uso do subjuntivo. Esse modo só aparece nos exemplos das explicações sobre os diversos tipos de orações subordinadas substantivas, mas em nenhum momento destaca-se o uso do modo nem a sua relação com esse tipo de oração. As explicações somente são dadas em relação à função sintática que essas orações exercem dentro do período.

Em termos concludentes, fica claro em nosso estudo acerca da variação de modo em estruturas complexas, portanto, que os condicionantes são de ordem puramente estrutural, e não social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho foi investigar quais fatores lingüísticos e/ou extralingüísticos estão correlacionados à variação de modo verbal em estruturas complexas. Para realizarmos tal tarefa lançamos mão das ferramentas da Teoria da Variação e, por meio da composição de um envelope de variação, que engloba grupos de fatores estruturais e sociais, conseguimos identificar o comportamento variável do modo subjuntivo.

Utilizamos para realização da pesquisa dois *corpora* diferentes: o constituído pelo Grupo “Discurso & Gramática”, que contém amostras de fala do dialeto carioca; e o constituído projeto ALIP do IBILCE/UNESP, Campus de São José do Rio Preto, que apresenta amostras de fala do noroeste paulista. A utilização dessas amostras de regiões tão distintas permitiu-nos, além de ampliar o número de ocorrências, verificar se a variação de modo manifesta-se de maneira diferente no eixo diatópico.

Devido a nossa expectativa inicial de que, dependendo do tipo de oração subordinada, a variação de modo apresentaria comportamento específico, procuramos selecionar ocorrências de orações adverbiais e encaixadas que manifestassem o uso do modo subjuntivo ou de sua forma variante, o indicativo. Selecionamos, por essa razão, nos *corpora* pesquisados, ocorrências de orações adverbiais (comparativas, finais, concessivas, temporais e condicionais) e *encaixadas*. As adverbiais comparativas, finais e concessivas não apresentaram variação de modo, manifestando-se, categoricamente, apenas o modo

subjuntivo. Constatamos que a variação concentra-se, portanto, nas *temporais*, *condicionais* e *encaixadas*, sendo que a regra variável aplica-se de forma particular em cada um desses tipos de oração subordinada.

De todos os grupos de fatores que compuseram o envelope de variação, apenas três foram considerados estatisticamente significativos para a aplicação da regra variável: (i) *carga semântica do predicado matriz*; (ii) *grau de certeza epistêmica*; e (iii) *tipo de oração subordinada*.

No que se refere ao grupo de fatores *carga semântica do predicado matriz*, os resultados apontam que o modo subjuntivo é fortemente favorecido sob o escopo de predicados *não-factivos volitivos*, e desfavorecido sob o escopo de predicados *indiferentes de opinião*, *bicondicionais* e *emotivos/avaliativos*.

Quanto ao grupo de fatores *grau de certeza epistêmica*, observamos que o modo subjuntivo é, de forma geral, favorecido em contextos irrealis e potenciais e desfavorecido em reais. No entanto, torna-se fundamental, para esclarecermos a variação de modo em estruturas complexas, interpretar os pesos relativos com certa reserva, buscando correlações entre os grupos de fatores *grau de certeza epistêmica* e *tipo de oração subordinada*, já que as variantes do primeiro exercem influência sobre as variantes do segundo.

As orações condicionais inseridas no contexto real, por exemplo, restringem o uso do subjuntivo, selecionando somente o indicativo; as condicionais irrealis, por outro lado, não apresentam variação de modo, empregam sempre o subjuntivo; as condicionais potenciais, apesar de apresentarem variação de modo, privilegiam o subjuntivo.

Em contrapartida, as encaixadas classificadas como reais privilegiam o subjuntivo, e as irreais, o indicativo. As encaixadas potenciais apresentam comportamento semelhante ao das condicionais potenciais, visto que, ainda que apresentem variação, favorecem o subjuntivo.

No que se refere à correlação entre o *grau de certeza epistêmica* e as orações temporais, temos que o *grau de certeza epistêmica* não é relevante para explicar a variação de modo neste tipo de oração, já que, do total de ocorrências temporais, 41 foram classificadas como potenciais e apenas duas como irreais.

A respeito do terceiro grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico, *tipo de oração subordinada*, verificamos que os resultados confirmam a nossa expectativa inicial de que o comportamento do modo subjuntivo seria diferente em cada tipo de oração investigada.

Dentre os tipos de orações subordinadas encontrados nos *corpora*, apenas as encaixadas foram apontadas pelo programa estatístico como contextos altamente favorecedores da manifestação do modo subjuntivo. Esses resultados nos chamaram muito a atenção, visto que, se considerarmos apenas a frequência, o subjuntivo não é desfavorecido nem nas condicionais (75%), nem nas temporais (63%), mesmo que essas orações tenham apresentado frequência de emprego do subjuntivo menor do que as encaixadas.

Para explicarmos a que se deve essa distribuição dos pesos relativos, recorreremos a alguns cruzamentos de grupos de fatores e constatamos quais estão correlacionados ao tipo de oração subordinada. Evidenciamos, assim, que as orações encaixadas em predicados *não-factivos volitivos* são as favorecedoras do subjuntivo, já que, como vimos, os predicados

indiferentes de opinião, bicondicionais e emotivos/avaliativos desfavorecem o uso do modo subjuntivo nas orações neles encaixadas.

No que se refere às orações temporais, que se mostraram desfavorecedoras do emprego do subjuntivo, é preciso esclarecer que esse resultado se deve sobretudo ao tipo de texto *relato de procedimento*, de onde foram extraídas as ocorrências de orações temporais que apresentaram variação de modo. Em virtude do aspecto habitual, próprio desse tipo de texto, é possível que o falante alterne entre o subjuntivo e indicativo sem prejuízo para o sentido de *possibilidade* de realização do estado-de-coisas proposto no texto. Vale ressaltar que as orações temporais provenientes dos demais tipos de texto não apresentaram variação de modo.

A respeito das condicionais, verificamos que o seu baixo peso relativo se explica pela intervenção das condicionais reais que selecionaram, todas elas, o modo indicativo. As condicionais irrealis e potencias, como já dissemos, favorecem o uso do subjuntivo.

Diante do exposto, consideramos importante enfatizar que uma leitura desavisada dos dados estatísticos levaria a uma interpretação equivocada dos resultados, pois, como procuramos demonstrar ao longo da análise realizada, o subjuntivo não é favorecido em todas as orações encaixadas, nem desfavorecido em todas as temporais e condicionais, como sugerem os pesos relativos. Para compreendermos e explicarmos os resultados estatísticos, é preciso ter bem claro quais os fatores que atuam conjuntamente na aplicação da regra variável para, assim, proceder a uma análise precisa dos resultados estatísticos apresentados.

Dentre os grupos de fatores que não foram apontados como significativos para a aplicação da regra variável, procedemos à tabulação cruzada dos grupos *tipo semântico do sujeito*, *tipo de texto* e *tempo do predicado matriz* com o *tipo de oração subordinada*, objetivando verificar se cada um desses grupos de fatores poderia também estar atuando, de modo mais específico, na seleção do subjuntivo em cada tipo de oração subordinada.

Do cruzamento entre *tipo semântico do sujeito* e *tipo de oração subordinada* evidenciamos que o tipo de sujeito não atua na seleção do modo verbal em nenhuma das orações subordinadas. Quanto às condicionais, especificamente, podemos dizer que há apenas uma tendência apresentada em nossos resultados que se assemelham aos de Gryner (1990), para cujo estudo o *tipo de sujeito* foi considerado significativo na aplicação da regra variável.

Quanto ao cruzamento das variáveis *tipo de texto* e *tipo de oração subordinada*, temos que o *relato de procedimento* é contexto favorecedor da variação de modo nas temporais. Quanto às demais orações, o *tipo textual* não é determinante para o uso do subjuntivo.

A respeito da variável *tempo do predicado matriz*, o futuro do pretérito e o futuro do presente são os tempos que, de forma geral, favorecem o emprego do subjuntivo em encaixadas, temporais e condicionais. Em razão de os demais tempos terem apresentado frequências aproximadas, não é possível determinar a sua atuação na aplicação da regra variável.

Os grupos de fatores *paradigma flexional*, *saliência fônica* e *pessoa* da oração subordinada, apesar de não terem sido considerados estatisticamente relevantes, mereceram

nossa análise para que pudéssemos compreender a razão da não seleção, já que, em outros trabalhos, a saliência fônica, por exemplo, mostrou-se significativa na realização do modo subjuntivo (ROCHA, 1997). O que apuramos quanto ao *paradigma flexional* e à *saliência fônica* é que as frequências de uso do subjuntivo, distribuídas por entre os fatores desses grupos, sugerem apenas uma tendência de comportamento do uso do subjuntivo, pois são muito aproximadas. O subjuntivo tende a ser mais freqüente em verbos irregulares e regulares e em predicados com maior saliência fônica.

O fator *pessoa* apresentou resultados divergentes dos apontados na literatura (cf. PIMPÃO, 1999), já que o uso do subjuntivo é mais freqüente com sujeitos em primeira pessoa. A partir do cruzamento entre os grupos de fatores *pessoa* e *tipo de oração subordinada*, verificamos que o uso do subjuntivo com sujeitos em *primeira pessoa* se concentra nas condicionais. As demais frequências do cruzamento apontam que o uso do subjuntivo realmente independe da pessoa do sujeito da oração subordinada.

No que se refere às variáveis extralingüísticas, constatamos que a variação de modo não se correlaciona a fatores de ordem social. Os grupos de fatores *corpus pesquisado*, *gênero do informante* e *nível de escolaridade* não foram considerados estatisticamente relevantes para a aplicação da regra variável, pois apresentaram frequências bastante aproximadas na distribuição por entre os fatores. Este resultado evidencia a neutralidade da atuação de fatores sociais na implementação da regra variável e constitui um forte indicativo para afirmarmos que não há estigma social em torno do uso do indicativo em contextos do subjuntivo.

Entretanto, o cruzamento entre os grupos de fatores sociais evidenciou algumas diferenças de comportamento das variáveis *gênero* e *nível de escolaridade*, quando correlacionadas ao fator *corpus pesquisado* (origem dos informantes). Em se tratando do dialeto carioca, não há diferença significativa na frequência de uso do subjuntivo entre homens e mulheres, situação que não se sustenta no dialeto riopretense, em que os homens, diferentemente do esperado, utilizam mais consistentemente o subjuntivo do que as mulheres. Na amostra carioca há uma total contra-expectativa do uso do subjuntivo em relação aos níveis de escolaridade, uma vez que falantes dos níveis intermediários de escolaridade (2º. Ciclo do EF e Ensino Médio) apresentam maior frequência de uso do subjuntivo do que os falantes de nível superior e de 1º. Ciclo do EF, sendo que estes últimos não apresentam diferença significativa na manifestação do modo. Na amostra riopretense, entretanto, essa contra-expectativa não se verifica, porque há uma clara progressão do uso do subjuntivo em relação aos níveis de escolaridade.

De forma geral, podemos concluir que os resultados alcançados na realização deste trabalho de pesquisa demonstram que a variação de modo nas estruturas complexas é determinada por fatores estritamente de ordem estrutural, e não de ordem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- AZEVEDO, M.M. *O Subjuntivo em Português: um estudo transformacional*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENTIVOGLIO, P. A variação nos estudos sintáticos. *Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 14, p.7-29, 1987.
- BERLINCK, R. A. Sobre o lugar do 'funcional' na análise sociolingüística variacionista. *Estudos Lingüísticos*. São Paulo, v. 31, 2002 [CD-ROM]
- BRESCANCINI, C. R. A análise de regra variável e o programa Varbrul 2S. In: BISOL, L., BRESCANCINI, C. R. (orgs). *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- CAMACHO, R. G. Norma, ideologia e a teoria da linguagem. *Alfa – Revista Lingüística*, São Paulo, v. 25, 1981, p. 19-30.
- _____. *Conflito entre norma e diversidade dialetal no ensino da língua portuguesa*. 1984. 322f. Tese (Doutorado em Lingüística) Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- _____. Algumas reflexões sobre as tendências atuais da lingüística. *Confluência*, Assis, n.esp., p. 15-38, 1994.
- _____. Uma retrospectiva crítica da sociolingüística variacionista. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.31, 2002 [CD-ROM].
- CÂMARA JR., J. M. *Uma forma verbal portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1956.
- CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- CHOMSKY, N. Panorama e rumos atuais da lingüística. *Tempo brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 32, 1973, p. 18-35.

CUNHA, C., CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fronteira, 1985.

DASCAL, M, BORGES NETO, J. De que trata a lingüística, afinal? *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL)*, v.2. Campinas: Unicamp, 1993, p. 435-464.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Part 2. 2.ed. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DIK, S., HENGEVELD, K. The hierarchical structure of the clause and typology of perception-verb complements. *Linguistics*, v. 29, 1991, p. 231-259.

GALEMBECK, P. T. O emprego do subjuntivo e de formas alternativas na fala culta. In: PRETI, D. (Org.) *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. v.3., 2. ed. São Paulo: Humanitas (Publicações FFLCH/USP), 1999, p.209-234.

GIVÓN, T. Modal Prototypes of Truth and Action. In: _____. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamim, 1995, p.111-171.

GONÇALVES, S.C.L. *O português falado na região de São José do Rio Preto: constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo*. Relatório Científico Parcial apresentado à FAPESP, 2005.

GRYNER, H. *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais do português*. 1990. 550f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GRYNER, H. Variação modal como estratégia argumentativa. In: MACEDO, A. T, MOLLICA, M. C., RONCARATI, C. (orgs.). *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

GRYNER, H., OMENA, N. P. A interferência das variáveis semânticas. In: MOLLICA, M. C., BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 89-100.

GUIRALDELLI, L.A. *O modo subjuntivo e a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva*. 2004. 130f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de Concentração em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

LABOV, W. The study of language in its social context. In: _____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.

_____. Where does the sociolinguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: *Working papers in Sociolinguistics*. Austin: Southwest Educacional Development Laboratory, 1978.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in society*, v. 7, p. 171-182, 1978.

MAINGUENEAU, D. L'unité de la linguistique. *Revista D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 6, n. 2, 1990, p. 127-138.

MALMBERG, B. Ferdinand de Saussure e a escola de Genebra. O estruturalismo. In: _____. *As novas tendências da lingüística*. São Paulo: Nacional, 1974, p. 56-79.

MATEUS, M. H. M. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1989.

MENDONÇA, M. C. Língua e Ensino: políticas de fechamento. In: MUSSALIM, F., BENTES, A.C. *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*, v. 2. São Paulo, Cortez, 2001.

NARO, J.A. Idade. In: MOLLICA, M. C. (org.) *Introdução à sociolingüística variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 81-87. (Série Cadernos Didáticos).

NEVES, M.H.M. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa – Revista Lingüística*, São Paulo, v. 38 (O funcionalismo em lingüística), 1994, p. 109-128.

_____. As construções condicionais. In: ____ (org). *Gramática do Português Falado: Novos Estudos*. v. VII, São Paulo: Humanitas/ FFLCH; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

OLIVEIRA, M. A. de. Algumas notas sobre o conceito de variável lingüística e sua dimensão nas descrições gramaticais. *Boletim da ABRALIN*, v. 8, p. 87-96, 1986.

PAIVA, M.C. Sexo. In: MOLLICA, M. C. (org.). *Introdução à Sociolingüística Variacionista*. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 69-73.

PAREDES DA SILVA, V. L. Relevância das variáveis lingüísticas. In: MOLLICA, M. C., BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 67-71.

PIMPÃO, T. S. O escopo da negação e o modo subjuntivo. In: SEMINÁRIOS DO GEL, 47, 1999, Bauru. *Anais...* Assis: IEL/UNICAMP, 2000, p.719-724.

_____. *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*. 1999. 130f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PONTES, E. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Potrópolis: Vozes, 1972.

POSSENTI, S. Discurso: objeto da linguística. *Série Estudos*, Uberaba, v. 6 (sobre o discurso), 1979, p. 9-19.

_____. Uma variante é variante de quê? *Boletim da ABRALIN*, v. 8, 1986, p. 107-117.

_____. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

RAPOSO, E. P. A língua como sistema de representação mental. In: _____. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992, p. 25-63.

ROCHA, R. C. F. *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português*. 1997. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, S. A. S. O uso do subjuntivo nas orações substantivas. In: SEMINÁRIOS DO GEL, 46, 1998, São José do Rio Preto. *Anais...*Bauru: IEL/UNICAMP,1999, p.647.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 17.ed. São Paulo: Cultrix, 1991.

SCHERRE, M.M.P. Levantamento, codificação, digitação e quantificação de dados. In: MOLLICA, M.C. (org.) *Introdução à Sociolingüística Variacionista*. 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 121-134.

SOUSA, G.C. *Se tempo fosse condição...: um estudo das estruturas de tempo e de condição no português oral brasileiro*. Brasil. 2003. 172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos – Área de Concentração em Análise Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

SOUZA e SILVA, M. C. P., KOCH, I. G. V. *Lingüística aplicada ao português: sintaxe*. São Paulo: Cortez, 2001.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1991 (Série Princípios).

VOTRE, S.J. Escolaridade. In: MOLLICA, M. C. (org.). *Introdução à Sociolingüística Variacionista*. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 75-80.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C., BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 51-57.

VOTRE, S., OLIVEIRA, M.A.R. *A língua falada na cidade do Rio de Janeiro: materiais para o seu estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

WEINER, J. E., LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *J. Linguistics*, v. 19, 1983, p.29-58

AUTORIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO

Autorizo a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2005.

REGINA MARQUES ALVES DOS SANTOS